



LINIKER GIAMARIM BATISTA

A grande cidade e a vida no crime:

uma etnografia dos mercados do crime em uma
periferia de São Paulo

CAMPINAS
2015



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

LINIKER GIAMARIM BATISTA

A grande cidade e a vida no crime:

uma etnografia dos mercados do crime em uma
periferia de São Paulo

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
para obtenção do título de Mestre em
Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Rômulo
Machado de Almeida

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Liniker Giamarim Batista e orientada pelo prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida, no dia 12/06/2015.

CAMPINAS
2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

B32g Batista, Liniker Giamarim, 1988-
A grande cidade e a vida no crime : uma etnografia dos mercados do crime em uma periferia de São Paulo / Liniker Giamarim Batista. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Ronaldo Rômulo Machado de Almeida.
Coorientador: Gabriel de Santis Feltran.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Criminalidade urbana - São Paulo (SP). 2. Violência. 3. Antropologia urbana. 4. Periferias urbanas. 5. São Paulo (SP) - Mercado. I. Almeida, Ronaldo Rômulo Machado de, 1966-. II. Feltran, Gabriel de Santis. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The big city and life in crime : an ethnography of crime markets in the periphery of São Paulo

Palavras-chave em inglês:

Urban crime - Sao Paulo (SP)

Violence

Urban anthropology

Urban peripheries

Sao Paulo (SP) - Market

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Mestre em Antropologia Social

Banca examinadora:

Ronaldo Rômulo Machado de Almeida [Orientador]

Daniel Veloso Hirata

Karina Biondi

Data de defesa: 12-06-2015

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social



A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 12 de junho de 2015, considerou o candidato LINIKER GIAMARIM BATISTA aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to read "R. R. M. de Almeida".

Prof. Dr. Daniel Veloso Hirata

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read "Daniel Veloso Hirata".

Profa. Dra. Karina Biondi

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read "Karina Biondi".

Resumo

Este trabalho se insere no debate contemporâneo sobre as periferias urbanas e a criminalidade urbana violenta na cidade de São Paulo, e é o resultado de uma pesquisa de campo etnográfica desenvolvida de 2011 a 2014 no distrito da Zona Leste da cidade, chamado aqui de Vila Operária. Seguindo a literatura que concebe o "mundo do crime" da periferia metropolitana como uma instância de poder que disputa legitimidade com outros dispositivos normativos desses territórios (a lei estatal, a moral do trabalho, o dogma religioso etc.), esta pesquisa teve como objetivo à análise dos mercados em que o "mundo do crime" está inserido no distrito de Vila Operária, estabelecendo o léxico que os diferencia internamente, e mostrando como tais mercados são produtores de uma territorialização específica, circulação de atores, mercadorias, dinheiro e códigos sociais nas malhas da cidade, e, assim, produtores da própria cidade.

Palavras-chave: criminalidade urbana, violência, antropologia urbana, periferias urbanas, mercado

Abstract

This work is inserted into the contemporary debate on urban peripheries and the violent urban criminality in the city of São Paulo. It is the result of a field work which took place in a neighborhood on the East Zone of São Paulo, which I named as Vila Operária, from 2011 to 2014. Based on the literature that conceives the "criminal world" of metropolitan periphery as an instance of power which disputes legitimacy with other regulatory provisions of these territories (state law, the work ethic, religious dogma etc.), this study aims to examine the markets in which the "world of crime" is inserted in the context of Vila Operária district. Thus, establishing the lexicon that sets them internally, and showing how such markets are the producers of a specific territoriality, flow of actors, of products, of money and social codes in the meshes of the city, being able to be considered therefore, producers of the city itself.

Keywords: urban crime, violence, urban anthropology, urban peripheries, market

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais, Raquel e Jairo, por me ensinarem a importância de dizer “muito obrigado”, não enquanto um ato de cordialidade e muito menos como mera banalidade, e sim enquanto o ato de reconhecer que ninguém faz nada sozinho. À minha irmã Kérima, por todo o carinho e amor, pelos incentivos, e por ter-me feito o tio mais feliz do mundo. À Laurinha e ao Matheus, ainda que vocês não entendam por agora, deixo o meu muito obrigado por tantas alegrias que já temos vivido juntos.

Aos meus amigos de longa caminhada: ao João Paulo, que durante tantas vezes abriu sua casa em São Paulo para me hospedar sem que eu nem mesmo o tivesse avisado da visita; ao Leijoto pelas boas conversas; ao pessoal da Granja do Solar, Betão, Xixa, Gabi e Bruninho pelos anos de convivência e aprendizado, risadas e boas histórias; à Mari por me ouvir falar tantas vezes a mesma história nas nossas viagens à São Carlos; ao Rodolfo, Pedro, João e Flávio pela ótima vivência, risadas, ideias trocadas, críticas feitas; ao Marcos pela coerência, por compartilhar tantas *cejas e rolês*, ideias na madrugada, por me ensinar a ouvir jazz e punk rock.

Não poderia também deixar de agradecer ao pessoal do esporte, que nos momentos de cansaço da mente eram o meu remédio. Aos manos do basquete pelo companheirismo em todos esses anos, em especial ao Brunão, Henrique e Lalo. Ao pessoal do Muay Thai, em especial a meu Mestre Edgar Santos, e aos meus alunos e amigos Max, Jean, William, Ricardo, Rafael, Gustavo, e tanto outros que permitiram que eu os ensinasse. Obrigado por tudo que eu aprendi com vocês.

Ainda nos tempos de escola, deixo o meu agradecimento à minha professora Mara por me despertar a paixão pela história. Ao professor Diney agradeço pelo dia em que ele me “forçou” a ler um livro inteiro pela primeira vez, e acabou por me desviar do caminho das ciências exatas. Obrigado pela sua insistência de que eu prestasse vestibular para aquela tal de Ciências Sociais, mesmo que eu nem soubesse o que era. Aos meus professores da graduação e do mestrado que contribuíram com minha formação: Omar Thomaz, Mauro Almeida, Bibia Gregori, John Monteiro (in memoriam), Heloisa Pontes, Emília Godoy, Amnérís Maroni, Evelina Dagnino, Márcio Naves e Mariana Françoso, deixo o meu muito obrigado. À Silvia Poblete Castro por

ter-me ensinado a paixão pelo ofício de ensinar, e ao mesmo tempo, a humildade em aprender com todos.

Mando também meu *salve* de agradecimento aos meus queridos companheiros do NaMargem: Daniel Ramos, Douglas Silva, Henrique Takahashi, Leilane Matsushita, Domila Pazzini, Filipe Moreno Horta, Mariana Martinez, Giordano Bertelli, Aline Barbosa, Luciano de Oliveira, Luiz Fernando Pereira, Deborah Fromm, Evelyn Postigo, Roselene Breda, Marcos Guidotti, Evandro Cruz, Luana Motta e Matheus Nunes. Foi muito bom aprender o fazer etnográfico com vocês. Das praças até as quebradas do mundão compartilhamos experiências, anseios políticos, buscamos transversalidades, tornamos cada pesquisa individual um pouco da pesquisa dos outros, e, assim, vivenciamos de fato o fazer coletivo em que *todos eram de igual*, falavam e eram ouvidos.

Dos marginais da academia, com quem pude aprender e compartilhar, deixo meu *salve* a Adalton Marques, Paulo Malvasi, Thais Rosa, Larissa Nadai, Ana Paula Galdeano e Willian Alves. Aos debatedores que tanto engradeceram esse trabalho com suas críticas e sugestões, deixo o meu muito obrigado à Taniele Rui, Patrícia Gimeno, Marília Gessa, Vera Telles, Carly Machado e, em especial, Luiz Antônio Machado da Silva pelo exemplo do que significa a tal generosidade acadêmica. À Lucia Calil e Ana Cláudia Marques agradeço pela oportunidade de expor meu trabalho, trocar experiências e anseios políticos. Aos meus colegas de mestrado e doutorado da turma de 2012: Ana Elisa, Ana Piu, Thiago, Catarina, Berhman, David, Guilherme, Rebecca, Vitor, Patrik, Lucas, Berenice, Vanessa, Ernenek, Luciano e Fernanda, a minha gratidão tanto pelos generosos comentários quanto pela ótima convivência.

Àquelas pessoas cujas contribuições são imensuráveis. Lis Blanco, minha amiga, por ter compartilhado incontáveis momentos tão importantes, de angústias e choradeiras até risadas e alegrias. Nos nossos *rolês na quebrada*, nas andanças por São Paulo, ou nas aulas do mestrado, sempre juntos. Adriano, meu mano, pela parceria forte, pelas montanhas subidas, pela generosidade na amizade.

Às pessoas com quem tanto aprendi, que me acolheram, e fizeram essa pesquisa ser possível: Sidnei, Nayara, Bruno, Paula, Thalita, Elaine, Kelly, Nica, Dona Laura, Dona Josina, Didi, Smul, João, Ilda, Miriam, Damásio, Binho, Irene, Dani, Pureza, André, Angélica, Renata e Ju. À Sueli por me ensinar o que é militância política na veia. Aos manos Choco e Danilo, o meu muito obrigado por serem francos debatedores das minhas ideias, fossem essas relativas à pesquisa ou a vida cotidiana, e claro, pelas várias

risadas. E o que dizer da Dona Nazinha? Fico até sem palavras pra descrever o carinho e amor com que ela me acolheu. Obrigado por cuidar tão bem de mim. À Ana Paula, por me guiar nos becos, vielas e ruas, por me ensinar tanto sobre tantas coisas, pela amizade e consideração.

À Susana Durão que no processo de qualificação do texto me propiciou ótimas ideias e maneiras de aperfeiçoar meus argumentos. Ao grande Daniel Hirata, que tendo participado tanto da qualificação quanto da defesa, contribui enormemente para a finalização desse trabalho, me ajudando a delimitar e a compreender minha própria pesquisa num primeiro momento, e fazendo uma leitura crítica e inspiradora ao final. À Karina Biondi, por me dar a honra de ser a primeira banca em que ela participou como arguidora, por dividir o nervosismo do dia comigo, e claro, por fazer uma leitura criteriosa e sofisticada do texto, abrindo assim tantas ideias e possibilidades analíticas.

Ao meu orientador, Ronaldo Almeida, por ter me questionado severamente ainda no segundo semestre da graduação. Obrigado por ter comprado essa proposta comigo, pelas conversas, ideias, dicas, e ao final, por se importar mais com a pessoa do que com o aluno.

Ao meu mano e mestre, também co-orientador, Gabriel Feltran, obrigado pela generosidade e respeito, por me ensinar na prática que titulação não é argumento de autoridade. Serei sempre grato por me apresentar à Vila Operária e suas pessoas. Por acreditar no meu trabalho e incentivá-lo. Pelas inumeráveis leituras, correções, críticas, e no momento derradeiro, por me ajudar no tratamento final do texto.

À Pepinha por me alegrar nos momentos difíceis. À Renata, que com todo amor, carinho e yoga me ensinou a olhar a vida de maneira mais leve. Obrigado por todos os incentivos e cobranças, por ser minha leitora e revisora, por dividir comigo cada um desses momentos, por me fazer uma pessoa melhor. Sem você nada disso seria possível.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP pela bolsa de mestrado que propiciou a realização deste trabalho.

*Aos habitantes de Vila Operária,
minha quebrada querida.*

Sumário

| | |
|--|------------|
| Apresentação | 3 |
| Introdução | 5 |
| Justificativas e perspectiva..... | 5 |
| Nas margens do estado | 7 |
| Pesquisas de campo..... | 12 |
| As entradas em campo | 14 |
| Do campo ao texto | 19 |
| PARTE I - DE VOLTA A ALGO NOVO | 23 |
| Mesmo espaço, diferentes tempos | 25 |
| Vila Operária: da migração à favela | 25 |
| Guerra e paz nas periferias | 29 |
| Conflito, coexistência e gestão nas margens do estado..... | 36 |
| A “onda de violência” pela ótica do drama social..... | 39 |
| "Quebrada largada”, nova geração e investimentos legais..... | 46 |
| PARTE II - MERCADOS DO CRIME OU APENAS MERCADO? | 53 |
| A firma | 55 |
| Estabilidade do mercado e o alvará de funcionamento | 55 |
| Abastecimento: laboratórios e depósitos..... | 64 |
| Posições de trabalho nas “biqueiras” | 66 |
| Especialização e clientela..... | 71 |
| A perspectiva do consumidor | 73 |
| O mercado da droga | 74 |
| Sob “contratação”: o mercado do roubo | 79 |
| Tornar-se ladrão?..... | 80 |
| Territórios capitalizados | 84 |
| Autonomia relativa..... | 86 |
| Fazer uma “fita” | 89 |
| “Puxar carro” | 92 |
| Saidinhas e roubos de carga..... | 96 |
| Assaltos especializados | 98 |
| Mercado e moralização: algumas considerações | 101 |
| Referências bibliográficas | 105 |

Apresentação

Esta dissertação, se inserindo no debate contemporâneo sobre as periferias urbanas e a criminalidade violenta na cidade de São Paulo (e região metropolitana), pensa o crime nas periferias da cidade, em perspectiva etnográfica, através de pesquisa de campo realizada entre 2011 a 2014 no distrito da Zona Leste da Cidade de São Paulo, chamado aqui de Vila Operária. Descrevendo os cotidianos de operação dos mercados ilegais da droga, do roubo de carros e de assaltos, visa procurar as conexões com a experiência urbana contemporânea, sem condená-las moralmente.

Para tal, a apresentação do texto será dividida em quatro momentos:

Na Introdução serão discutidas algumas questões metodológicas que abrangerão tanto as condições de realização da pesquisa de campo etnográfica quanto dos atores sociais que dela fizeram parte.

PARTE I – O objetivo desta seção é a descrição do trabalho de campo em Vila Operária em suas diferentes fases mostrando as continuidades e discontinuidades de cada contexto de pesquisa. Contudo, inicialmente, será dado um sintético desenvolvimento da constituição histórica do distrito para, então, exemplificar e analisar os diferentes cortes temporais a que pesquisa tem se debruçado.

PARTE II – Nesta seção tem-se por objetivo a descrição dos mercados em que o “mundo do crime” está inserido no distrito de Vila Operária, tentando estabelecer o léxico que os diferencia internamente, ainda que, no campo da vida ordinária, um mesmo ator possa circular entre tais atividades ao longo de uma trajetória. O objetivo é mostrar como os diferentes contextos e os mercados em que o “mundo do crime” está inserido, são produtores de uma territorialização específica, circulação de atores, mercadorias, dinheiro e códigos sociais nas malhas da cidade, e, assim, como esses elementos são produtores da própria cidade. Para efeito de organização, dividiremos esse momento em duas partes: mercado da droga e mercado do roubo.

Ao final, serão apresentados alguns apontamentos referentes à etnografia, com o intuito de problematizar a relação entre mercados do crime e moralização. O objetivo desta seção não é gerar grandes conclusões, mas sim apresentar possíveis discussões.

Vale destacar que em algumas páginas foram incorporados alguns box de texto, cujo objetivo é construir um complemento mais personalizado a leitura, desfocando esse

peçoal do texto bruto, e permitindo ao leitor que conheça as histórias dos personagens dessa dissertação, do universo de Vila Operária, e do próprio antropólogo.

Introdução

Justificativas e perspectiva

A temática desta dissertação e o meu interesse nas periferias das grandes cidades partem da minha trajetória pessoal e acadêmica, motivadas pela discussão política, completamente atual, em torno desse tema. Entretanto, seria complexo dizer qual o peso de cada um desses elementos e, sem dúvida, este autoexame detalhado, buscando os porquês, pouco contribuiria para um entendimento do produto final. Dessa forma, em uma breve síntese, opto por descrever como a mixagem de minha trajetória pessoal e acadêmica convergiram para os escritos que se seguem.

Voltemos ao ano 2000. Se a passagem dos anos 1980 para os 1990 foi a época do surgimento do *rap* (do inglês *rhythm and poetry*) no cenário musical brasileiro, a segunda metade da década de 1990 e o início dos anos 2000 foi sua era de expansão Brasil afora. Nas lojinhas de CDs interioranas em que dominavam as duplas sertanejas e os sons pop do momento, um pequeno canto da prateleira anunciava algo novo: o som dos “manos e minas” chegava ao interior. Através de uma batida pesada e uma realística poética brutal, denunciando, criticando ou mesmo relatando a vida e as mazelas sociais nas grandes cidades brasileiras (majoritariamente São Paulo), o *rap* foi se consolidando como um importante enunciador para aqueles que buscavam compreender a realidade social do país, e seus discursos músico-políticos foram grandes fomentadores do pensamento crítico para toda uma geração. Ouvindo Facção Central, Racionais Mc’s, RZO, Sabotage, De Menos Crime e tantos outros, foi que, ainda na adolescência, despertei meu interesse por um universo social que até então me era conhecido apenas através dessas composições musicais e das notícias de jornais. Em verdade, eu bem pouco conhecia da própria cidade de São Paulo e jamais havia estado em uma favela.

O encontro da Rodovia dos Bandeirantes com você, cidade de São Paulo, sempre me impressiona. Hoje não foi diferente. O cheiro dos rios Pinheiros e Tietê exalam o mesmo fétido perfume que há anos dão boas vindas aos que chegam à capital cinza. Lembro como se fosse hoje, naquele maio de 2007, nos meus primeiros meses de graduação, quando te vi pela primeira vez, motivado pela realização de um sonho: assistir a um show dos Racionais Mc's (que fazia parte da Virada Cultural daquele ano). Pra quem cresceu no interior de Minas, em um tempo onde se ouvia muito rap, estar ali significava muito. Vinha de transporte clandestino, a conhecida "Van da Morte", que fazia o trajeto Campinas/São Paulo e vice-versa, e que curiosamente partia ao lado de ambas as rodovias. O resumo da ópera já é conhecido: em meio ao show, caos em plena Praça da Sé. Das composições dos Racionais Mc's - "a tua mais completa tradução" - ao choque da polícia com a multidão, aflorava-se para mim tua face mais real e ordinária. Contudo, não é essa parte das minhas recordações que me chama à atenção nesse momento, e sim tua imagem inicial que ficou gravada na minha mente, a fotografia panorâmica que é o teu cartão de entrada: pontes e avenidas que se sobrepunham em um confuso trânsito, o mar de prédios que se estendiam até onde a vista alcançava (mais prédios do que eu havia visto em toda minha vida), a justaposição de ricos e pobres em uma arquitetura perversa e desigual, a sensação do medo de se adentrar a cidade grande, um lugar desconhecido, estigmatizado como símbolo maior da tal violência urbana. A todos esses elementos que te compõe, hoje, digo "Bom dia". Teu caos já não me é tão caótico. Nossas centenas de chegadas e partidas por este mesmo ponto nos fizeram amigos íntimos. Conheço-te melhor agora e você também me conhece. E como bons amigos, sabemos apreciar as qualidades, conviver com alguns defeitos e, claro, criticar outros. A uniformidade da multidão agora explode em diversidade, o frio cimento de tuas ruas agora se recobrem de um quente número de significados, sentidos, histórias e sentimentos. Sei hoje para onde vou, qual parte de ti quero ir. Tenho em minha mente claro que as muitas geo-antropo-socio-psico-logias que foram necessárias para começar a te decifrar, não serão jamais compreensíveis sem a experiência de flunar pelo teu chão cinza, sem a possibilidade de conhecer teus viventes, sem descobrir tuas histórias e histórias. Ouvindo Adoniran Barbosa, Sabotage, Inocentes, Mano Brown, Itamar Assumpção, e tantos outros, foi que pude te entender, oh cidade em que a pobreza se torna poesia, cantada, gritada, declamada ou rimada! Se Lévi-Strauss se incomodava com teus diferentes estilos arquitetônicos europeizados dos anos 30 e se impressionava com tua diversidade durante as tais "etnografias de domingo", o quê nosso companheiro estruturalista diria hoje? (Divagações). É hora de descer, metrô e ônibus até Vila Operária. Em uma hora e meia vou rever amigos, saber como anda a vida por aqui. Mas sem dúvida, paira o sentimento de que a cada chegada você ainda me impressiona.

(Outubro de 2013)

Desse ponto, parte o segundo elemento, de ordem acadêmica, através do ingresso na graduação em Ciências Sociais da Unicamp em 2007, no qual tive os primeiros contatos com a literatura fundamental sobre o tema e com as discussões teóricas do campo da Antropologia Urbana. Das leituras de Simmel, Webber e da Escola de Chicago, aos precursores da antropologia urbana brasileira¹, surgiam sucessivos questionamentos sobre o cotidiano nos grandes centros urbanos, com ênfase nas questões da "violência urbana", das segregações sócio-espaciais e, sobretudo,

dos modos de operação do crime, que eram e ainda são discussão política atualizada.

Não sendo morador de periferia, nem filho legítimo da grande cidade, procuro basear meu relato e análise etnográfica em uma experiência de anos de pesquisa de campo, focada na vivência por períodos maiores e menores com o universo estudado. Para além, essa dissertação se baseia em pessoas, grupos, instituições, ruas, esquinas, bairros, modos de agir, falar, vestir, legalidades e ilegalidades, vida e morte, políticas, dinheiro, negócios, enfim, uma série de elementos, certamente inumeráveis, que formam e conformam a experiência daqueles que vivem a grande cidade e, principalmente, os que vivem o universo periférico. Nesse sentido, procuro me afastar de uma leitura na qual se toma tal experiência pela ordem do exótico, criando uma imagem da periferia como um universo encerrado em si mesmo e diferente de tudo que

¹ Simmel (2003, 2005a, 2005b.), Webber (1984), Park (1973), Zaluar (1985) e Velho (1973).

estaria “do lado de fora”, e passo a buscar uma leitura em que se caracterizem as relações sociais que transitam por esse território urbano, os códigos e práticas que emergem do cotidiano e, sobretudo, o quê torna a periferia “o centro” para quando se discutem determinadas temáticas.

Nas margens do estado

Ainda que a antropologia não tenha se constituído como disciplina que procura debater diretamente o estado, a afirmativa de que tal debate não lhe é peculiar seria uma inverdade. Desde Maine, Evans-Pritchard, ou até mesmo Pierre Clastres², as monografias antropológicas sempre se viram envoltas pela presença intensa do Leviatã³. Em conceitos como ordem social, racionalidade, autoridade ou mesmo na noção de uma exterioridade do estado (presença fantasmagórica em que é preciso negar, ser contra), a abstração hobbesiana ganhava vida e emergência enquanto pano de fundo para a construção dos objetos clássicos do interesse antropológico. Somados a isso, vemos que em toda formação da disciplina houve uma incidência constante para com o estudo etnográfico de povos e sociedades em que as situações de colonialismo ou pós-colonialismo se faziam presentes, ou então de regiões do mundo em que os estados eram tidos pela teoria política como “fracassados”, “débeis” ou “parciais”. Como resultante, podemos dizer que é a partir dessa relação mais ou menos aderente para com o estado, ainda que velada em alguns momentos, que a antropologia e principalmente o seu método etnográfico nos trouxe a possibilidade de se expor as relações mais capilares do estado na vida ordinária das populações alvo de seus estudos. Muito além de se mensurar a extensão dos tentáculos do Leviatã de Thomas Hobbes, o método etnográfico abriu a perspectiva de se experienciar como cada fio do corpo da criatura mitológica toca o mundo real, principalmente no cotidiano de suas margens, e assim o outrora monstro soberano e centralizador que pairava sobre o reino pôde ser desmistificado, passando a ser lido em um grau de complexidade muito superior.

É a partir da perspectiva acima apresentada, de uma leitura complexificada e capilar do estado, que opto pela proposta teórico-metodológica das autoras Veena Das e

² Maine (1996), Evans-Pritchard (2007) e Clastres (2003).

³ Hobbes (2002).

Deborah Poole de se pensar uma “antropologia nas margens do estado”. Compiladas no texto/abertura “*El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas*” da coletânea lançada pelas autoras em 2004⁴, tais propostas tem por elemento basilar uma leitura do estado enquanto conjunto de práticas, lugares e linguagens⁵. Criticando a visão do estado como unicamente uma forma administrativa de organização política racionalizada que se debilitaria conforme fosse atingindo a suas margens, isto é, quanto mais se afastando do núcleo central emergiria o espaço da desordem em detrimento à ordem estatal, Das e Poole propõem de maneira oposta pensar em como as práticas e políticas da vida nas margens moldam as práticas e políticas de regulação e disciplinamento do estado. Nesse sentido, as margens desse estado não seriam espaços de desordem e menos ainda espaços encerrados em si, mas sim locais em que as leis e as demais práticas estatais são colonizadas mediante outras formas de regulação que emergem das necessidades cotidianas e de formações sociais da própria população em questão.

No que concerne ao movimento teórico-analítico da proposta, não se trata de pensar o funcionamento do estado apenas enquanto forma administrativa de organização política racionalizada vista “de cima para baixo”, em que se examinam seus efeitos no universo estudado, isto é, como as políticas que partem “de cima” tocam o cotidiano da população, e nem mesmo o seu oposto, apenas pensar “de baixo para cima” em como os grupos e formações sociais em questão produzem suas próprias formas de regulação e existência, examinando neste caso pela ótica da falta de estado, e como sua ausência produziria uma ordem paralela. O que as autoras trazem é compreender os movimentos acima expostos de maneira conjunta, como uma via de mão dupla, o que significa dizer que as práticas estatais que tocam o cotidiano nas chamadas *margens do estado* são ao mesmo tempo tocadas pelas práticas e formas de regulação internas dessas margens. Logo, as margens não são lidas como espaços fora do estado, mas como rios que fluem no interior e através do corpo do estado. Elas são um pressuposto necessário do estado que está constantemente redefinindo seus modos de governar e legislar. E é desse jogo de vai-e-vem, de constante troca, alteração e correlação, que as fronteiras entre as categorias mais clássicas do urbano (periferia/centro, público/privado, etc.), e entre os

⁴ Das e Poole (2008).

⁵ Cabe destacar a grafia de estado com a letra “e” em minúsculo, diferente do habitual [Estado], como marcação textual do entendimento ampliado do termo [estado] proposto por Das e Poole. Tal medida textual também é adotada nesse trabalho.

ditos mundo legal e o ilegal se apresentam mais visíveis, tanto no que tange a suas delimitações reais quanto as passagens possíveis existentes entre eles.

Já no que concerne ao movimento prático da proposta, as autoras exaltam na antropologia o método etnográfico como forma de conhecimento em que se privilegia a experiência, e que, portanto, nos permite adentrar os domínios sociais que não são de fácil acesso a outras disciplinas devido aos seus modelos protocolares formais. Desse modo, a etnografia oferece uma perspectiva privilegiada para se apreenderem às manifestações dos tipos de práticas e linguagens mais capilarizadas do estado na vida cotidiana e, ao mesmo tempo, dos modos de regulação e ordenamento de suas margens, permitindo repensar os limites territoriais e conceituais dessas categorias. Pela ótica da via de mão dupla entre o estado e suas margens, essa experiência etnografia permitiria o acesso às relações existentes entre eles (os pontos de toque, cruzamento, junção, introjeção, adaptação) nos quais ambos são mutuamente produzidos e redefinidos no decorrer da ação, e onde o conflito tende a emergir. Para as autoras, não se trata de capturar práticas exóticas, mas de mostrar que as margens são pressupostos necessários do estado tal qual ele se apresenta nos dias de hoje, e que suas populações não aceitam passivamente as condições que lhes são impostas.

Es en estos procesos de la vida diaria donde podemos ver cómo el estado es reconfigurado en los márgenes. Los márgenes no son simplemente espacios periféricos. Algunas veces, como en el caso de las fronteras de los estados de una nación, determinan qué queda dentro y qué queda fuera. En otros casos, como en el de los puestos de control, atraviesan el cuerpo político del estado. Las fronteras y los puestos de control, como hemos visto, son espacios en los cuales la soberanía, en tanto derecho sobre la vida y la muerte, es experimentada de un modo potencial, creando efectos de pánico y un sentimiento de peligro, aun si “nada sucede”.

Paradójicamente, es en estos espacios de excepción donde la creatividad de los márgenes es visible; es aquí donde formas alternativas de acción económica y política son instituidas. Sugerir que los márgenes son espacios de creatividad no es decir que las formas que adquieren la política y la economía en estos, las cuales generalmente son formadas por la necesidad de sobrevivir, no estén cargadas de terribles peligros. Esto es útil, sin embargo, para enfocar la atención en el hecho de que, aunque ciertas poblaciones son patologizadas a través de varios tipos de prácticas de poder/saber, ellas no se someten pasivamente a estas condiciones. (DAS e POLLE, 2008, p.34)

O aporte teórico da proposta de Das e Poole acima apresentada foi de grande importância na pesquisa de campo que baseia essa dissertação. Como grande mérito do texto podemos destacar sua capacidade de sistematização, tanto teórica quanto analítica, das questões apresentadas pelas autoras. Entretanto, seria leviano não destacar que longe de carregarem o tom de algo novo dentro da teoria antropológica, essas ideias já

encontram propostas semelhantes desenvolvidas por outros autores em outras épocas, principalmente com relação à prática etnográfica. Trabalhos da Escola de Chicago como os de Nels Anderson em “*The Hobo*”⁶, que aborda a visão da cidade através do prisma dos *homeless* da cidade de Chicago nos anos 20, e de W. F. Whyte em *Sociedade de esquina*⁷, que aborda o gangsterismo e a criminalidade juvenil em suas ligações com as noções de parentesco, migração, territorialidade, até o nível da política eleitoral em uma comunidade chamada pelo autor de Cornerville⁸ nos anos 40, são bons exemplos da união de uma análise que privilegie a experiência etnográfica nas margens do estado enquanto produtora de conhecimento, aliada ao entendimento das relações macroestruturais do estado e os ordenamentos sociais da vida cotidiana das populações em questão. No primeiro caso, “*The Hobo*”, através de uma investigação que consistiu em grande parte na coleção de histórias de vida, Anderson busca apresentar um retrato vívido dos participantes (*Homeless*) no drama da vida na cidade e suas resoluções internas ao problema da existência, suas formas de trabalho intermitentes em empregos ocasionais (atraentes devido ao carácter temporário) e o seu modo de vida andarilho. No segundo caso, “*Sociedade de esquina*”, mesclando histórias de vida de determinados personagens e suas interações sociais, dentro de situações presenciadas e vividas também pelo antropólogo, com os mecanismos internos de regulação social da região (jogo de boliche, carreira criminal no gangsterismo, noção de lealdade) e suas relações com outras dinâmicas da cidade (eleição municipal, departamento de polícia), Whyte, fazendo uma defesa do conhecimento produzido nas ações concretas e fundado na interação, busca compreender os modos de existência dos indivíduos dentro da sociedade e a compreensão da natureza das organizações sociais existentes na cena, sejam elas formais ou não-formais. Em ambos os trabalhos, ainda que sob o pano de fundo da intervenção na gestão urbana, de se acabar com a pobreza e o crime, de gerir a cidade⁹, bastante fortes na Escola de Chicago, podemos fazer uma leitura contemporânea do pensamento e das propostas desenvolvidas pelos autores, principalmente no que concerne ao método de pesquisa: centralidade da pesquisa de

⁶ Anderson (1923).

⁷ Whyte (2005).

⁸ Somente 50 anos depois, no prefácio a quarta edição americana do livro, o autor viria a revelar que Cornerville era em verdade North End em Boston (WHYTE, 2005, p. 15).

⁹ As práticas urbanas de gestão da cidade apresentadas nesses trabalhos, de maneira igual ou semelhante, ainda estão em voga nos dias de hoje. Para ver a seção deste trabalho *A “onda de violência” pela ótica do drama social*.

campo visando compreender as formas de existência e regulação das populações e grupos em questão no ambiente urbano, como são geridos tais grupos e populações, e como dessa relação se produz o próprio urbano, se produz cidade.

Outro bom exemplo e trabalho de referência é o de Néstor Perlongher em *O Negócio do Michê*¹⁰, em que articulando um denso aparato teórico na relação entre desejo, urbanidade e marginalidade da prostituição com noções de gênero, classe social, idade e raça, o autor descreve a prostituição viril no centro de São Paulo. Para além da experiência do autor enquanto militante do movimento homossexual (uma importante ferramenta de compreensão), o que ganha notoriedade no texto é o estatuto central do trabalho de campo em uma “etnografia das margens”¹¹. Perlongher se utiliza de uma metodologia “artesanal” (denominação do próprio autor), em que é necessário que o método se reinvente a cada entrevista, cada saída ao campo, local em que se pisava, uma vez que o estudo se debruçava sobre um grupo bastante heterogêneo e disperso em diversas áreas do centro da cidade. Enquanto uma infinidade de pessoas circulavam por esses espaços sem nem notar a presença dos michês em uma cena inicialmente caótica, foi através de observação livre e uma descrição densa que o autor captou as sutilezas do cenário e pôde chegar a redes mais ou menos implícitas de signos codificados que faziam com que tal cena passasse a ter sentido. Na aproximação entre cliente e michê dada no nível de olhares, ou na análise da função da polícia, vista pelo autor não apenas como repressão, mas também em seu caráter de gestão da ilegalidade, que a proposta de uma antropologia nas margens tem sua força. Mais do que um tratado sobre a noção de margens e uma referência metodológica, a obra de Perlongher faz uma provocação para que sejam questionados lugares-comuns da cidade (de São Paulo no caso do seu trabalho) e da própria sociedade.

É da heterogênea mistura das propostas acima descritas que a pesquisa de campo realizada nessa dissertação foi pensada e desenvolvida, e é essa experiência que passo a descrever.

¹⁰ Perlongher (2008).

¹¹ (PERLONGHER, 2008, p. 63)

Pesquisas de campo

Chego ao Pq. Esperança, bairro do distrito de Vila Operária. Está chovendo uma garoa fina daquelas que deixam o dia mais pesado, que dão sono. Tenho a sensação de estar chegando em casa. Por alguns minutos fico pensando na possibilidade de morar ali. Não sei, mas talvez essa estadia tenha feito algo que deixará uma pesada marca. Não apenas fiz pesquisa, mas fiz amigos. Gosto de encontrar as pessoas por aqui, de estar aqui. Gosto de quando passo nas vielas e nas ruas e cumprimento e sou cumprimentado. O cheiro dos esgotos já não é tão forte. A sujeira dos morros já não é assim tão insuportável. Detalhes antes não percebidos passam a serem vistos. O cotidiano também esconde coisas que deveriam causar estranhamento. Todavia, é indescritível essa sensação de chegar “em casa”, sendo este lugar agora, “a casa”. (Notas de diário de campo, janeiro de 2011)

Minha pesquisa de campo etnográfica, em Vila Operária¹² distrito da Zona Leste da cidade de São Paulo, teve início em 2011, quando realizei minha primeira imersão a campo. Mas essa não foi a primeira vez que lá estive. Em março de 2009, recebi um convite para, acompanhando de um pesquisador de campo que conhecia o território há bastante tempo, tomar contato prévio com a localidade. Primeira visita ao distrito, dia de observação detida e anotações em diário de campo. No trajeto do ônibus ou caminhando pela “quebrada”, deparávamo-nos a todo o momento com territórios urbanos muito heterogêneos: das extensas avenidas comerciais que cortam o distrito aos grandes conjuntos habitacionais, chegávamos às favelas de Vila Operária. Neste trajeto o espaço urbano não era apenas frio cimento, os territórios emanavam significados e o “mundo do crime¹³” local se fazia sensível: enquanto esquinas estratégicas eram vigiadas por adolescentes, pontos de venda de droga conhecidos comercializavam; em outro ponto, ruas inteiras abrigavam revendas de carros e motos que sabidamente provinham de roubo. No diálogo com o pesquisador, notávamos e discutíamos como essa “cartografia” do “mundo do crime” não constituía um universo à parte da dinâmica social local, não estava necessariamente segregada espacialmente, mas pelo contrário convivía com uma série de outras dinâmicas sociais – assistenciais, comerciais, de trabalho, familiares, religiosas, etc.

¹² Por motivos de segurança das pessoas envolvidas com o projeto, tanto o nome do distrito, dos bairros que o compõe, das instituições, quanto dos interlocutores que conheci em campo serão alterados por nomes fictícios. Mesmo tendo em vista as perdas com essas alterações, no sentido de pensar uma história urbana da cidade de São Paulo, como me alertou a antropóloga e amiga Taniele Rui, a ficcionalidade dos nomes foi pré-condição para que a pesquisa se realizasse, tanto no contato com as instituições como no contato com os interlocutores que falavam sobre a temática que envolvia o “mundo do crime”.

¹³ “Mundo do crime” mantido entre aspas por ser uma categoria êmica. Pode ser entendida como um conjunto de códigos e sociabilidades, que se estabeleceram no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos de narcotráfico e furtos. Ver Feltran (2011).

Essa visita inicial foi importante, pois suscitou as primeiras indagações que foram base para que em setembro de 2010 eu iniciasse meu projeto de iniciação científica¹⁴ no qual através de estudo etnográfico procurei caracterizar o processo de territorialização, nas últimas duas décadas, do tráfico de drogas, etnografando nas “bocas¹⁵” de Vila Operária os modos como essa específica territorialização do “mundo do crime” impacta as sociabilidades locais – transformações das representações ao longo do tempo, modos de distintos grupos se utilizarem dos territórios em que sabidamente funcionam pontos de venda de droga, transformações em seus cotidianos depois da instalação desses pontos, dinâmicas de interação entre moradores, trabalhadores da droga, clientes, policiais etc.

Nesse primeiro momento, além de incursões espaçadas ao campo, realizei um período de inserção mais concentrado, passando a morar na região estudada inicialmente por quinze dias¹⁶. Essa imersão mais densa foi muito importante, na medida em que proporcionou um contato mais intenso com os acontecimentos locais, não apenas em um plano profissional, como também pessoal. Essas duas faces, profissional e pessoal, experimentaram igualmente sensações e acontecimentos, registraram e acompanharam trajetórias, descreveram e fizeram amigos.

Em julho de 2012, voltei a Vila Operária para mais uma estadia de quinze dias. Dessa vez me hospedei em uma cidade da região metropolitana de São Paulo com quem Vila Operária faz fronteira. Já inserido no projeto de mestrado no qual o presente texto pertence, retomei os contatos e as conversas de um ano e seis meses antes e pude continuar diálogos agora mais intensos e qualificados dado às experiências anteriores. Mas nem tudo era continuidade. Na verdade, pouco o foi. O frio cinza de julho marcou o período em que sete pessoas, nas duas semanas de pesquisa, foram assassinadas. Eu já acompanhava pela mídia os acontecimentos do que ficou conhecido como “onda de violência” em São Paulo, durante o fim de 2011 e todo ano de 2012, mas vivenciar o clima de terror e a apreensão diária foi muito além das experiências iniciais que eu tinha vivido no ano anterior.

Acreditando que uma imersão mais consistente era necessária, em janeiro de 2013 fiz as malas e fui morar em Vila Operária. Permaneci no distrito por seis meses

¹⁴ Apoiado pela FAPESP, o projeto foi intitulado “O ‘mundo crime’ e a produção do espaço nas periferias: um estudo etnográfico da sociabilidade em torno dos pontos de venda de droga”, tendo duração de um ano, sob orientação do Prof. Gabriel Feltran (UFSCar).

¹⁵ “Bocas”, “biqueiras” ou “lojinhas” são todos termos nativos para indicar os pontos de venda de drogas.

¹⁶ Através de contatos me hospedei em um seminário de padres, da corrente da Igreja Católica denominada Teologia da Libertação, que atuam na região de Vila Operária.

morando em uma casa alugada de fundos no bairro do Jd. das Rosas¹⁷. Para além de uma compreensão e entendimento da vida ordinária do distrito e de toda sua heterogeneidade interna, foi-me significativo às relações produzidas a partir de Vila Operária para com o universo a sua volta. Talvez as “veias abertas” da capital paulista não fossem tão abertas quanto se imaginava¹⁸. Além disso, o contexto era outro novamente. Os homicídios tornaram a cair e as relações produzidas desde o “mundo do crime” não se mostravam exatamente as mesmas a nenhum dos períodos anteriores. Mais uma vez, novas possibilidades e experiências brotavam do mesmo espaço. Temporalidades distintas que hoje são base para a possibilidade de reflexões comparativas¹⁹.

As entradas em campo

Acordo às oito. Tomo um café preto sem açúcar. Não havia mais nada pra comer. Saio na minha caminhada matinal até o CAC. Desta vez mudo o caminho rotineiro, vou pela Avenida das Pedras, o mesmo que tinha feito na volta pra casa na sexta, junto com a Edilaine, no dia que caiu aquele temporal e eu entendi como tudo isso aqui alaga tão rápido. A Av. das Pedras impressiona, quase doze quilômetros de vendas de carros. O calor estava absurdo. Vou observando no caminho a escola com seus muros pichados, a rua do supermercado cheia de pequenos comércios, a praça em que era uma biqueira. Passo pela rua da feira de quinta. Chego ao CAC e junto comigo a lembrança de que no fim de semana (tal qual Paula havia me dito) o CAC tinha sido roubado. Inicialmente encontro apenas os educadores sentados e conversando, nada de estranho aos olhos. Subo pra perguntar à fonte mais rica dali, Dona Nazaré. (Notas de diário de campo, fevereiro de 2013)

Por algum motivo, naquele dia, eu mudei o caminho. Normalmente, de segunda a sexta, eu preferia caminhar pela Avenida dos Operários, principal via de acesso aos bairros do distrito e ponto de comércio da região, local de grande circulação e onde se

¹⁷ Em agosto sai de Vila Operária. Contudo, na medida em que trabalhava os dados de campo, continuei fazendo visitas ao distrito e mantendo a comunicação com meus interlocutores na tentativa de preencher as lacunas que surgiam.

¹⁸ A circulação por São Paulo se mostrou bastante complexa e dificultosa quando pensada a partir de um território periférico. Não que não haja permeabilidade no tecido urbano, mas as passagens das fronteiras, para “o lado de lá” e para “o lado de cá”, são controladas por mecanismos e dispositivos econômicos, urbanísticos e, principalmente, sociais.

¹⁹ Os diferentes contextos de pesquisa e suas possibilidades comparativas serão debatidos na seção B – *Mesmo espaço, diferentes tempos*.

encontrava de tudo, durante o dia e durante a noite²⁰. Meu destino era o bairro do Pq. Esperança, em direção à sede do CAC – Centro de Atendimento Comunitário.

O CAC é uma instituição local que atua no atendimento social e jurídico aos moradores de Vila Operária, e também, desenvolve o cumprimento de medidas socioeducativas (LA - Liberdade Assistida, e a PSC - Prestação de Serviço à Comunidade) junto a adolescentes autores de infrações à lei²¹. Presente no distrito desde o final dos anos 1980 e fundada pelos próprios moradores de Vila Operária, o CAC foi uma consequência de uma década de ação da militância política católica das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), inspiradas pela teologia da libertação. Sua longevidade de atuação dentro desse território, somada à forma de inserção junto à comunidade, baseada na construção conjunta do espaço político-institucional e no seu quadro variado de “funcionários²²” (das diversas áreas de necessidade, desde a faxineira até a tesoureira, passando pelo coordenador de projetos) que tenham conhecimento da comunidade local, e quem em geral também são moradores, produziu um espaço físico em que diversos elementos, demandas e códigos da vida em comunidade são agrupados - dentre eles também as relações do “mundo do crime”, principalmente via os adolescentes atendidos pelas medidas socioeducativas. O CAC não é uma ONG vinda “de fora” do distrito nem mesmo uma “instituição fantasma” de bairro com pouca relevância e capacidade de ação. Ao contrário, pode-se dizer que para além de um catalisador de demandas sociais e políticas, motivo pelo qual se trabalham as medidas socioeducativas, a instituição serve também como “central de informações” por onde circulam notícias, boatos e casos que envolvem as relações do “mundo do crime” local. Mais cedo ou mais tarde, entre um atendimento socioeducativo e outro, se completavam informações e se entendiam alguns episódios até então nebulosos e mal explicados.

²⁰ Caminhar pela Avenida dos Operários, todos os dias, era por si só era um exercício etnográfico. Durante o dia, em meio ao caos dos carros e ônibus, ela concentra, para além de muita gente, uma rede de comércios variados, desde franquias de *fast food*, farmácias, açougues, bancos, lojas de departamentos, grandes supermercados, até os incontáveis salões de cabeleireiros, lojinhas de produtos chineses, academias, lojas de produtos automotivos, entre outros. Já durante a noite a circulação a pé na avenida era pouca e os estabelecimentos antes descritos davam lugar a pequenos bares e as casas de prostituição com seus letreiros intermitentes e coloridos.

²¹ A maioria dos atendidos são adolescentes do sexo masculino que recentemente estiveram (ou estão) inseridos com o “mundo do crime” local, alguns com histórico de passagens por alguma Unidade da Fundação Casa (Antiga FEBEM). Para uma análise mais precisa do processo de internação ver Fábio Mallart (2012).

²² Escrevo entre aspas porque a relação entre trabalho e trabalhador dentro do CAC não pode ser descrita nos moldes como é comumente entendida a categoria *funcionário*. Em certa medida, a questão do reconhecimento sujeito/objeto, ou seja, entre trabalhador e objeto produzido pelo trabalho, se põe de maneira diferente, já que os “funcionários” do CAC se reconhecem no seu trabalho e, em certa medida, o seu trabalho, se reconhece neles.

Destaco tais características para dimensionar o quão intenso era (e ainda é) a ligação entre a instituição e o território estudado²³, e ao mesmo tempo elucidar a opção de pesquisa em ter no CAC uma referência em campo.

Estar diariamente no CAC e acompanhar sua rotina estabeleceu-me um contato direto com Vila Operária. A partir desse espaço, pude fluir por outros caminhos e adentrar circuitos que eram de essencial interesse da pesquisa. Fosse fazendo as visitas familiares com os educadores sociais ou conhecendo adolescentes que iam “assinar²⁴”, ou até mesmo, sentar na recepção e conversar com quem quer que aparecesse naquela sala, o CAC e substancialmente seus integrantes foram interlocutores fundamentais. Inicialmente porque em todos os períodos de pesquisa de campo etnográfica eles me acolheram e me tornaram, dentro dos limites possíveis, mais um de seu quadro. Mas principalmente porque, desde os militantes políticos de longa data²⁵ até os mais jovens, este era o espaço que me apresentava visões diversificadas de um determinado debate político (a defesa dos *Direitos Humanos* e do *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA*), e, ao mesmo tempo, um amplo conhecimento das “relações de quebrada²⁶” que me guiaram no contato direto com os usuários do “serviço”, adolescentes e seus familiares, e no convívio e entendimento da vida social do distrito.

Majoritariamente, foram com os educadores que realizei a grande maioria das entrevistas (não gravadas) durante o trabalho de campo. Graduados em cursos como psicologia, assistência social ou ciências sociais, os educadores sociais também são moradores de outras periferias da Grande São Paulo e, em alguns casos, de Vila Operária. Em maior ou menor escala e a depender do educador, o conhecimento da vida na periferia é um aliado importante no atendimento socioeducativo, dado a capacidade de aprofundar, entender e por vezes contra argumentar os assuntos trazidos pelos

²³ O grau de inserção de uma instituição em um determinado território é um fator fundamental em uma pesquisa etnográfica que tenha por base o auxílio da mesma para o acesso ao campo. Ainda que não seja da alçada deste texto, enquanto objetivo teórico-analítico, as diferenças sobre a capacidade de uma instituição em promover o acesso qualificado do pesquisado ao campo foi sentida tanto durante a prática etnográfica, como durante visitas e acompanhamentos em variadas instituições de São Paulo e em outras cidades brasileiras. A comparação inicial, quase uma inevitabilidade do momento, trouxe reflexões importantes e questionamentos metodológicos a serem desenvolvidos em uma ocasião posterior.

²⁴ Assinar é um termo usado para explicar quando alguém que cometeu infração a lei tem de comparecer a uma instituição com frequência determinada para acompanhamento de uma medida socioeducativa em meio aberto (Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços). O ato de *assinar* para marcar a presença no acompanhamento institucional é o que dá sentido à expressão.

²⁵ Em geral, pessoas do distrito acima dos quarenta anos ligados aos movimentos sociais dos anos 80: sindicais, religiosos, direitos humanos, etc.

²⁶ “Por *relações de quebrada* entendo aqui as que se estabelecem em situações que tangem a vida das periferias e de seus moradores (o convívio rotineiro, mas também o relacionamento da *favela* com o estado, as relações entre diferentes *quebradas*, o *crime*, o que a mídia diz sobre esses lugares, e a interação da população de outros pontos da cidade com a *favela*)” (GUIDOTTI SILVA, 2013, p. 3).

“atendidos”. Nos vários processos seletivos que acompanhei, esse ponto era fundamental para a contratação do profissional, uma vez que o perfil do educador era menos o de grande especialista nas dinâmicas burocráticas das medidas socioeducativas, e mais o de um conhecedor das dinâmicas das periferias, somado a uma disposição política com a defesa do ECA²⁷. Debatedores diários do meu trabalho, eles sabiam da minha pesquisa e diariamente conversávamos teórico e etnograficamente sobre o assunto. Através deles eu era apresentado a diversos adolescentes, suas histórias, famílias, sonhos, problemas, etc., e dialogávamos por assuntos variados (crime, motos, música ou até mesmo modelos de tênis). Por vezes, quando havia algum adolescente “foda”, quer dizer, entendido das relações do “mundo do crime”, sentávamos em uma sala (eu, educador e adolescente) e “trocávamos ideias”. As tentativas de contato direto com esses adolescentes, principalmente para entrevistas, em geral não foram bem sucedidas, pois necessitavam de uma carga de confiança excessiva para que se falasse de assuntos relacionados ao “mundo do crime” para com um estranho. Os educadores, longe de serem estranhos aos atendidos, estabelecem uma relação em que a confiança é parte do processo de atendimento. De tal modo, o recurso de pesquisa que denomino de *entrevistas mediadas*, isto é, conversas mediadas pelo educador de referência do adolescente, sem um roteiro prévio de questões, em que compartilhávamos livremente o ato de entrevistar, e que possuía como norte do diálogo a temática da minha pesquisa (como já mencionado, de amplo conhecimento do educador), se mostraram mais produtivas, fluíram com mais naturalidade, sem o peso de se estar em uma sala fechada frente a um estranho. Da maneira mais informal possível éramos apresentados “*Esse aqui é meu mano, tá fazendo pesquisa aqui, junto com o CAC, estudando as fitas do crime*”, “*Esse aqui é o [nome], moleque sangue bom, tá aí com a gente faz um tempo. Esse aí sabe ein! Muita história pra contar*”. Na maioria dos casos em que essa modalidade de entrevista foi utilizada, era a partir desse ponto que se produzia uma situação confortável para ambos: a mediação do educador, baseada em uma relação de meses ou até anos de atendimento socioeducativo com o adolescente e de conhecimento da pesquisa, funcionava como uma ponte que conectava adolescente e pesquisador, estabelecendo uma conexão segura em que ambos podiam dialogar. Deste modo, grande

²⁷ Como me disse Sônia (coordenadora do CAC) certa vez “*Não pode ser pelo dinheiro. Isso aqui é um trabalho político. Queremos pessoas envolvidas com a causa e que tenham disposição para ficar até mais tarde por um adolescente que precisa de atendimento médico, ou outra coisa*”.

parte dos dados de pesquisa apresentados neste texto, bem como das discussões trabalhadas, são produtos diretos ou indiretos desse modo de interlocução.

No entanto, se o CAC foi minha referência maior durante a pesquisa de campo, compete destacar que ele não foi o único. A colaboração dos moradores que me receberam em suas casas e, em especial Paula, que me guiou pelas ruas, vielas e becos das “quebradas” de Vila Operária, foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Moradora do Pq. Esperança e figura singular do bairro, o sol forte de janeiro ou o frio de julho nunca foram problemas para uma caminhada junto com Paula. Problemas eram às quintas-feiras, seu dia da semana de “catar o lixo” das casas próximas ao CAC²⁸, ou às segundas-feiras, dias da ressaca do fim de semana, e algumas vezes às sextas-feiras, dia de trabalhar como faxineira para sua “patroa” no bairro vizinho, ainda que ela costumasse faltar. Fora a parte anedótica, nossas caminhadas sempre foram muito produtivas e as interlocuções e vivências estabelecidas tanto com Paula quanto com os interlocutores que ela me apresentava são parte constituinte, direta ou indiretamente, desses escritos. Ora guiando-me pelos caminhos da favela, ora apresentando-me a pessoas que ela mesma julgava importantes para a minha pesquisa, Paula, com seu jeito ímpar de ser, testava a paciência de uns, não se poupava a dizer o que pensava a outros, sabia chegar e sair, mas principalmente, sabia onde me levar. Eu também não era o primeiro nem o segundo etnógrafo que Paula ajudava: suas experiências anteriores e o seu entendimento do que os etnógrafos fazem e, portanto, do que eu deveria ver, ouvir e observar, facilitavam todo o processo. Nunca ditei a rota, apenas a deixava ir onde bem entendia, parando muitas vezes em algum comércio para comprar um cigarro *Vila Rica* ou um vinho de garrafa de plástico para seu fim de noite. Nossa relação sempre foi baseada por nossa amizade, e que como toda amizade, foi suscetível a diferentes tempos de menos e mais proximidade. Graduada na história institucional do CAC, que ajudou a fundar, e “PHD em vida”, a proximidade com Paula significava a possibilidade de uma narrativa outra dos fatos já conhecidos de dentro da instituição, o que é de grande relevância na questão metodológica, pois se pôde apreciar mais de uma versão sobre o mesmo fato e, assim, derivar algumas posições dessas narrativas.

²⁸ É do lixo do próprio bairro que Paula e outros catadores retiram parte de seu sustento. O foco se dá tanto em materiais para reciclagem como para objetos diversificados, desde roupas e enfeites para a casa, até utensílios para serem trocados por dinheiro ou por outras coisas que forem de seu interesse.

Do campo ao texto

A Rua Esperança é hoje um rio canalizado e nas margens foi feito um aterramento pela prefeitura. Por isso, dizem os “especialistas”, pedreiros locais, os arquitetos da favela, que aquilo tende a afundar, já que o chão é úmido. Isso fica claro, pra mim, quando se olha a entrada da sede [do CAC dentro da favela] e como a água empossa ali, encharcando a terra e mesmo com o forte sol, não seca. Nessa hora, levando em consideração o que fazíamos ali, olhei o prédio. Então, veio à mente a conversa de ontem com Dona Josefa, sobre quando seu barraco foi levado pela chuva que inundara o córrego e o fato de seu filho morar em uma área de risco a beira do lixão, e, assim, tive a “revelação” em relação à urbanização do Pq. Esperança: as casas aglomeradas já não me pareciam um amontoado único, tinham agora totais diferenças. Era claro que as casas que se afastavam do antigo rio, agora canalizado, eram melhores, mais firmes, mais arquitetadas, complexas. As casas nas margens do rio eram mais simples. Ainda que fossem apenas algumas de alvenaria, a maioria das casas da encosta (alto do morro) eram de madeira. Ficava claro que a urbanização (ou favelização) do espaço tinha sido de fora para dentro na direção do rio. Isso deve ter total influencia na questão do custo imobiliário. As casas no alto, na ponta dos dois morros são todas de madeira e ficam próximas ao lixo. (Notas de diário de campo, fevereiro de 2013)

A discussão sobre o papel do intelectual na sociedade²⁹ e, no caso mais específico do trabalho antropológico, do etnógrafo em campo já produziu muitas páginas e debates intensos³⁰. Sempre que se põe esse tipo de debate as visões sobre o tema são muitas e diversificadas. Portanto, refletir sobre a posição (ou as posições) do pesquisador em campo é uma tarefa importante dentro do trabalho etnográfico.

Para fins analíticos podemos dividir em dois movimentos reflexivos, ainda que na prática eles ocorram simultaneamente: um em relação ao espaço físico, ao cenário em que se delineou a pesquisa, e outro em relação aos atores que compunham a cena.

No primeiro movimento, pensando o contato com o espaço físico nos diversos períodos de imersão em campo, o processo de desnaturalização foi fundamental para que, a partir desse, o entendimento do cenário fosse sendo ampliado e a historicidade do espaço físico aflorasse. Não que se estivesse descobrindo algo novo, inimaginável ou exótico, e sim o clareamento da retina para questões que até então eram imperceptíveis e para a desconstrução de categorias explicativas que já não mais encontravam nexos no mundo sensível. De uma paisagem que a cada nova “descida na favela” passava do incomum para o habitual, até o ponto que esta se tornou questionável. Do primeiro dia,

²⁹ Ver Gramsci (1995), Bourdieu (1968, 1992).

³⁰ Ver Malinowski (1978), Geertz (1989, 1998), Clifford (1998), Wagner (2010) e Favret-Saada (1980, 2005). No campo da antropologia urbana brasileira ver a reflexão de Magnani (1996, 2002).

quando passei pelas caçambas de lixo, uma espécie de portal de entrada, onde começava a haver “vida”, pessoas circulando, barulho, seguindo a descida da favela pela viela principal, as escadarias, o instante no qual se abriu aquela foto inesquecível que, como primeira impressão, ficou gravada na mente: muita gente em pouco espaço, casas amontoadas uma em cima da outra como uma enorme plantação de cogumelos, aquela sensação de um bolsão enorme de pobreza no qual só podia ser pensando em relação à riqueza do centro da cidade, o cheiro forte do esgoto que forçava asperamente as narinas naquele dia de sol forte, as crianças brincando nos becos, pipas colorindo o céu azul, as ligações de fios elétricos amontoadas sempre tão impressionantes, em suma, os elementos do choque, conexões impossíveis de serem feitas apenas pelo primeiro impacto. Até o dia em que tudo isso se transforma em rotina: o cheiro forte do esgoto já não é áspero e sim habitual. Cheiro, imagem e barulho passavam a integrar um único espaço, é nessa integração que se criava o referente mental “favela”. Ao mesmo tempo, o estranhamento e a desnaturalização desse mesmo espaço: já não eram mais casas iguais, havia uma diferença entre as casas espremidas nas encostas dos dois morros que cortados por um rio canalizado dividia a favela ao meio. O espaço físico já não era um dado natural, havia uma historicidade nas arquiteturas. Das casas mais antigas até as casas mais recentes, o diferente uso dos materiais de construção, casas de alvenaria com pintura, alvenaria recente ainda exposta, casas de madeira e madeirite, tudo isso clareava o processo histórico de ocupação da favela que já não era mais o bolsão de pobreza homogêneo. Se outrora um cenário caótico, agora as pessoas e o espaço eram identificáveis, ninguém estava ali à toa, fossem os meninos de vigia das “bocas” no alto do morro ou os “manos” que passavam de carro com o som alto ouvindo um rap ou funk, todos tinham um papel dentro desse cenário. Entre idas e vindas a campo, desnaturalizando o habitual, estranhando o cotidiano, as sutilezas, tão características das margens, paulatinamente passavam a ser percebidas e a descrição etnográfica frutificava.

Já um segundo movimento reflexivo diz respeito ao etnógrafo em relação aos atores que compunham a cena, de tal modo que a depender do contexto e da situação que se apresentava, era-me dado um determinado papel. Assim, transitei por várias personalidades e rótulos, por várias ações esperadas e posturas a serem tomadas. No CAC eu era um pesquisador universitário, como outros que por lá haviam transitado. Na maioria do tempo eles faziam um esforço de integração, no sentido de me tornar “parte da equipe”. Em outros momentos, principalmente em situações limites, eu sempre

estava no “entre”: era parte do CAC em certos casos e outros não. Assim, houve circunstâncias que a minha opinião foi perguntada e até ouvida e outros que minha presença não se fazia sensível e sequer eu tive autonomia de fala. Não que eu estivesse excluído e, conseqüentemente, não influenciando no espaço e nas ações, ou que no sentido de uma malevolência por parte dos atores do campo eu estivesse propositalmente sendo deixado de lado, e sim porque sendo de outro lugar, aquilo não me dizia respeito, não me era cabível “(...) *fica fora disso [da discussão]. Você é gente boa, não tem nada a ver com isso*” (Nota de diário de campo, janeiro de 2011). Na favela, quando eu andava com os educadores ou integrantes do CAC, eu era parte da instituição que em relação aos moradores da favela se põe como “um outro”, uma vez que são pessoas que vem da “parte bairro” do distrito para atuar dentro da “parte favela”³¹. Já quando andava com algum morador da favela eu sempre era apresentado como alguém que fazia pesquisa na região ligado ao CAC. Se a pessoa não estava interessada em pesquisa alguma e, conseqüentemente, para ela o que importava era saber se eu podia estar ali, meus interlocutores usavam outro recurso “*Ele é do CAC*”. Deste modo, para as pessoas que pouco se importavam eu era apenas mais um educador ou funcionário de um instituição do distrito que estava pela “quebrada”. As que se interessavam e se dispunham a ouvir e perguntar quem eu era, a ponto de ouvir sobre a pesquisa, algo difícil de ser verbalizado sem certo pudor, sempre me foram cordiais e receptivos a ajudar. Raros foram os momentos que a minha presença foi questionada e taxada como perigosa. O mais próximo que cheguei foi quando uma das moradoras que caminhava comigo perguntou “*Você gosta muito de bandidagem, sempre quer saber dessas coisas, você é polícia, é?*”. Depois de uma conversa, qualquer probabilidade de mal entendido foi sanada³².

Dessa forma, o trânsito por essas posições distintas foi o que permitiu a derivação de categorias analíticas importantes. Entretanto, como parte da própria reflexão metodológica do trabalho antropológico, compete destacar que mesmo tendo previamente as posições do etnógrafo em cena como uma questão fundamental, no decorrer das ações cotidianas, diálogos e vivências, pensar sobre tais posições se torna impraticável: apenas se vivem as situações. Essa reflexão só é possível em um segundo

³¹ “Parte bairro” remete a área legalizada do distrito e a “parte favela” a área de ocupação ilegal. Para além de elucidar diferentes formas de ocupação do tecido urbano, o contraste posto entre os dois termos tem efeitos práticos na vida cotidiana, desde acesso a serviços de infraestrutura urbana até relações específicas com “o mundo do crime”.

³² O diálogo marca e revela um importante código social da vida cotidiana: há uma proibição de se chamar a polícia dentro da favela. Não se trata de algo institucionalizado pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) que atua no distrito, mas de uma diretriz que é seguida pelos moradores, sejam eles ligados ou não ao “partido”.

momento, na leitura dos diários de campo, na rememoração das cenas, da análise das situações a luz da teoria. Vivenciar, observar, dialogar, refletir e escrever, esses foram os verbos importantes durante os períodos de pesquisa de campo. Já em um segundo momento, distanciar, interpretar, ler, reinterpretar e textualizar, foram mais significativos. No jogo de verbos nota-se a importância da pesquisa de campo para a construção do conhecimento antropológico, e também do distanciamento do campo, pois só assim se pode “digerir” toda massa bruta de informações que foram vivenciadas e construídas na etnografia.

Se partíamos de histórias e condições sociais distintas, que norteavam nossas posições, naqueles momentos estávamos ali juntos, constituíamos uma existência comum, dividíamos o mesmo tempo e espaço: foi desfazendo a distância física e psicológica que compartilhamos a experiência da grande cidade.

Por fim, cabe destacar que se em algum momento essa reflexão possa ter demasiadamente caminhado para a ideia de contato (etnógrafo/sociedade estudada), não se trata, pois, de um “ranço romântico do contato”, bastante criticado na teoria antropológica em que se exotizavam as pessoas ou grupos estudados, criando por vezes a ideia de um universo social encerrado em si, e sim de um *contato romântico* no qual pude ensinar e aprender, vivenciar e compartilhar com experiências das mais variadas ordens: histórias de vida, alegrias, risadas, sonhos, frustrações, medos, dor, etc. Decompondo o realismo desencantado que arrebatava a todos em sua face fria e direta e que nos transforma em números, dados e estatísticas, a pesquisa de campo etnográfica encheu de subjetividade, de conteúdo, os nomes, as categorias, os tipos sociais, os lugares, os olhares. Se no texto final que compõe essa dissertação tais conteúdos são difíceis de serem transformados em palavras, no processo de pesquisa eles compuseram fator determinante, sem o qual nenhuma categoria analítica poderia ser construída.

PARTE I - DE VOLTA A ALGO NOVO

O sangue, o roubo, a morte / Um negro em cada
jornal / E um sorriso nos lábios / Noventa e cinco
sorrisos / Suando na condução / E um sorriso nos
lábios / Mas sonha que passa / Ou toma cachaça /
Aguenta firme, irmão na oração / Deus tudo vê e
Deus dará / Ou então acha graça / É tão pouca a
desgraça / Mas no fim do mês / Lembra de pagar a
prestação / Desse sorriso nos lábios (...)

Gonzaguinha, *Um sorriso nos lábios*, 1976.

Mesmo espaço, diferentes tempos

Vila Operária: da migração à favela

O distrito de Vila Operária, periferia da Zona Leste da cidade de São Paulo, tem hoje cerca de 300 mil habitantes, dispostos em bairros bastante heterogêneos, cuja área total é de 13,50 km² e a proporção de habitantes/km² é de 21,076. Uma viagem de ônibus do centro até Vila Operária, variando as possíveis rotas e linhas, é um exercício de aprendizado que repeti incontáveis vezes, e que me trouxeram paisagens diversificadas e temporalidades distintas ainda que coexistentes. Fossem as grandes avenidas de acesso ao distrito, que antigamente abrigavam moradores e comércios regionais, e que hoje paulatinamente dão lugar a condomínios residenciais de médio porte³³ e a grandes redes de comércio (hipermercados, concessionárias automotivas, franquias de *fast-food*, lojas de departamento, etc), ou os grandes conjuntos habitacionais de prédios construídos por programas de habitação (das gestões municipais e estaduais de outrora), passando por casas de um antigo proletariado da região que remonta ao início do distrito, as fotografias mentais que tenho de Vila Operária ajudam a contar sua história. Contudo, essa história não seria completa sem a adição de uma de suas fotografias mais marcantes: as favelas. Também nomeadas como “favelas consolidadas³⁴”, que se caracterizam por terem taxas baixas ou nulas de

³³ A chegada do transporte público via metrô fez com que houvesse uma supervalorização imobiliária em Vila Operária e, com isso, muitos moradores e antigos comerciantes preferiram vender seus imóveis e sair do distrito. Hoje é comum, em suas principais avenidas, a construção de condomínios residenciais (via grandes construtoras) destinados a uma classe média. Com quadra esportiva interna e piscina, mas também, muros altos, grades, arames farpados e sistemas de câmeras, essas grandes construções alteram tanto a estruturas físicas da paisagem cotidiana como as relações de estruturas do espaço social (Bourdieu, 1997). Uma importante referência sobre o tema dos condomínios fechados está em Teresa Caldeira (2011).

³⁴ Decorrentes da necessidade de nomear os diferentes fenômenos urbanos que surgem da heterogeneidade de situações periféricas observáveis, e fazendo uma análise crítica das categorias explicativas existentes e uma reflexão sobre seus usos, vem sendo criado todo um novo vocabulário dos quais termos como “hiperperiferia”, “periferia consolidada”, “periferia não-consolidada”, “periferia metropolitana”, “favela-consolidada”, “favela urbanizada” e “favela de periferia”, são alguns exemplos (TORRES e MARQUES, 2001).

crescimento anual³⁵, esses territórios são muito populosos, isto é, “muita gente em pouco espaço”. Por conta da topografia do terreno, bastante acentuada irregular, com declives acentuados e áreas planas, a maioria das favelas do distrito estão localizadas em áreas que não puderam ser loteadas quando da ocupação em tempos anteriores, o que significa dizer que a maioria das favelas encontram-se próximas a córregos (canalizados ou não) ou beiras de morros.

Entretanto, para entendermos a constituição do distrito, no que tange a sua composição social, devemos voltar um pouco no tempo.

Data dos anos 1950 o início da ocupação urbana de Vila Operária quando da chegada de um grande contingente de migrantes nordestinos que passa a viver na região³⁶. Todavia, é a partir da década de 60, que esse processo se intensifica. Afastados do centro da cidade por força dos instrumentos legais, bem como pelo mercado imobiliário, a população pobre, composta em sua maioria por migrantes que vinham em busca do trabalho industrial, e, conseqüentemente, em busca de um sonho de ascensão social, passava a ocupar as fronteiras de expansão da cidade até àquele momento. É no fim dessa década que foi construído o primeiro grande conjunto habitacional de Vila Operária.

O fenômeno não era único e sua velocidade chamava a atenção. Em toda cidade de São Paulo a camada mais pobre, por falta de recursos econômicos, se deslocava para espaços desprovidos de infraestrutura urbana, dando início ao processo de “periferização”. São Paulo se espalhava seguindo um modelo concêntrico de crescimento da mancha urbana, que se baseava na oposição entre dois termos: centro e periferia³⁷. De um lado o fortalecimento do *centro* – infraestrutura de serviços, assistência estatal, transporte – do outro a *periferia*, caracterizada como espaço da ausência de estado³⁸, cumulativo de carências e de moradias autoconstruídas.

Pela falta de recursos e a necessidade de moradia, os trabalhadores passaram a ocupar as partes não loteadas do distrito: surgem, então, as favelas de Vila Operária. Foi

³⁵ De acordo com os dados do SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, Vila Operária teve entre 1991 a 2004 taxa de crescimento de 0,9% ao ano, muito diferente de regiões em franco crescimento como Cidade de Tiradentes com 6,9% ao ano. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000; Fundação Seade.

³⁶ Antes de sua ocupação urbana, o território de Vila Operária era composto por um grande número de portugueses, que se instalaram em grandes chácaras, desde a década de 20, e se dedicavam a cultura de flores e hortifrutigranjeiros.

³⁷ Para uma análise mais detalhada desse processo ver Milton Santos (2005).

³⁸ A leitura pela “ausência” nas periferias deve entendida nesse período em relação a serviços públicos, infra-estrutura e serviços como saúde, educação, transporte, habitação, lazer, etc., uma vez que durante toda a sua constituição a repressão estatal, na forma de polícia, se fez presente (e ainda se faz).

Rosana, 38 anos, em uma entrevista realizada em 2010, que me ajudará a contar melhor sobre esse momento em Vila Operária, quando da sua chegada ao distrito:

ROSANA: Quando nós viemos da Bahia pra cá, nós fomos morar em São Caetano num cortiço. Que é... Hoje eu conheço como cortiço, na época eu achava que era uma casa, porque se moravam várias, várias famílias. Meu pai trabalhava sozinho, minha mãe ainda num, num trabalhava, tava procurando serviço, sempre costureira, dona do lar, dividia os filhos, né³⁹? Eu fui um pouco pra casa da minha tia, ela ficou com os outros dois e meu pai trabalhando. Quando ela percebeu que ela tava perdendo a família e não tinha condições financeiras com o que eles ganhava de continuar pagando aluguel eles conheceram... Até hoje eu tenho vontade de perguntar pra ela como que ela conheceu esse local [Pq. Esperança, um dos bairros do distrito de Vila Operária]. Eu sei que foi indicado por um rapaz que trabalhava com o meu pai na firma. Meu pai era metalúrgico, né. Na época. Trabalhou lá por três anos, aí foi quando ele pediu a conta dessa firma pra comprar esse barraco aqui no Parque Esperança e viemos morar. Só que até aí a gente não sabia o que era barraco, né? A gente achava que era uma casa. Aí quando nós chegamos, até brincamos "ah, aqui tem uma casinha de boneca", porque era um barraco de madeira com telha brasilita. Eu lembro assim muito claro que a primeira vez que, o primeiro final de semana que nós passamos aqui quando a gente mudou, teve uma chuva muito forte e a chuva levou tudo o telhado do barraco. Só que meu pai era pedreiro também. Aí foi quando meu pai fez uma casa de alvenaria pela, foi a primeira casa de alvenaria que houve aqui no Parque Esperança, porque as demais era tudo de madeira.

Da chegada ao desejo de integração, a década seguinte, 70, a região de Vila Operária foi marcada por uma intensa militância política. A emergência política dos assim chamados “movimentos sociais urbanos”, nos quais sindicatos, igreja, movimentos operários, associações de bairros, etc., faziam sua “luta” política por melhores condições de vida⁴⁰, é até hoje contada pelos moradores mais velhos, como Rosana. Estava em questão a integração dos agora moradores à cidade.

Contudo, a partir dos anos 80 e, principalmente, na década de 90 ocorre o aumento do índice de desemprego, o que faz com que os migrantes que antes ocupavam cargos na indústria da região passassem a perder seus empregos. Os que chegavam em meio a esse processo de refluxo das oportunidades de emprego eram diretamente “encaminhados” para a favela. Desse modo, o espaço urbano foi sendo progressivamente ocupado, e Vila Operária vai tomando forma.

³⁹ Os laços familiares com outros parentes migrantes são muito relevantes no entendimento do processo de migração, principalmente quando da chegada a São Paulo. Para mais ver Eunice Durham (1973).

⁴⁰ Para uma análise mais detalhada desse processo em São Paulo ver o documentário *ABC da Greve* de Leon Hirzman (1990) e, principalmente, o esforço empreendido pelos sociólogos leitores de Gramsci e Thompson, bem como da ciência Política preocupada com as relações entre “cultura e política”, a exemplos de Sader (1988); Paoli (1995); Dagnino (1994).

ROSANA: Ai ele construiu essa casa de alvenaria, de bloco pra gente morar, dessa casa ele, o terreno era grande, o espaço onde ele tinha comprado esse barraco, fez uma casa de três cômodos e um quintal. E ai a gente começou a viver, né. Adolescência, crescer, eu fui trabalhar na comuni... eu come... eu come... eu fui pra igreja, minha mãe nos levava... Ai foi quando a família se reuniu novamente. A minha mãe me trouxe da casa da minha tia, meus outros irmãos que tinham ido pra casa de outra tia, e viemos morar aqui. Ai minha mãe sempre trabalhando em casa porque não tinha com quem deixar os filhos, ai começou a trabalhar de costureira, que trabalha até hoje. Pegava a encomenda de uma firma e fazia em casa, a gente comprou uma máquina de costura e meu pai começou a trabalhar de pedreiro. E ai nós começamos a viver, a crescer aqui no meio. E, você vai crescendo, quando você é criança tudo é bonito, né, a terra é gostoso de você brincar, o morro, as árvores, que na época tinha muita coisa. Então a gente teve até uma infância muito gostosa, assim, sadia na brincadeira. Quando chega na adolescência você vai começando a ter mais... é, vivência, né, e conhecer o que na verdade existe, né. Ai foi quando a gente começou a ter contato com o tráfi..., como o... o pessoal que usava droga, né, com o tráfico. Meu pai montou um bar, um bar pra melhorar também na renda, só que não foi muito viável, porque isso daí tornou ele um alcoólatra, e assim minha mãe terminou sofrendo mais e a gente tinha mais convívio com o pessoal da droga, né, porque o pessoal na época tinha bar eles iam pra lá, eles bebiam, eles usavam e a gente foi, foi começando a conhecer.

Das fantasias e do desconhecimento da infância sadia na brincadeira, Rosana e seus irmãos vão crescendo e o entendimento do mundo a sua volta vai se mostrando muito menos belo do que se imaginava. O projeto operário, que buscava através do trabalho industrial a ascensão social, já não se apresenta como solução, pois já não fazia mais parte de um repertório de referências para as crianças e jovens que já nasceram ou foram criadas imersas nesse período⁴¹. Para elas, o mundo que se apresentava já era o do desemprego, da criminalidade violenta, da segregação e da miséria⁴². Ao mesmo tempo em que o território de Vila Operária ia sendo ocupado, a complexidade de seu mundo social também se expandia. De trabalhadores e bandidos para bandidos trabalhadores, as crises e as resignificações discursivas que estavam em curso, trariam novos elementos para a cena e marcariam profundamente a lembrança de quem viveu essa época.

⁴¹ Ver Feltran (2008b)

⁴² Cabe destacar aqui a produção musical de dois movimentos de periferia que efervescentes em São Paulo. Primeiro, o movimento Punk caracterizado pela revolta de uma geração com a situação socioeconômica da época e pelo horizonte de um mundo do “está por vir” que tinha cheiro da podridão e o escuro no fim do túnel. Segundo, o movimento do rap caracterizado por cantar, através de suas letras, em tom de denúncia, verdadeiras crônicas do cotidiano violento da “quebrada”.

Guerra e paz nas periferias

Em 1988 Eder Sader enfocaria suas matrizes discursivas⁴³ da periferia no âmbito do trabalho com o Novo Sindicalismo, da religião com as CEBs - Comunidade Eclesiais de Base, e na política com o Novo Marxismo dos partidos clandestinos que viriam a formar o Partido dos Trabalhadores (PT). Porém, para o contingente da população que não tinha acesso ao emprego industrial cada vez mais escasso, a década de 90 seria marcada por uma série de crises no âmbito social periférico que resignificariam profundamente essas categorias. Pontuo, primeiramente, os deslocamentos no mundo do trabalho em suas questões macroestruturais que passavam do modelo operário para uma crescente taxa de desemprego, o aumento do índice de não-trabalho e o crescimento do trabalho informal. Na religião a célere expansão do neopentecostalismo e sua ética de ascensão individualizante⁴⁴, que mais se aproximava das noções de empreendedorismo, informalidade e consumo presentes no cenário periférico, em detrimento da ascensão coletiva via a “politicamente engajada” teologia da libertação católica que vai perdendo sua força. Na infraestrutura também eram realizadas mudanças, principalmente na gestão do governo petista na capital com a prefeita Luiza Erundina em que os aparelhos estatais haviam se multiplicado, não de maneira suficiente⁴⁵, mas começaram a existir, frutos fundamentalmente das lutas dos próprios movimentos sociais.

Mas é incontestavelmente, no âmbito da vida cotidiana, que a passagem dos 90 para os anos 2000 ficaria marcada em muitos territórios paulistanos, inclusive Vila Operária, como a “época das guerras”. É nesse período que as taxas de homicídio no distrito e em várias periferias de São Paulo vão crescendo desenfreadamente até atingirem seu ápice no início dos anos 2000.

Quem me explicou melhor tais fatos foi Junior, também morador do Pq. Esperança e com um uma trajetória de roubo, trabalho no tráfico e conversão religiosa. Foi em uma de nossas primeiras prosas, no meu primeiro período em campo, que combinamos a entrevista, depois de uma longa conversa no qual ele me apresentou seu vasto conhecimento sobre o “mundo do crime”. Com seu jeito meio acelerado de falar e sussurrando a toda vez que o assunto caía em algo detidamente criminal, Junior falou

⁴³ Eder Sader (1988).

⁴⁴ Ronaldo Almeida (2009).

⁴⁵ Houve, nas últimas duas décadas, um grande número de investimentos públicos significativos nas periferias, principalmente de equipamentos públicos, ainda que de maneira insuficiente e desigual de uma região a outra (MARQUES e TORRES – Org., 2005).

por cerca de duas horas, e essa foi a única vez, de nossas várias conversas, que utilizei o recurso do gravador. Era uma quinta-feira por volta das cinco horas, tarde quente de janeiro de 2011. Sentamos no salão ao redor de uma mesinha de plástico. O ventilador tentava sem sucesso espantar o calor.

JUNIOR: Era mais morro, né, era mais mato, né. Só que é o seguinte: a favela ela sempre foi dividida em dois lados, que nem eu falei pra você. Você descendo a Rua Esperança, o lado direito é a rua... é a Pacheco Rabelo e aqui é a Escobar. Então tinha brigas de, de traficantes. Nessa essa época aí era uma terra sem lei, cara. É... a lei que eu falo pra você é que, hoje, né, pra você, pro cara matar alguém, ele tem que pedir permissão, antes não tinha isso, antes era terra sem lei, os cara matavam mesmo sem piedade e qualquer coisinha já tava matando. Eu estudava na [escola] Queiroz, não sei se você sabe, uma escola que tem aqui próximo, nessa rua aqui tá aqui tem uma escola, você já viu? Então. E quando eu saía da escola, cara, eu tinha que fazer zig-zag porque os corpos tava tudo no chão. Teve uma época que mataram é... três irmãos de uma vez só. Não, de uma vez só, não. Um tava no caixão, sendo velado, e os dois fora... já morto no chão, assim, coisa impressionante. E eu era criança, eu brincando assim pensando que eles tava bêbado, mas tava morto, e os dois que tava morto era irmão do que tava sendo velado. (...) Morreu gente, morreu muita gente ali, mano. Não tem lugar ali na Escobar onde não morreu gente, cara. Já vi mortes... já vi. U...uma vez, cara... foi até meu irmão que matou esse cara aí, esse que tava, que saiu aí. Ele... era envolvido, né. Eu não acreditei aquele dia, meu. Tava eu, meu irmão, esse rapaz que, né, morreu, e outro cara. A gente tava tomando vinho, cara, todo numa amizade... ai de repente os cara cisma com ele - acredito que foi por causa da droga que teve, foi muita droga e bebida alcoólica - e mataram o cara.

A “história” de Junior

Não recordo precisamente o dia em que conheci Junior. Mas no meu retrato mental do CAC ele já era um personagem instituído. Junior é um homem negro, magro, de estatura mediana, seu rosto pontiagudo e seu cabelo raspado nas laterais com o corte no topo da cabeça um pouco mais alto, o torna um rosto fácil de ser lembrado. Sempre cheirando rapé, um pó a base de tabaco, que carregava em uma pequena latinha de alumínio no bolso e que, segundo ele, servia para desentupir o nariz, sua presença é marcada em longas conversas desde meus primeiros diários de campo. Morador do Pq. Esperança, à época em que o conheci ele tinha 27 anos e trabalhava dentro da instituição. Caçula de uma família de sete irmãos vindos da Bahia nos anos 80, Junior era nascido em São Paulo, uma legítima cria de Vila Operária. Sempre me apontando caminhos e nomes a conhecer, falava com tom de orgulho de seu próprio posto de trabalho alcançado e de como saíra do “mundo do crime”, mas principalmente, me indagava sobre quem eu era, o que diabos era minha pesquisa, como eu a faria, e é claro, me dizia como eu deveria fazê-la. Foram várias as vezes que tive de afirmar que usaria nomes fictícios no trabalho ou que discutíamos sobre as concepções políticas de ambos. “Essa história de socialismo ou comunismo não rola hoje não, talvez na época deles. Hoje o tráfico tomou tudo”, afirmava.

Nós nos conhecíamos bem. Eu sabia da trajetória de Junior – adolescente envolvido no tráfico/roubo, interno da FEBEM, irmão da igreja/trabalhador da instituição - e ele da minha - rapaz interiorano que vai estudar fora e acaba como pesquisador universitário - mas ademais dessas trajetórias linearmente construídas, daquelas que dão a sensação de “eu já ouvi essa história antes”, um hiato se apresentava: o quê havia no meio disso? Eu era o pesquisador, e meu interesse sobre a vida dele se sobrepôs, até porque ele não parecia querer ficar ouvindo a minha. Justo. Pedi então que me contasse sua “história”, como ele havia começado na vida do crime.

- Minha família... eles vieram da Bahia. Eu nasci aqui, cara. Eu tinha sete irmãos. Um foi assassinado em briga de traficante [década de 90]. Eu tava... eu tava em casa quando um rapaz ligou e falou que tinha acontecido alguma coisa com ele. Tomou um tiro no coração, cara, morreu na hora. Duas... três [irmãs] morreram de doença: duas de AIDS e uma de cigarro. Eu sou o caçula e a minha mãe também faleceu. Eu não tenho mãe nem pai, então, mora eu, um irmão meu e um sobrinho. O sobrinho é casado, então mora tudo no mesmo lugar. O outro meu irmão ficou preso por quinze anos e faz quatro anos que ele saiu, casou, tem filho, quer dizer, mudou né. Ah, uma... duas morreram de AIDS. Essa é, eu vou falar da, tinha é, tinha né, porque ela já faleceu. O nome dela era Karina. “Era”, não, “é” né. E ela se envolveu com um rapaz que usava baque. Baque é droga injetável, né. Aí ela contraiu AIDS, cara. Minha irmã, ela não usava. Aí, a outra também. A outra foi terrível, cara, porque ela sempre trabalhou, sempre foi uma menina honesta e o esposo dela saía com umas nôia, né, umas viciadas na rua e trouxe AIDS pra dentro de casa. Aí acabou matando

A narrativa de Junior sobre o cotidiano dos anos 90 longe de ser singular é bastante repetitiva, já que se trata do período em que houve uma ascensão do espectro da “violência urbana” (enquanto representação⁴⁶) e das dinâmicas internas ao crime que passaram a fazer parte do universo diário, principalmente com o aumento do tráfico de drogas⁴⁷ e da violência física letal relativa às disputas territoriais e cadeias de vingança. Os trabalhadores do crime viviam armados e as disputas por territórios e por pontos de venda de droga eram comuns entre grupos armados que tentavam o controle das atividades criminais locais. Ademais, como ele mesmo descreve no assassinato cometido por seu irmão, muitos dos problemas da ordem do pessoal eram resolvidos com um ataque físico direto, isto é, matava-se o agressor ou rival. Em alguns casos, ninguém reivindicava discutir o ocorrido, como no caso do irmão de Junior, entretanto, em outros, criava-se um ciclo de mortes, a tradicional *vendeta*, pois o morto sempre tinha um parente ou amigo que, por diversas razões, iria “cobrar” aquela morte, ou seja, se vingar pelo falecido.

ela. E ela mesmo não acreditou quando ficou sabendo, falou “mas eu não sei com ninguém. Por que AIDS?”. Então criou uma revolta, e isso que matou ela rápido, porque ela não se conformou que ela tinha morrido de AIDS. A outra, é como se diz, “não aguentou o baque”, eu acredito que de tanto ver tanta desgraça e começou a beber demais, bebia, fumava demais e acabou morrendo também. Usava muita droga, muita, nossa, tanto que morreu, né, de repente. Meu pai batia na minha mãe. Bebia, nossa, era alcoólatra mesmo daqueles. Tanto que o problema dele foi que ele bebia e dormia na rua, chovendo... Bronquite. Pegou essa doença, daí morreu.

Em todas as nossas boas prosas, jamais ouvira a “história” de Junior tal qual ele me apresentava naquele momento. Até por esse fato, sua narrativa inicia é focada em resumir suas perdas familiares e assim me apresentar outro roteiro sobre sua vida: não se trataria mais de compreender o Junior *trabalhador* da instituição que ajudava o amigo antropólogo, e sim me ambientar ao Junior *ladrão* e seu drama familiar marcado por elementos como morte, prisão, violência doméstica e crime. Contudo, ainda faltava o elemento chave de toda sua elaboração: a mãe.

- A minha mãe foi problema de depressão que eu acredito que causou isso, né. Ficou deprimida. Ela se matou. Nós acordamos, eu acordei com meu irmão me chamando e ela tava no corredor do banheiro. Já tava morta. Se matou com lençol, cara. Se matou com lençol. Então a partir dali acabou, né, meu, você não vai... Eu era moleque, né, cara, eu fiquei olhando e... Eu levantei, sai da minha cama e olhei. Porque ela dormia aqui e eu aqui, pra ela ir no banheiro ela tinha que passar por cima de mim, cara, e eu não acordei, sono pesado, aí eu não acordei. Aí quando acordei se deparei com aquilo ali. Aí fiquei olhando assim, aí depois e aquilo ficou gravado na minha cabeça, eu nunca esqueci, né, mas ficou um bom tempo, cara. Fiquei mal, fiquei... anos... anos mal. Pensava até em me matar também. Eu achava que já acabou, né, meu, não tinha mais mãe, não tinha mais ninguém. Loucura, cara. Foi loucura, hein? Pra mim foi uma... Eu vivi um momento que eu fiquei até doente, meu. Com problema. Psiquiatria. Eu fui pra psiquiatria. Então, eu fiquei mal, fiquei um bom tempo mal. Eu tinha uns 16 anos. Nessa época eu já tava envolvido. Porque em casa sempre foi assim: meu irmão traficante. Então eu fui pegando o exemplo dele. Então, pequeno eu comecei a fumar maconha, eu tinha nove anos pô. Tinha nove anos de idade eu comecei a fumar. Aí fiquei... Usava todo tipo de droga, né, menos crack e o baque, né, essa droga injetável eu nunca usei, mas... Artemis [nome popular para o medicamento anticolinérgico Artane], eu não sei se você já ouviu falar, Artemis, Diazepam você deve conhecer. Usava esses tipos de coisa. Esses tipos de droga aí. Sintética, né. Eu ficava louco, e saía. Eu achava melhor ficar louco, porque senão eu, eu achava que eu ia se matar porque muita coisa na cabeça, né, imagina: você perde a sua família toda. A forma que você perdeu que é o... Primeiro só usava e depois foi passando o tempo, eu fui me enturmando com as pessoas, aí entrei de cabeça: comecei a roubar.

Embora seja a última a se apresentar na trama, a morte da mãe é central em sua narrativa. Vê-se que apesar da dificuldade na enunciação, é decisivamente a cena mais bem descrita, isso porque a figura da mãe é comumente elaborada como sendo basilar para a vida do sujeito homem

⁴⁶ "Violência urbana" deve ser pensada enquanto uma representação, um objeto, não uma categoria analítica, pois a expressão aglomera em si práticas e conteúdos que são essencialmente distintos na vida social, produzindo assim uma unidade supostamente explicativa. Para uma fina análise da discussão ver Machado da Silva (1993) e Misse (1999a).

⁴⁷ O aumento do uso e tráfico de cocaína remonta a esse período.

Também, neste ponto, cabem destacar as ações de outros atores sociais que se faziam presentes em cena. Entre eles, destaco primeiro a polícia, cuja relação com o crime, nesse período, era altamente conflituosa, o que fazia com que os “trabalhadores das drogas” e outros “ladrões” tivessem que andar constantemente armados. Trocar

de periferia. Sempre pronta a ajudar e acolher o filho, a despeito de toda negatividade do mundo, a figura da mãe aparece sempre hiperpositivada, fonte de toda bondade e amor verdadeiro, como revela o jargão tão usado em tatuagens “Amor só de mãe” ou em muitas letras de rap no qual a *mãe* é invocada em contraposição ao mal do mundo. Nesse sentido, a tragédia com a mãe retira o polo positivo que ainda sustentava Junior entre o crime e a casa, uma vez que “*Nessa época eu já tava envolvido*”. Do exemplo caseiro do irmão, ao uso de medicação e droga para “ficar louco” e viver tudo aquilo como pesadelo e não realidade, até ir passando o tempo e se enturmando com os outros adolescentes da “quebrada”, toda a cena é moldada para o único desfecho possível à narração: “(...) *ai entrei de cabeça: comecei a roubar*”. É importante ressaltar que a “história” descrita por Junior é repleta de singularidades e especificidades, não podendo ser tomada como típica e nem ideal. Contudo, o enredo elaborado pelo narrador, esta longe de ser singular. Os processos que a encadeiam são recorrentemente elaborados por meninos da favela quando de seus encontros como educadores, psicólogos ou assistentes sociais. Deste modo, a narrativa ganha um tom de *justificativa* para que ao fim tenhamos a síntese do narrador, a entrada para o “mundo do crime”.

tiros com a os “homi” era uma constante no universo dos que estavam no crime. Foi nessa época em que a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar), adquiriu nas periferias um estatuto diferenciado e sua fama quase que fantasmagórica, passando a ser vinculada simbolicamente, ainda que com efeitos bem reais, com categorias como o medo e o terror, fosse por pessoas inscritas no universo do crime ou não. Além disso, havia grupos de extermínio formado por policiais e civis, os justiceiros chamados de “pés de pato” (muitas vezes contratados para fazerem algum “serviço”), os linchamentos populares e as chefias criminais locais baseadas no carisma (na ideia do protetor da favela, que faz justiça pelo bem comum) e pela ação da violência física (pelo medo). Assim, pode-se dizer que tanto pela ação do estado, no seu referente mais sensível na questão, a polícia, como também na relação dos próprios moradores e dos criminosos da região, a criminalidade violenta⁴⁸ estava muito presente no cotidiano.

É então que no início da década de 2000, em Vila Operária mais precisamente no natal de 2003⁴⁹, que o PCC (Primeiro Comando da Capital), há tempos presente nas unidades carcerárias do Estado de São Paulo⁵⁰, passa a operar. O “comando”, “partido” ou simplesmente “os irmãos” (todos os três, termos nativos para se referir ao PCC e seus integrantes), passam a regular as atividades do tráfico de drogas local, e também de outros mercados ilegais do distrito, agindo diretamente nas relações entre os “bandidos”. Assim, o PCC passou a expandir sua legitimidade entre determinados

⁴⁸ Machado da Silva (1999).

⁴⁹ O natal é uma data marcante, pois era quando alguns detentos tinham direito ao indulto de natal, uma das conhecidas “saidinhas” de cadeia. Estas datas eram usadas pelos indultados como período para o acerto de contas com seus inimigos. No natal de 2003, não houve mortes no distrito de Vila Operária. Algo havia mudado, já não se podia matar indiscriminadamente.

⁵⁰ A presença do PCC dentro nos presídios paulistas é mais antiga, data ao menos de 1993. Ver Biondi (2010).

atores, vinculados diretamente ou não ao crime, uma vez que além de questões de regulação mercadológica (drogas, assaltos, etc.) esse passou a atuar na forma de operar as relações entre atores da favela: a proibição de se chamar polícia na favela, essa sempre pensada como inimiga, o processo de obtenção de aval para matar outro “bandido” que se tornou um processo complexo mediado pelos “irmãos” do PCC, e por tribunais extralegais que debatem e elaboram sentenças em diferentes níveis, e a resolução de pequenos conflitos entre moradores, foram alguns dos campos da sociabilidade em que o PCC passou a atuar⁵¹ e nos quais se encontram as chaves principais na compreensão da grande queda da taxa de homicídios nas periferias de São Paulo.

JUNIOR: Depois que entrou o PCC mudou, porque hoje tem uma “lei”, né, não pode matar ninguém sem a permissão do cara que fica responsável pelo bairro. Melhorou, vixe, com certeza. Hoje você não vê mais corpos. Tem caso que é o extremo, né, mas aí não tem mais jeito...(…) Tem um monte de irmão aqui. E aí na hora de decidir o debate não é com o gerente de biqueira não, é com eles [irmãos]. O próprio gerente chama eles e explica o que tá acontecendo, né? Ai ele chama, aí chama pro debate, vai escuta o cara... Vai escutar ele, vai deixar ele falar. Mas tem diferença sim, cara. Esses dias aí aconteceu essa cena. Um era irmão dum, né, dum cara que era envolvido e o outro não. O outro só bateram, que era irmão, e o outro executaram, cara, mataram. Ele tava envolvido com polícia, né. Levando e trazendo, né, as informação. E pegaram os cara fazendo isso. Mas o outro era, né, o irmão era envolvido, só apanhou. E o outro foi assassinado ...com nove tiros. Mas as porrada é um exemplo também. É na rua. É um exemplo pra mostra, né, pra quem vê, se cometer a mesma coisa vai ser feito de igual. Com polícia aqui, num tem perdão. O crime ele é falho, cara, mas ele não admite falha, né?

Sem dúvida, o grande aspecto da narrativa é a visão positivada que Junior tem da emergência do PCC na sua “quebrada”. Longe de ser simples, o raciocínio feito por ele é bastante prático e sensível na vida cotidiana “*Hoje você não vê mais corpos*”. O período que ficou conhecido como a “pacificação⁵²”, cuja questão principal está na grande queda das taxas de homicídios em São Paulo pós anos 2000 se apresenta ainda hoje como um campo em disputa⁵³, seja no debate acadêmico, quanto no debate público no sentido mais estrito da política eleitoral dentro do Estado de São Paulo. Para muitos

⁵¹ Ver Feltran (2011) e Marques (2010).

⁵² A dita “pacificação” aconteceu de diferentes formas em diferentes localidades. Em algumas periferias foram através de disputas armadas e violentas e, em outras, só havia o uso da força quando da impossibilidade de acordos entre os “ladrão”. Este último é o caso de Vila Operária.

⁵³ Ainda que o PCC tenha sido fator determinante para o desenvolvimento do processo de “pacificação”, cabe aqui destacar que ele não foi o único. O “consenso” de que “tá na hora de irmão parar de matar irmão”, pode ser observado em diversos atores das periferias, desde grupos de rap até grupos de baloeiros, havia uma sintonia entre eles, como destacam respectivamente Henrique Takahashi (2013) e Marcos Guidotti Silva (2013).

dos meus interlocutores, falar desse tema significa fazer uma reflexão no qual os dois tempos “época das guerras” e “pacificação” são postos lado a lado, e a passagem é pensada como um marco na trajetória da vida ordinária. O que significa dizer que não se trata de ser contra ou a favor do PCC, até porque os discursos, principalmente de quem não está diretamente no “mundo do crime”, são de oposição. Nunca uma mãe me disse que gostava de ter seu filho no crime e nem que era a favor de que o PCC promovesse “debates” para a resolução de conflitos, mas não foram poucas as mães que, tendo perdido dois ou três filhos assassinados na década anterior, entendiam o atual momento como positivo, já que seus outros filhos “envolvidos” estavam vivos.

Mesmo com Junior pontuando uma assimetria de poder durante o “debate” que ele nos conta, quando da diferença de um “irmão” para outro sujeito, o nosso narrador salienta que no “debate” o interrogado não é unicamente colocado perante “leis e normas” e, assim, acusado, julgado e punido. Não apenas Junior, mas outros tantos interlocutores, fazem questão de pontuar que em uma “debate” o acusado tem o direito de fala “*Vai escutar ele, vai deixar ele falar*”. Gabriel Feltran, em seu artigo *Crime e castigo na cidade*, faz uma precisa análise das operações dos “tribunais do crime”, em operação nas periferias da cidade de São Paulo:

Para efeitos de descrição e categorização, certamente um tanto arbitrária, creio ser possível elaborar a complexidade desse dispositivo cotidiano em três níveis distintos: (i) há debates que deliberam sobre “pequenas causas”, ou desvios de muito pouca gravidade, que podem ser resolvidas por uma “ideia” trocada de modo rápido, por indivíduos da localidade em que o desvio ocorreu; (ii) há casos de gravidade moderada, que têm de ser arbitrados pela consulta a outros “irmãos”, mais “considerados” no “crime”, e as consultas por telefone celular se encarregam disso; e (iii) há, finalmente, casos de vida ou morte, que só se definem após “debates” bastante mais complexos que os primeiros, em que diversos indivíduos que ocupam posições relacionais conhecidas como “torres”, produzam uma sentença consensual.

A sentença é invariavelmente amparada tanto no respeito aos princípios da facção, quanto nas performances e nos depoimentos de acusados e vítimas. Há espaço para argumentação ampla de acusação e, sobretudo, de defesa – na qual a virtude do indivíduo deve aparecer em ato. Os debates são agonísticos e deliberativos. No limite, pode-se decidir neles quem vive, quem mata e quem morre. (FELTRAN, 2010, p. 63)

Assim, tanto no distrito de Vila Operária, quanto em outras periferias da cidade de São Paulo, o “mundo do crime”, não desconexo das demais relações sociais, foi expandindo sua capacidade de disputar a legitimidade por ordenamentos sociais, circulação de mercadorias, serviços e discursos nas fronteiras que o circunscrevem. As disputas nas fronteiras entre “mundo do crime” e “mundo legítimo” pelos sentidos do

que eram social e publicamente legítimos passou a interferir na gestão de territórios, populações, discursos e, fundamentalmente, na sociabilidade das favelas e periferias. Passávamos, pois, de um modelo de liderança carismática e altamente violenta (ideia do protetor da favela), em que havia disputas territoriais por pontos de venda de droga, para uma ordem empresarial e pouco violenta.

O período que ficaria conhecido como “a paz do comando”, em Vila Operária de 2003 a 2011, caracterizado pelo baixo número de homicídios, através de dispositivos de regulação de conflitos como os “debates” acima mencionados, e uma regulação muito específica dos mercados ilegais nas periferias, inclusive com acordos financeiros do tráfico de drogas com policiais locais para que se evitassem apreensões, são cortados por dois eventos marcantes que merecem destaque: são eles a “Operações Saturação” e o que ficou conhecido como “crimes de maio” ou “ataques do PCC”, em maio de 2006. O primeiro teve por objetivo a ocupação militar das periferias de São Paulo, tendo como foco o fechamento dos pontos de venda de droga. Tratava-se de uma mega operação que contou com um número grande de policiais que não eram da localidade que estava para ser ocupada. Por efeito, a categoria *bandido* era estendida a todo aquele que já tivera “passagem” pela polícia, aos afrodescendentes (o que pontua uma questão racial ao tema) e aos jovens que viviam dentro da favela. Sinteticamente, essas operações acabaram por realizar muitas apreensões de droga, mas logo terminadas o “mundo do crime” reestabelecia suas atividades cotidianas, principalmente a venda de drogas. Já os “crimes de maio” ou “ataques do PCC”, nome que se dá a série de rebeliões prisionais simultâneas e ataques a bases policiais no Estado de São Paulo ocorridas em maio de 2006, denotou um marco histórico da demonstração de força do PCC e, posteriormente, da capacidade repressiva da polícia militar do Estado de São Paulo. Nesse evento, que interessantemente marca a memória coletiva do paulistano, já que é comum que as pessoas se lembrem de onde estavam quando se iniciaram os ataques, ou mesmo por cenas como às nove da noite de uma segunda-feira a Avenida Paulista (no centro de São Paulo) completamente vazia, a categoria *bandido* foi amplamente estendida⁵⁴, como nunca o fora antes, para todo morador da periferia. Esse evento se constituiu em quanto um ponto fora da curva no que concerne à estatística do índice de homicídios em São Paulo, já que em uma semana quase quinhentas pessoas foram mortas, em sua maioria

⁵⁴ Feltran (2011)

civis mortos pela polícia paulista⁵⁵, numa reação estatal desproporcional e politicamente orientada.

Conflito, coexistência e gestão nas margens do estado

Em finais da década de 2000 uma série de estudos na cidade de São Paulo realizou um esforço sistemático de reinterpretação das periferias, mobilizando referências, disciplinas, fontes e métodos diversificados⁵⁶. Reutilizando criticamente alguns elementos produzidos nas diferentes abordagens que até hoje haviam se debruçado sobre a discussão da criminalidade urbana violenta e, construindo novas perspectivas para o debate, no qual cabe destacar o papel absolutamente prevalente da pesquisa de campo, esses trabalhos procuram demonstrar quão complexamente se constituíram as periferias da cidade, demonstrando a existência de graus variados de heterogeneidade social bem como de linhas de ação de atores sociais envolvidos na produção do espaço periférico. Sem se apoiar em uma referência exclusiva do estado, propuseram tanto uma ruptura de uma leitura da periferia pela ótica da ausência de estado - uma porque muito havia se alterado no espaço físico do que se convencionou chamar “periferia”, outra porque tal leitura é amparada por pressupostos de que há um ideal a ser alcançado, o ideal de uma classe média, branca, dita civilizada – quanto de uma leitura da criminalidade pela ótica da formação de um estado dentro do estado (crime como um estado paralelo), o que em absoluto não significa dizer que tal proposta fosse à contramão do “mundo legítimo”, e sim de que o foco estava em estabelecer os nexos que se desenham entre os mundos “legítimo” e “ilegítimo”. Desse modo, o deslocamento analítico realizado por esses trabalhos procurou situar às estratégias individuais e coletivas tanto na estrutura social local, no que tange ao “mundo do crime” e a sociabilidade periférica, como no quadro mais amplo das relações estabelecidas a partir da periferia para com o mercado e o estado, evidenciando significados e experiências vividas por grupos de detentos, militantes políticos, usuários de drogas, moradores de periferias, adolescentes no crime e trabalhadores da droga.

⁵⁵ Os números oficiais giram em torno dos 500 mortos, mas estatísticas de alguns movimentos sociais falam em cifras bem mais altas. Para mais, ver o movimento “Mães de maio” composto pelas mães de alguns jovens assassinados por policiais no evento. Recentemente o movimento lançou o livro “Do luto à luta” (2011).

⁵⁶ Ver Telles e Hirata (2007); Almeida, D’Andrea e De Lucca (2008); Cruz (2009); Biondi (2010); Marques (2010); Hirata (2010); Pereira (2010); Feltran (2011); Cabanes, Georges, Rizek e Telles (orgs.) (2011); Camila Nunes (2011); Malvasi (2012); Rui (2012).

Produzindo uma inversão na forma de olhar o mundo sensível no qual fomos “ensinados” a tomar como normal, esses trabalhos buscaram captar a complexidade das conexões em que os diferentes objetos empíricos transitam e as múltiplas formas de emergência de outros sujeitos políticos: seus autores não negaram os olhares, mas estudaram através deles. Ao mesmo tempo não procuraram celebrá-los, e sim, compreende-los, buscaram o conflito político onde se costumava ver incivilidade e privação. Sob tal ótica, os protagonistas da “margem” e os atores “legítimos” do mundo social, sobretudo as forças da ordem, emergiram como referência, sem nem a necessidade de explicitar o caráter político das relações, uma vez que a própria descrição etnográfica já contemplava tal caráter, pois lhe é intrínseco.

Assim, tomando a perspectiva acima citada, meu primeiro contato com Vila Operária, como já dito anteriormente na iniciação científica que desenvolvi entre 2010/2011, foi marcado por um contexto muito próximo ao que a bibliografia recente de autores como Gabriel Feltran, Adalton Marques, Karina Biondi, Camila Nunes, Daniel Hirata, Paulo Malvasi, Vera Telles, Robert Cabanes, Isabel Georges, Ana Paula G. Cruz, Alexandre Pereira, Cibele Rizek, Ronaldo Almeida, Tiaraju D’Andrea, Daniel De Lucca e Taniele Rui vinham abordando. A política do “partido” se apresentava como instância reguladora de códigos de conduta e sociabilidade nas periferias e presídios, contribuindo principalmente para que a taxa de homicídios caíssem bruscamente (cerca de 80% se relativo aos anos 90). Os conflitos e disputas, comuns durante os anos 90, principalmente no tráfico de drogas, já remetiam ao passado⁵⁷. Os problemas de menor escala também eram motivos para se acionar os tribunais extralegais.

Já com relação aos mercados em que a atuação do “mundo do crime” se fazia presente, principalmente o tráfico de drogas, a relação com a polícia, idealmente conflituosa, era nesse caso baseada em acordos com *policiais locais* para a proteção policial da “biqueira”, os “acertos”, e acordos financeiros para quando um sujeito era detido⁵⁸, como me explicou Junior:

Até entra a polícia. Entrar assim, né, eles passam na rua. Porque eles recebem, então eles não prendem ninguém, porque eles recebem. Por semana eles recebem às vezes quatro mil... por cada viatura da região. Às vezes vem uns de fora também. Quem prende é de fora. O cara prende e leva pra um distrito longe. Aí o acerto é feito lá

⁵⁷ Não que algumas mortes não tenham ocorrido durante este primeiro período em campo, infelizmente sim. Mas o estatuto era outro. Foram mortes de “nóias”, usuários da droga crack, que possuem o status mais baixo dentro do “mundo do crime” e, ainda, as mortes de três adolescentes por overdose principalmente pelo uso de lança-perfume em um baile funk na rua principal do bairro.

⁵⁸ Esse ponto será melhor desenvolvido na PARTE II quando da análise do mercado do tráfico de drogas.

dentro mesmo da própria delegacia, com o cara. Agora se é um nóia, ele fica preso. Como o policial vai... pega do nóia o que? Ele não tem nada pra oferecer pra um PM. Mas se pega um traficante é diferente, tem uma conversa, porque o traficante liga pro gerente, gerente liga pro dono, aí eles faz uma negociação ali entre eles. Cada um tem seu preço, do menor ao maior. O policial, pra mim... eu não vejo ele como segurança pública. Porque ele... ele fortalece o crime, né. E quando tem batida, vixi, eu vou falar pra você: vai ter uma batida aqui no Pq. Esperança, viaturas vai vim umas 20 viaturas aqui. O próprio PM que tá pegando esse dinheiro, ele avisa os cara que vai ter, tal dia vai ter, tem essa ligação entre eles. Então hoje, por isso que hoje o crime... ele nunca... nunca vai acabar.

Essa estrutura de relação polícia/bandidagem não era e não é exclusividade de Vila Operária. Retomo aqui W. F. Whyte, sociólogo da Escola de Chicago, em seu livro *Sociedade de esquina*, que nos escreve a propósito da relação estrutural do gangsterismo e da polícia em Cornerville, uma região de Eastern City⁵⁹, habitada principalmente por imigrantes italianos e seus filhos:

A observação da situação em Cornerville indica que a principal função do departamento de polícia não é fazer cumprir a lei, mas regular as atividades ilegais. O policial está sujeito a pressões sociais altamente conflitivas. De um lado as ‘pessoas de bem’ de Easter City (...) do outro as pessoas de Cornerville, que têm padrões diferentes e construíram uma organização cuja perpetuação depende da liberdade de violar a lei. (WHYTE, 2005, p.154)

Segundo Whyte, um bom policial em Cornerville não era aquele que efetuava constantes prisões, e sim aquele que mantinha tudo funcionando dentro da normalidade. Para o policial, sempre presente no seu território de trabalho era mais conveniente agir em acordo com a organização social com que estava em contato direto, criando relações de reciprocidade como o suborno em troca de favores, do que seguir as pressões das pessoas ditas “de bem” que são de fora. O autor nos expõe que a própria corporação da polícia em Cornerville teria por principal função regular as atividades ilegais locais, ao invés de “cumprir as leis” efetuando prisões. Quando a relação tendia a fugir do controle, e as pressões das “pessoas de bem” eram grandes, o autor descreve a inserção de outro elemento a cena que reequilibra a equação: o “policial intocável”, homem cumpridor da lei que de tempos em tempos é colocado em lugares estratégicos para que efetue prisões e assim balanceie a relação entre polícia e gangsterismo. Sua necessidade é vital para que a relação se perpetue, pois ele cria um “faz-de-conta”

⁵⁹ Cornerville e Eastern City são nomes fictícios.

mostrando os policiais como ativos cumpridores da lei e maquiando a verdadeira forma com essas interações se efetuam no cotidiano.

Quase setenta anos depois, a estrutura apresentada por Whyte se mostrava analogamente operativa no contexto de Vila Operária e em outras periferias da cidade de São Paulo, quando do meu primeiro campo.

Contudo, o período de “paz do comando”, em que o controle dos conflitos, principalmente os letais, que se desenvolveram durante a primeira década de 2000, não poderiam se sustentar para sempre. Ainda que o “mundo do crime” tivesse adquirido legitimidade entre muitos atores dos universos periféricos, o estado e o “mundo legítimo”, as “pessoas de bem”, como diria Whyte, não poderiam cessar de disputar tal legitimidade, pois estariam aceitando que uma organização criminosa realizasse o papel social que, ao menos em um plano idealizado, diz respeito ao próprio estado: o monopólio legítimo da violência física.

Se segundo Whyte “Para compreender o evento espetacular, é necessário vê-lo em sua relação com o padrão da vida cotidiana” (WHYTE, 2005, p. 20), o que estava por vir, e que marcaria minha segunda passagem em campo, não era um “faz de conta” e nem o cumprimento da lei. Nesse “evento espetacular” minha hipótese é de que o “policiaintocável” paulista, longe de ter sido colocado em ponto estratégico, não conseguiu balancear a equação, pois ao invés de efetuar as prisões que maquiariam as interações reais, “ele” radicalizou o processo matando muita gente e, assim, desatinou a relação antes estabelecida e deu início um processo social dramático.

A “onda de violência” pela ótica do drama social

*Policiais da ROTA matam mais 3 em favela na zona leste
(Folhas de S. Paulo - 07/07/2012)*

*Ordem é polícia na rua e criminoso na cadeia, diz Alckmin sobre ataques à PM
(Folha de S. Paulo – 19/10/2012)*

*Situação na periferia de SP é de calamidade, dizem movimentos sociais: moradores relatam assassinatos, toques de recolher e fim de atividades culturais
(O Globo – 31/10/2012)*

*Em 2 semanas, 142 pessoas foram mortas na Grande SP
(Folha de S. Paulo – 10/11/2012)*

*Polícia identifica PMs que atiraram contra servente na Zona Sul de SP⁶⁰
(G1 – 13/11/2012)*

*Em 24 horas, 20 pessoas são mortas em SP; Osasco tem toque de recolher
(Folha de S. Paulo – 26/11/2012)*

*PM de São Paulo mata um a cada 16h, mais do que em 2006
(Estadão – 28/12/2012)*

*Morre o autor de vídeo que mostra PMs assassinando servente
(Spresse SP – 05/01/2013)*

Em finais de 2011 e, principalmente, no ano de 2012, a situação nas periferias de São Paulo foi muito diferente do que vinha ocorrendo anteriormente, ao menos desde o final de 2006. Falava-se que a “bandeira branca” havia baixado. Na mídia proliferavam cotidianamente notícias sobre as mortes que ocorriam na capital e na região metropolitana⁶¹. O número de homicídio que caíra durante toda primeira década dos anos 2000, mais radicalmente depois de 2006, vinha crescendo rapidamente e as explicações de o porquê eram muito confusas e variadas. O que mais caracteriza aquele momento eram as incertezas do que realmente estava ocorrendo. A depender do grupo ou do enunciador que se colocava transitavam respostas diversas, desde uma inicial negação de uma crise violenta por parte do estado partindo depois para uma afirmação de que a polícia estava apenas cumprindo seu trabalho, indo até mesmo à proposição de um novo “maio de 2006”, agora estendido por um período maior, como atestavam militantes em reuniões de movimentos sociais a que participei.

No entanto, o que mais se pôde notar do período que ficaria conhecido como “onda de violência⁶²”, e que a pesquisa de campo em Vila Operária somada ao diálogo

⁶⁰ O caso do servente Paulo Batista do Nascimento, morto no dia 10/11/2012, ficou famoso porque parte da ação da Polícia Militar que o executou com três tiros, foi filmada por uma testemunha. O vídeo foi exibido em rede nacional de televisão no programa “Fantástico” da TV Globo.

⁶¹ Dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, no dia 25/10/2012, apontaram uma explosão dos homicídios dolosos (intencionais) em setembro daquele ano, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Em todo o Estado o crescimento foi de 27%, e na capital esse índice quase dobrou, chegando a 96%.

⁶² Inicialmente a nomenclatura foi uma criação midiática para descrever o processo em curso naquele momento. Entretanto, a ideia de que a “violência urbana”, amparada principalmente no índice de homicídios, se desenvolve como uma “onda” foi bastante utilizada como argumento político, como consta a declaração do (a época) Secretário de Segurança Pública, Antônio Ferreira Pinto, em um evento no Palácio dos Bandeirantes “*O índice de crimes varia como uma onda. A estratégia do governo não está errada, ela está corretíssima. Vários autores de homicídios foram presos e vão nos dizer qual a motivação do crime. O combate feito pelos policiais é efetivo e temos certeza de que vamos reverter esse quadro*”. Ferreira Pinto deixaria o cargo no dia 21 de novembro daquele ano (sendo substituído por

com uma rede de pesquisadores que atuam em diferentes periferias⁶³, é de que não se tratava como nos anos 1990, de disputas territoriais por controle de atividades ilegais nas periferias, e muito menos de um evento crítico tal qual uma “Operação Saturação”, ou mesmo a crise de maio de 2006, pois o que se via eram que as atividades criminais como o comércio de drogas funcionavam normalmente, ainda que o número de mortes estivesse em crescimento. Além disso, o que teria desencadeado todo esse processo foi motivo de muita discussão. Ao menos três possibilidades foram recorrentes. A primeira seria a de que toda essa “onda” estaria relacionada com o processo eleitoral municipal em curso naquele ano. Essa possibilidade foi logo desmontada mediante o término das eleições e a continuação dos óbitos. A segunda seria a de que em São Paulo, alguns grupos especiais estariam se formando em milícias (tão qual aconteceu no Rio de Janeiro) e buscando conquistar os territórios das periferias. Essa possibilidade ainda contemplava a ideia de que outros comandos criminais menores teriam se juntado a alguns policiais para tentar acabar com a hegemonia PCC. Mas, ao menos em Vila Operária, essa possibilidade se mostrava bastante insustentável dado a caráter das mortes e pelo fato das atividades criminais, tal qual o tráfico de drogas, estarem funcionando normalmente, sem nenhuma disputa territorial. O foco não era de maneira alguma desmontar o esquema varejista de venda de drogas, ao menos no distrito que pesquiso e em outros que me foram informados através do contato com outros pesquisadores. Uma terceira possibilidade foi a de que a polícia paulistana estaria revidando as mortes de policiais atacando pontualmente os “ladrões” sejam eles “irmãos” ou não. Desde listas com os nomes dos alvos, em que a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) ganhava papel central na busca e execução, até mesmo ditos como “*a cada um policial, dez vão cair*” ou “*primeiro os pequenos depois os grande [do crime]*”, eram discursos recorrentemente mobilizados pela população para a explicação do que acontecia. Em alguns casos, se objetificaram, em outros não. Ademais, dizia-se que a polícia estaria “resolvendo” antigos conflitos, que no período anterior, motivada principalmente por acordos, ela não poderia resolver.

Entre divagações, cogitações, verdades ou mentiras, o que desencadeou o processo se torna pouco importante para seu entendimento. O que se teve de concreto, os efeitos práticos e reais, o resultado, foi que a maioria dos policiais mortos estava em

Fernando Grella), quando o número de policiais já contabilizava 93 mortos e, nos últimos 45 dias, 270 pessoas haviam sido assassinadas na região metropolitana.

⁶³ Agradeço pelas discussões estabelecidas com Marcos Guidotti Silva, José Douglas Silva, Rodolfo Moimaz, Willian Neves, Adalton Marques e Gabriel Feltran.

horário de folga e foram abordados a tiros por homens encapuzados, ou seja, eram alvos pré-estabelecidos. Por outro lado, a maioria dos assassinados pela polícia (o que constitui a maior parte dos mortos) teve em geral a mesma declaração no boletim policial – autos de resistência: *perseguição com troca de tiros com os bandidos, seguido de óbito dos mesmos*. Esta narrativa padrão dos boletins de ocorrências (BO) foi, e é, bastante contestada e controversa, e ao que pude observar em campo tinha certo padrão narrativo ficcional, pois, de fato, não condizia com a realidade de muitos dos casos por mim acompanhados durante a estadia em Vila Operária. O que mais se mostrou foi à letalidade com que a polícia e, principalmente a ROTA, lidaram com moradores e vítimas. Em alguns casos, não houve sequer reação por parte dos assassinados, uma vez que eles não estavam armados. Essa característica comum dos boletins de ocorrências foi ao encontro do que, a época, afirmou o governador de São Paulo Geraldo Alckmin a emissora de rádio CBN após a ROTA matar nove pessoas durante uma operação militar em Várzea Paulista “*Quem não reagiu está vivo. Em um carro tinham quatro pessoas, dois morreram e dois estão vivos porque se entregaram*”⁶⁴.

Foi em uma sexta-feira à noite, dia 06 de julho de 2012. Quatro pessoas estavam dentro de um barraco no Jardim Primavera, quando foram surpreendidos por policiais da ROTA. Segundo a versão da PM eram três pessoas no barraco que reagiram à prisão quando da invasão do local, iniciando o confronto. Os três foram mortos e nenhum PM se feriu. Com eles foram encontrados drogas e armas. Ainda segundo a versão da ROTA, o barraco era usado para o tráfico de drogas e os três mortos tinham passagem pela polícia. Já segundo a versão de parentes e moradores, as vítimas estariam dormindo quando da invasão e não houve tiroteio. Também afirmaram que há uma semana os mesmos policiais da ROTA tinham estado no barraco ameaçando as vítimas. Se entre as duas versões certamente existem grandes divergências, certo mesmo é que naquele dia faleceram três pessoas, entre elas Breno, 17 anos, com um tiro nas costas que saiu pelo peito e outro na cabeça que saiu pelo queixo, o que, segundo a autópsia, revela que a vítima estava ajoelhada e de costas para seu algoz. Segundo a PM, naquela semana em Vila Operária, outras quatro pessoas já haviam sido mortas em “autos de resistência”.

Entre os vários elementos que chamam à atenção na narrativa acima, um se destaca: quem seria essa quarta pessoa da cena que estava no barraco e que não aparece na versão policial? Eu a conheceria em breve.

Sexta-feira, 13 de julho. Chego ao CAC. Naquele dia frio, o clima estranho no ar e a tensão que pairava sobre todos davam o tom. Um mano me chamava à atenção: usando boné vermelho, óculos escuros (armação branca com lentes espelhadas), moletom vermelho, calça preta e tênis Mizuno, esse mano não estava ali para assinar como os outros adolescentes. Perceptivelmente mais velho, seu rosto atordoado e desorientado saltava em alguém que claramente estava se sentindo deslocado naquele ambiente. Vou procurar Sandra (coordenadora do CAC) e não a encontro. Segundo Paulo ela estava em reunião com o Conselho Tutelar debatendo a situação de um jovem que estava sendo ameaçado por policiais. Na hora do almoço subimos para comer e o mano que estranhei na chegada sobe junto. Ele se chama Tiago. Naquele momento as coisas começam a fazer sentido: a pessoa ameaçada era ele. Quando encontro Sandra após a reunião, já bastante nervosa, ela me diz que Tiago era o sobrevivente da chacina do dia 06, ele era o quarto elemento da cena. Conta-me que, segundo a versão dele, todos estavam no barraco fumando quando este foi invadido pela ROTA que já teria chegado atirando. Saltando pela janela, ele teria conseguido escapar, mas agora estava sofrendo ameaças dos policiais e que inclusive eles teriam ido à casa da mãe dele para ameaçá-lo. O nervosismo de Sandra era com a proposta do Conselho Tutelar de levar Tiago para o Programa de Proteção à Testemunha do DHPP (Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa). “Ele está sendo ameaçado por policiais! Como assim querem levar ele para a polícia?” dizia Sandra. O telefone toca, tensão no ar. Sandra conversa com alguém do outro lado da linha. Outra solução é elaborada: vão levá-lo para a casa do tio em Araçatuba no interior do Estado. Doze horas de viagem. E o dinheiro da passagem? Acabam por decidir que o levariam a um abrigo e em dois dias seria disponibilizado o dinheiro da

⁶⁴ Declaração de Geraldo Alckmin à Rádio CBN no dia 12 de setembro de 2012.

Desse modo, na tentativa de compreensão de um período que mesmo depois de findo foi pouco explicado, é que tomo a “onda de violência” a que viveu São Paulo como um desgaste do tênue equilíbrio entre polícia e “mundo do crime” (com seu referente maior no PCC), ou seja, uma crise das relações entre dois ordenamentos sociais periféricos que até então coexistiam baseando-se em acordos, principalmente financeiros de interesse recíproco, devido principalmente às pressões sociais conflitivas que o estado, na sua face da polícia, vinha se sujeitando com relação ao “mundo do crime”. Para tal, a noção de Victor Turner de *drama social*⁶⁵ é bastante elucidativa. Para o autor, o drama social se dá na crise e se caracteriza por não estar presente a toda hora. O drama abre um processo social e o conflito que se deflagra é revelador de aspectos

chaves da sociedade em questão, uma vez que ele apresenta dimensões sensoriais e emocionais significativas. A crise a que viveu a cidade ganhava contornos de um drama social em que a estrutura real da sociedade urbana paulistana, no que concerne à relação entre “mundo do crime” e polícia, foi deflagrada em um processo dramático. Iniciado o conflito, suspendiam-se muitos dos acordos antes estabelecidos e a coexistência, outrora “pacífica” (mesmo que

viagem. Enquanto Sandra “faz o corre”, Tiago dorme no salão do CAC. A mãe do jovem chega com algumas roupas para a viagem e com ela a notícia de que sua irmã escutara que Tiago estava sendo procurado pelos dois lados (Polícia e “irmãos”). Tiago acorda, recebe as roupas e se despede da mãe. Enquanto isso vem à notícia de que em outro bairro do distrito dois adolescentes que davam fuga com um carro roubado atropelaram sete pessoas, sendo duas crianças. “Mano, é muita notícia triste!” penso eu. Sento na recepção para pensar. Tiago senta ao meu lado. Começamos a conversar sobre coisas banais da vida. Transtornado ele coça a cabeça e chora. Lágrimas envergonhadas para um “sujeito homem”. Um silêncio se faz. Ele se levanta e a me olhar começa a desabafar “Isso não é vida mano, ficar fugindo de polícia!” Eu fico travado sem saber o que falar, sem saber que palavras usar. O que poderia soar real, verdadeiro? Penso na letra dos Racionais *A vida é desafio*, mas não falo. Apenas aceno e ele continua. Me conta sua história, ao menos a versão que eu poderia ouvir. De repente tira um pedaço de papel amassado da carteira que ganhara no dia anterior ao fato. Uma mensagem da igreja. “E Deus disse a Abraão...”, “Isso foi comigo!” exclama. Eu leio. Ainda sem saber o que dizer, escuto. “Tá na hora de sair dessa vida loka. Preciso criar minha neném que acabou de nascer. Fazer minha mãe parar de sofrer”. O carro chega. Todos se prepararam para ir. Me despeço – o olhar, aperto de mão, abraço, abraço forte. Emoção minha, dele, de Sandra que acompanhava a cena. “Quando puder volto ai mano” se despediu. Todos se vão. Sento sozinho na recepção e escrevo esses relatos, ficando a pensar o que será da vida desse mano daqui em diante? Dias depois, Paulo, educador social do CAC, me contaria que Tiago era gerente da “biqueira” da Favelinha, o que explicaria o porquê os dois lados o procuravam. Foi buscando refletir sobre tudo isso que escrevi, em forma de carta, meu desabafo:

O aperto do abraço ainda ressoa, mano. Algumas horas de um encontro inusitado que as estruturas de uma vida caótica puseram frente a frente: nós. Só mesmo tanta dor e ansiedade, o medo, são capazes de proporcionar tais sensações. A falta de palavras. Interações silenciosas que guardam muitos dizeres: eu não tinha o que te dizer. Sim eu tentei. Mas não encontrei nada. Pensei em uma canção, mas talvez soasse meio batido. Enquanto isso, mano, você me dizia coisas das mais tristes e profundas, das menos belas e descoloridas. Meu mundo, por um curto instante, se chocava com o seu. “Sim, é isso mesmo” eu respondia. Na força da fé você se abraçou. Em um pequeno pedaço de papel ganho no acaso você depositou sua fé, seu amanhã, seu futuro. E nele, como que por um movimento divino, tudo fez sentido, as engrenagens se encaixaram: Deus falava contigo! Mas até quando vai durar essa estabilidade? Parece-me que o jogo infinito entre estabilidade e instabilidade tende a se reproduzir, sendo que no processo, alguns corpos finitos ficam para trás. “Como era mesmo que se chamavam os finados?” pergunta alguém. Na incerteza de um agora que chora, nos despedimos. O mar de dúvidas sobre o amanhã agora banha suas águas. Navegue por elas, mano. Quem sabe voltemos mesmo a se trombar. Na marca do nosso abraço, fomos iguais humanos em um mundo que insiste em nos marcar pelas desigualdades enquanto diferenças irreconciliáveis, que nos insiste na crença de que não somos iguais em humanidade. São os pequenos grandes fascismos da nossa sociedade que configuram o existir. Salve salve mano! Abraço forte!

⁶⁵ Victor Turner (1982, 1987).

baseada em acordos financeiros), deu lugar a uma catarse letal geradora de muito sangue derramado e clima intenso de medo e terror. Ademais, se utilizando do processo em curso, muitos sujeitos que tinham “tretas” antigas a serem resolvidas, e que não o faziam, pois estariam sujeitos aos códigos de conduta e sociabilidade PCC que regularam a letalidade nas periferias, passaram a fazê-lo. Em campo, pude registrar acontecimentos desse porte. Ninguém se atrevia a dizer quem, mas todos repetiam “*Esse aí [que foi assassinado] não foi polícia não...*”.

Nesse sentido, mudou-se o plano de referências para quem vivia nas periferias. Os códigos de situação cotidianos que até então existiam passaram a não mais funcionar e houve a necessidade de um novo *enquadramento*, que se não era fixo, era formado por conexões momentâneas da situação, descritos por Erving Goffman no conceito de *frame*⁶⁶. Se apropriando do trabalho de Goffman, Victor Turner⁶⁷ delineia a noção de *frame* como não pressupondo o real em uma totalidade, e sim *dotado de diferentes perspectivas pelo qual este é apreendido*. Não sendo fixa, estando em conexão naquele momento específico, tal noção pode ser entendida como um dispositivo composto por estruturas dinâmicas, flexíveis e sensíveis às influências das intenções e representações dos variados atores de uma interação social. Em suma, muda-se o *frame*, deflagra-se a ruptura e inicia-se a crise.

Para Turner o drama social é composto de quatro fases: 1 - ruptura; 2 – crise; 3 – ação corretiva; 4 – reintegração ou legitimação. Nessas fases em que as estruturas sociais são mais visíveis e o drama social toma forma, há uma temporalidade liminar em que os atores do processo vão se constituindo. No caso de São Paulo, a relação estrutural de oposição entre polícia e “mundo do crime” se deflagrada no processo, substituindo a função reguladora de antes, expressa pelos ditos “acertos”, e constituindo, assim, a fase da *ruptura*, de acordo com alguns interlocutores, depois da morte de seis integrantes do PCC em uma apreensão policial no bairro do Belém. Em seguida, são mortos alguns policiais na capital e, então, inicia-se o processo de *crise*. Cabe posicionar que a crise envolvida no drama social não é um processo de efervescência coletiva em que há uma perda da consciência, mas ao contrário, trata-se de um processo auto-reflexivo em que os atores sociais envolvidos se posicionam no mundo. Para Victor Turner o drama social é produtor de conhecimento, de expressões

⁶⁶ Não existe tradução precisa para o termo em português. Para mais, ver Erving Goffman (1974).

⁶⁷ Victor Turner (1987).

sensoriais, emotivas e de uma carga de energia geradora de determinada sintonia, lágrimas, silêncios, movimentos, emoções, e códigos sensoriais específicos.

Quando terminamos o ano de 2012, o índice de homicídios havia crescido em 40% na capital e 26,5% na região metropolitana⁶⁸. A pressão social que antes incitara a deflagração do conflito transformou-se em seu oposto. Ao mesmo tempo em que movimentos sociais ganhavam amplitude e legitimidade⁶⁹, a televisão exibia cenas de polícias executando moradores e em toda mídia havia uma saturação temática. A demonstração de força que as “pessoas de bem” almejavam, passava, então, para a ideia de excesso. Do momento em que a polícia cumpria seu papel ao abuso de poder, a *ação corretiva* punha fim ao conflito acalmando as pressões de ambos os lados. Secretários caíram, mães choraram e muita gente morreu. As “respostas” oficialistas por parte do estado não vieram. Como já alertaria Turner, onde há dissenso a solução é dada pelo uso da força.

Hence the contemporary paradox that in a world that, many major social dramas are settled by armed force, 'by cutting the Gordian knot', the quick, simple solution to problems of any complexity or more than average perplexity. That is why so many nations are now under military rule. Where dissensus reigns as to meaning, consensus may be replaced by force. (TURNER, 1982, p. 111)

Em janeiro de 2013, quando voltei a campo, um novo contexto se apresentava. As ações letais da polícia diminuíram assim como a incidência de ataques contra policiais. As falas e discursos sobre os acontecimentos do ano anterior eram sempre suprimidas. Era como se “nada” tivesse acontecido, como se aquilo fosse parte de um passado distante e que para se continuar vivendo o melhor era “(...) *seguir andando. Morreu morreu, já tá enterrado*”, me diria Paula quando por mim perguntada.

A *reintegração* havia recriado novos acordos e equacionado novamente a relação entre “mundo do crime” e polícia. No plano da vida cotidiana, contudo, não voltaríamos à dita “paz” da década de 2000. Minha terceira experiência em campo, as coisas tinham se modificado novamente.

⁶⁸ Dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo no dia 25/01/2013.

⁶⁹ Cito aqui o não comparecimento do Secretário de Segurança Pública de São Paulo Fernando Grella no Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra e Periférica em reunião marcada para o Auditório da Faculdade de Direito da USP no dia 20 de março de 2013, mesmo depois do referido comitê ter protocolado o convite ao secretário para uma audiência pública.

"Quebrada largada", nova geração e investimentos legais

O lugar é o mesmo, Vila Operária. Já não é o mesmo contexto. O processo dramático do ano anterior havia deflagrado relações que já não poderiam se estabelecer como antes. Algo havia se alterado, não apenas em relação ao ano que passara, mas em relação a uma sociabilidade periférica em modificação. Em uma cidade que celebra o tempo acelerado da vida e para populações cujo cotidiano está sujeito a incontáveis fatores que moldam o existir, é notório que os efeitos do tempo tendam a ser mais intensos. Entre distanciamentos e aproximações do campo o que chamava à atenção era o dinamismo com que as situações e contextos foram se alterando. Por isso, foi do intento das seções anteriores abordar as transformações do universo periférico, principalmente pós anos 2000, a luz de pesquisas empíricas realizadas por diferentes autores nas periferias da grande São Paulo, para então situarmos essa dissertação que, como outros trabalhos contemporâneos⁷⁰, vêm se desenhando na atualidade na tentativa de dar sequência e colaborar para o entendimento desses processos que são do agora e que estão em constante modificação.

Assim, chegamos a Vila Operária versão 2013⁷¹. O número de homicídios havia voltado a cair simultaneamente à diminuição das ações violentas letais da polícia e da incidência de ataques contra policiais (tal qual aparecera no ano anterior), e o que se seguiu foi a retomada da normalidade, do cotidiano⁷². Seis meses depois poucas são as falas que remetem àquele tempo, ou que se propõe a falar dele. É como se houvesse um interdito, é "*Deixar o passado pra trás! Já foi, já era!*", como me dizia uma interlocutora.

Contudo, no plano prático da vida cotidiana, não voltamos à dita "paz" da década de 2000. No contexto atual, no agora, novas dinâmicas do "mundo do crime" surgem na cena, e para abordá-las divido-as em duas frentes analíticas, relativo às dinâmicas de caráter político-moral e as de carácter econômico-social. Em ambos os casos, essas dinâmicas não estão empiricamente isoladas, tem relação profunda com a

⁷⁰ Douglas Silva (2014) e Marcos Guidotti Silva (2013)

⁷¹ Ainda que esta dissertação tenha se finalizado em 2015, tomo a liberdade de escrever a seção atual (referente ao campo de 2013) utilizando-me do presente etnográfico, com o intuito de criar um ambiente de maior proximidade do leitor com a experiência etnográfica.

⁷² Poucos foram os atores sociais que se debruçaram sobre esse pico estatístico de 2012. O presente trabalho fomenta uma hipótese na seção A "*onda de violência*" pela ótica do drama social.

noção de geração, e mais, possuem efeitos práticos no mundo social periférico. Começamos pela primeira citada.

Se antes, as mínimas discussões eram motivos para “debate” agora já não o são. A extensão na vida cotidiana dos códigos do “mundo do crime”, por parte do “comando”, parece agora ser regida por outra diretriz. O que se pauta é uma nova postura dos “irmãos” de não mais regularem certos tipos de relações conflituosas, as “pequenas causas” da vida ordinária, como interferir em discussões entre vizinhos ou mesmo brigas de marido e mulher. Não que o controle da letalidade tenha se alterado, nem que não existam mediações em muitos casos, mas ao que se notam os tipos de situações em que se instauram “debates” são mais selecionados. Fazendo-se presente nos argumentos e diálogos travados junto aos meus interlocutores, a expressão “quebrada largada” sintetiza o contexto atual em que o “partido” tem recuado em certas regulações e mediações, como acima referido, fazendo com que os moradores, que nas últimas décadas tinham passado a ver o PCC como “órgão legítimo” de resolução de conflitos, reclamem ou mesmo se sintam “largados” quando procuram um “irmão” e não são “atendidos”⁷³. Segundo a hipótese de Karina Biondi⁷⁴, a “quebrada largada” expressa uma atualização do “comando”, uma volta ao seu eixo inicial, em que se tornar um “estado paralelo” ou ser “contra o estado”, no sentido de um órgão “oficializado” de resolução de conflitos, não é objetivo. A meu ver, essa restrição demonstrar que a política do PCC não almeja tal configuração que fora construída ao longo dos anos pelas próprias necessidades da população periférica e de sua legitimação frente a esses atores. Hoje, já consolidado, o recrudescimento nas “pequenas causas” representa, pois, uma atualização de tal política, retomando o foco nas dinâmicas detidamente criminais, principalmente àqueles que envolvem questões relativas aos negócios, o que de maneira alguma representa uma ausência sensível no território: a presença do “comando” e dos “irmãos” é conhecida e sentida em Vila Operária, sabe-se quem é quem.

Outro aspecto que chama à atenção no presente contexto é que se por um lado a “quebrada” está “sem controle dos manos”, por outro se vivencia uma “falta de critério do moleques”. Se antes eram inconcebíveis assaltos próximos à favela, agora o que salta

⁷³ Vale destacar que o “disciplina” de cada região (o “irmão” responsável por regular determinados territórios designados pelo PCC), pode variar muito nas suas ações, pois, ainda que ele baseie suas ações na “disciplina do comando”, muito da resolução do conflito através de um “debate” depende de sua postura individual em relação à pendência. Assim, relatos de *“aquele irmão é firmeza, vem e resolve em quinze minutos”* ou *“o irmão lá não faz nada, não tá nem aí pra comunidade, ele só quer saber de dinheiro!”* são relatos comumente ouvidos no diálogo em campo.

⁷⁴ A hipótese foi expressa em diálogos de Karina Biondi com o *NaMargem – Núcleo de pesquisas urbanas* do qual o pesquisador faz parte.

aos olhos é o recorrente relato de moradores que foram assaltados por adolescentes. Ao que pude notar nos diálogos com os adolescentes que convivi no CAC, há um aspecto moral para eles intimamente ligada à ideia de que cada um “faz seu corre” sem dever nada a ninguém, sem ter de dar explicações, no qual a ascensão econômica via crime se dá de maneira individualizada (o *self-made man* do crime). Seguindo essa lógica, alguns adolescentes entre onze e dezoito anos entrevistados durante a pesquisa, e que por conta da idade já nasceram ou foram socializados em um mundo no qual o PCC era um ator instituído, isto é, não viveram a transição da “época das guerras” para a “paz do comando”, passaram a deslegitimar a disciplina dos “irmãos”, principalmente no plano da enunciação, do discurso, ou com pequenos atos. Como me disse certa vez um adolescente *“Eu não pago pau pra ladrão. Sou ladrão também, tô na minha correria. Não dependo deles [PCC] pra nada, não pago e não devo nada. Quem são eles pra dizer o que eu tenho que fazer ou onde eu posso roubar!”* Sendo em sua maior parte uma afronta discursiva, há de se salientar que essa deslegitimação não é geradora de confrontos letais (até onde chega meu conhecimento). A contravenção desses jovens com relação à ordem instituída convive lado a lado (ainda que de maneira oposta) com o importante fato de que esse tipo de postura não é generalizável, ainda existindo muita idolatria juvenil para com o “partido” e um uso incondicional dos seus códigos morais, até mesmo pelos adolescentes que o deslegitimam, não porque esses tenham medo de alguma retaliação, mas porque tais códigos morais são para eles formas naturalizadas da vida, estão intrincados na sua existência de jovem de periferia, porque para eles sempre foi assim. Ou seja, existe um duplo movimento nesse grupo em que a assimilação da lógica vigente (para ser respeitado como “ladrão”) e a necessidade de afrontar essa ordem instituída (da qual eles não pertencem inteiramente, isto é, na prática eles não são “irmãos”), coexistem no mesmo ambiente e, muitas vezes, na mente do mesmo adolescente, o que evidentemente é propulsor de conflitos, tanto para os moradores de Vila Operária quanto nas relações entre “ladrões”.

Quando chego à cozinha Dona Nazaré está sentada à mesa de cabeça baixa ouvindo o rádio, o velho companheiro para as horas solitárias. Assim que ela me vê, oferece-me um café como de costume e bebendo junto conversamos. Ela me conta sobre o roubo do CAC que aconteceu no fim de semana. Dois adolescentes entraram pelo telhado e adentraram na casa pelo buraco que dá acesso a laje. Depois quebraram o vidro do banheiro e chegaram à sala dos educadores, onde se guardam os notebooks e computadores (sei lá como os moleques conseguiram passar pela minúscula janela do banheiro). Levaram tudo. Segundo Dona Nazaré, os dois meninos eram conhecidos (ela já havia notado que um deles sempre estava “analisando” a estrutura da casa). O CAC

teria até feito um boletim de ocorrência, mas sabia que os objetos não seriam recuperados. Dona Nazaré começa seus afazeres e vou à sala do Douglas (ex-presidiário/trabalha na instituição/morador do bairro/graduando em direito) para mais informações [os relatos que se seguem são frutos dessa conversa]. Era Domingo, Douglas estava em casa quando foi comunicado do fato. Acompanhado de Alex (filho de Dona Nazaré, ex-presidiário), os dois, sabendo que o “disciplina” da região mora em outro bairro, foram primeiro até Serginho na tentativa de recuperar algo. Mesmo não sendo “irmão” batizado do PCC, Serginho é o responsável por resolver as pequenas “tretas” no bairro: ele é um “primo” bastante respeitado por sua longa “caminhada” no crime. Os dois contam a história do que havia ocorrido e dão o nome do suspeito. Serginho manda chamá-lo. O adolescente, Caio, vem e começa o “debate”. Serginho acusa o menino dizendo que sabia de tudo, que havia sido ele, que o menino não poderia ter feito isso, pois sabe que o CAC é uma instituição que ajuda a comunidade. O menino, sendo acusado, reage dizendo que não tinha sido ele. Serginho continua, queria forçar Caio pra ver se ele tinha postura e estava dizendo a verdade. Já o adolescente se mantinha dizendo que não e que também não sabia quem tinha sido. Discussão vai, discussão vem, os nervos vão subindo, e Caio diz que não deveria dar respostas a Serginho porque ele não era ninguém, que não tinha sido ele, e que se fosse também qual o problema, já que ele estava apenas correndo atrás do dele. Serginho fica enfurecido. Nessa hora, Alex, percebendo que não conseguiria nada daquela forma, já havia saído atrás do “disciplina” que morava no bairro vizinho. Os dois chegam. Serginho, enfurecido pela afronta do menino continua a acusar, e Caio a negar e afrontar. O “disciplina”, conhecido por ser bastante rigoroso e pelo apelido de “quinze minutos” já que resolve rápido seus “debates”, chega e pergunta ao moleque. Ele nega uma. É perguntado de novo. Nega duas. Quando na terceira, já com muito medo e incapaz de sustentar sua posição, confessa. Quando isso acontece, Serginho fica louco de raiva, mas se segura (segundo Douglas isso acabaria sendo cobrado depois). O irmão impõe que o menino devolva tudo, e estipula o prazo de uma semana para que ele recupere todos os objetos que haviam sido roubados (alguns ele já tinha passado ao receptor). Era uma quarta-feira e alguns computadores já estavam de volta. (Notas de diário de campo, fevereiro de 2013)

É notório que quando se impõem situações limites, a disparidade de forças e a capacidade de se impor pelo “medo” por parte do “comando” é acionada. Assim, aspirando à ascensão individual via crime, os adolescentes vivem entre a idolatria e a afronta ao PCC.

Para pensar e compreender tal processo retomo a ideia de *memória coletiva* de Maurice Halbwachs⁷⁵ em que esta é associada a determinados regimes de temporalidades dados pela experiência, cujas lembranças aparecem como representações que repousam sobre racionalizações e reconstituições. Como para Halbwachs a memória coletiva é projetada em um determinado espaço físico, uma viela que servia de local para desova de corpos para os mais velhos, para os mais novos pode ser apenas uma rua a mais, ou mesmo pode já possuir outra significação. Outro ponto de referência na noção de memória para o autor é que o estudo desta deve levar em conta os diversos recortes internos do grupo em questão (idade, gênero, etc.), no sentido de

⁷⁵ Halbwachs (2006).

entender que existem formas distintas de se experimentar os fatos e que é o dissenso interno do grupo que provoca as rupturas para com referências do passado, no caso dos adolescentes de Vila Operária, de uma molecada que não possui memória do crime em uma era pré-PCC.

Assim, é tomando essa ideia de memória coletiva e entendendo o corte geracional do referido grupo, que situações de mudanças no presente contexto passam a fazer sentido. Mesmo que o corte geracional seja muito pequeno, as duas gerações são bem divididas, dado a potência com que a passagem dos anos 90 para os anos 2000 tem para designar os modos de existências de ambos os casos, gerando também os discursos morais entre elas. Se temos as afrontas discursivas dos adolescentes, foi comum em campo ouvir os discursos morais dos “manos mais velhos”:

Os moleques que hoje em dia aí “Ah, vou roubar mesmo, vou matar mesmo e tal!”. Eu ando com os moleques, ainda colo junto, conheço todo mundo dali e tal, mas eu, ali no meio, eu vixi... Deus está me usando para falar para eles mano “Sai fora disso daí truta. Não é... igual, você não vê eu aí?” Mas ó, eu perto dos moleques, eu bato no peito e falo, eu sim sou malandro, que eu ando, entro e saio, vou para onde eu quero e sou bem recebido. Pode ser o “irmão”, o satanás eu bato... sou doido, eu bato de frente. Eu estando certo, também não abaixo a cabeça para ninguém. (Trecho de entrevista, janeiro 2013)

Para os mais velhos ser “ladrão” de verdade é um processo de racionalização e reconstituição de uma experiência coletiva projetada na vivência nos “tempos da guerra” e da subsequente “pacificação”, do qual os mais novos não compartilham (ao menos não o experenciam da mesma forma). É importante ter em mente essa distinção, para que as dinâmicas analisadas na sequência possam ganhar em sentido.

Ainda que não tomemos o “mundo do crime” e seu ator social mais proeminente, o PCC, apenas em seu aspecto econômico, e sim como um conjunto de códigos e sociabilidades que se estabeleceram no âmbito local em torno dos negócios ilícitos, é inegável que desde sua entrada em Vila Operária muito se alterou neste aspecto. Acompanhando o aumento do grau de organização e organicidade das ações, do ponto de vista econômico (mais precisamente da acumulação de capital), as cifras também aumentaram e, conseqüentemente, os lucros. Se nem todos puderam enriquecer via crime, dado que existem irmãos do PCC nos mais variados perfis socioeconômicos e com trajetórias muito específicas, nos últimos anos alguns deles conseguiram acumular dinheiro suficiente para que este fosse investido na região. Assim, durante a pesquisa de

campo foi recorrente a referência de que alguns “irmãos”, principalmente de longa “caminhada”, estão agora investindo em comércios legais variados, tais como lava-rápidos, postos de gasolina, açougues, lojas de roupas, bares, casas noturnas, revendas de carros, entre outros, ao invés de ficar na “correria” atrás de roubos de automóveis ou do negócio com as “biqueiras”. Não que o investimento em negócios legalizados exclua a participação do sujeito em ações e negócios do “mundo do crime”, ao contrário, essas atividades se complementam e convivem ao mesmo tempo.

Estava discutindo com Pedro (educador do CAC) a respeito da quantidade de grana que os moleques dizem gastar no tal do Casarão, uma casa noturna que fica na Avenida dos Operários famosa por receber grandes nomes da cena do funk ostentação e do pagode. Em uma noite, segundo os meninos, se vão mais de mil reais. Ele me questionou dizendo que nem sempre era assim, tem casos e casos, e que o negócio era bem mais complexo, porque a balada que os meninos vão pertence a dois “irmãos”. Segundo Pedro, os dois sócios teriam comprado a casa recentemente e estavam investindo pesado “Trouxeram até o Catra na semana passada!” (Diário de campo, março de 2013)

Ao que se mostra o crescimento do PCC nas últimas duas décadas possibilitou a alguns de seus integrantes garantirem os rendimentos individuais através de negócios legalizados no qual se pode introduzir o dinheiro dos rendimentos ilegais. O que por um lado pode ser entendido como “lavagem de dinheiro”, se analisamos apenas pela ótica da legalidade/ilegalidade, por outro, seguindo uma ótica que englobe também a dimensão social da questão, tais investimentos podem ser entendidos como uma forma real de ascensão social via crime: se tornaram empresários. Levando essa hipótese a sério, podemos avançar no entendimento de como nos toques entre o legal e o ilegal são produzidos códigos sociais, projetos de vida ou mesmo um modelo plausível de ascensão social para quem vive nas periferias⁷⁶.

Na outra face dessa discussão vemos a geração mais nova, cuja presentificação da vida aparece como um marcador importante de compreensão. Para essa juventude é constantemente colocada à questão de se “viver pouco como um rei, ou muito como um Zé⁷⁷”, ou seja, o estar no mundo depende do agora, não contempla um projeto de vida a longo prazo.

⁷⁶ “Crime, futebol, música, caralho, eu também não consegui fugir disso aí, sou só mais um”, canta Mano Brown (do grupo Racionais MC’s) na música *Negro Drama*, com relação às fórmulas de ascensão social para o negro da periferia.

⁷⁷ Trecho da canção *Vida Loka Parte II* – Racionais MC’s.

Entendeu? Então, e hoje em dia o crime aí ó, você vale o que você tem mano. Se você tiver uma motona, um carrão, você vai ter um monte de cara que vai te tratar super bem, umas par de mina. Você vale o que você tem. Se você não tiver nada, você não vai valer nada. (Trecho de entrevista, janeiro 2013)

O crescimento do PCC nas últimas décadas fez com que se ramificassem situações onde a capilaridade da mediação do “partido” foi colocada em questão. Assim, analisando um processo que acontece no agora, tentamos mostrar como no contexto atual emergem alguns pontos de vazamento do que ficou conhecido como “pacificação do comando”. Para uma análise mais precisa deste fenômeno há de produzir sistemáticas comparações com outras pesquisas que estão em curso. Ainda que em campos territorialmente diferentes, devemos procurar as transversalidades que conectam e iluminam esses processos translocais.

PARTE II - MERCADOS DO CRIME OU APENAS MERCADO?

Tempo pra pensar/Quer parar/Que cê quer?/ Viver pouco como um rei/Ou muito, Como um Zé?/Às vezes eu acho/Que todo preto como eu/Só quer um terreno no mato/Só seu/Sem luxo, descalço, nadar num riacho/Sem fome/Pegando as fruta no cacho/Aí truta, é o que eu acho/Quero também/Mas em São Paulo/Deus é uma nota de cem/ Vida Loka!

Racionais Mc's, *Vida Loka parte II*, 2002.

A firma

Nesta seção descrevo o mercado da droga em Vila Operária de tal modo que se possa evidenciar as diferentes etapas do comércio das substâncias psicoativas - produção, circulação e consumo – e, em consonância, estabelecer as conexões com outros operadores sociais que moldam e são moldados pela sociabilidade periférica. Tendo em mente a imensa e intensa complexidade desse mercado, o que procuro não é descrevê-lo em toda a sua extensão, o que considero uma tarefa impraticável, e sim através da miscelânea de narrativas e experiências juntamente com sínteses descritivas, dar entendimento a esse complexo segmento mercadológico e suas conexões com outros mercados ilegais e legais. Para tal, me utilizarei do conhecimento produzido através da pesquisa de campo etnográfica, no qual farei uso de notas de diários de campo e de trechos de entrevistas gravadas com três interlocutores que estiveram ou ainda estão ligados ao “mundo do crime” local: Junior, Bruno e Carlos⁷⁸.

Estabilidade do mercado e o alvará de funcionamento

BRUNO: Eu era traficante. Os caras tinham biqueira ali, tudo, tal. Na Escobar, no Eldorado ali, todas essas biqueiras aí eu já trabalhei. Na Fazenda até hoje os caras ficam [armados]. Mas é o quê? Uma pistola, duas, três, duas pistolas ou oitão, tal. É a única que eu sei. Antes, na época, antes, a gente ficava de metralhadora lá. O que, 2003. 2002 não tinha tanto PCC assim. O dono lá era o finado Carlinho, mano dahora velho, era gente boissima. A gente era tudo de menor, molecada, aquilo... Na Moraes reuniram só os moleques doido, só... ali, na época, a gente ganhava dinheiro hein? Metralhadora. Vixi, várias armas. Nós tudo armado ali ó. 12, calibre 12. A polícia, quando vinha, não me batia não “fi”. Já os olheiros já gritavam “Polícia no condomínio, polícia”. Nós subia pro campão e já “blalalalala”, e é a entrada da favela, as polícia ia tudo embora. Mas teve um dia, nós tudo armado lá, ligaram. Falou “A ROTA tá invadindo, tal, tal, tal”. Aí nós perguntou pro, pro patrão, pro dono “E aí Tonho, o que que nós faz?” Ele “Com a ROTA não dá pra trocar não, truta. Vamo embora, vamo embora”. Aí nós subiu o campo, corremos pra avenida, tudo armado. A ROTA invadiu e ele ficou, ele foi o único que não correu. Ele e o sobrinho dele. O sobrinho dele conta a história, está até preso esse sobrinho dele. O que que

⁷⁸ Junior é o mesmo que nos falava na *PARTE I* desse trabalho a respeito da história de Vila Operária. Já Bruno, 26 anos, é ex-trabalhador de “biqueira” e profundo conhecedor das operações dos mercados do crime no distrito. Por fim, Carlos, 20 anos, trabalhador de “biqueira” e usuário de cocaína. Todos são negros.

aconteceu? A ROTA invadiu a favela. Todo mundo correu, as armas foi embora. A ROTA dominou a favela, umas dez viaturas. Dominou, tudo da ROTA a favela. Invadiram os barracos pra procurar as drogas, os bagulhos. Invadiram o barraco, ele estava deitado em cima da cama e o sobrinho dele embaixo. Polícia veio, da ROTA falou “Você tá caguetado, você que é tal fulano e tal, tal, tal. Você vai morrer”. Ele falou “Não senhor, o senhor é doido? Eu tô aqui na minha casa, de boa, tal, tal, tal, tal, tal”. E o sobrinho dele ouvindo tudo a conversa dele com a ROTA. “Você tá caguetado, você que é tal fulano e bábábá”. “Pá”, “pá”. Deu dois tiros nele e morreu. Pegou, puxou ele da cama. Saiu arrastando pelos becos da favela, pelo pé. “Aqui ó, o dono já era. Esse é nosso, êêêh”. Comemoraram, começaram a dar um monte de tiros pro alto os polícia da ROTA, porque mataram o cabeça, o mentor. E foi alguém ali, era maldade contra esse cara que caguetou pros polícia da ROTA matar aquele cara, por que ele era forte. Aí, o que que aconteceu? O gerente dele, o sócio dele ficou com a boca. Aí, esse sócio dele, era só dele tudo, né? Se uniu com o PCC. Ele não é PCC nem nada, tudo, mas... se uniu. Porque o cara tinha dinheiro, era a maior biqueira, tudo. Que nem, os camaradas dele, os caras dele eram PCC. Aí, que nem, ele começou a comprar droga dos caras. A biqueira é dele, tal, tudo, ele fez um acordo com os caras. Se uniu com o PCC, aí... Qual foi o acordo que ele fez. Se ele empenhou, se ele vendeu a biqueira. Isso aí eu já não sei dizer.

“Boca”, “biqueira” ou “lojinha” todos os termos são possíveis sinônimos informais para o formalizado termo *pontos de venda de drogas*, e que indicam locais em que se estabelecem comércios varejistas para a venda de drogas. Paulo Malvasi (2012, p. 83) expõe em sua tese as diferenças entre as terminologias para os pontos de venda de droga. “Lojinha”, usado principalmente pelos mais novos, é pensada como forma de dissimular o conteúdo do que é vendido e tem relações com categorias como cotidiano, administração, finança e comércio. Já o termo “boca”, que não deixou de ser usado, remeteria a ideia de conflito aberto, tanto por traição quanto por confronto das disputas armadas pelos pontos de venda de droga, comuns nos anos 90. E por fim “biqueira”, termo intermediário, é o mais usado⁷⁹.

Para entendermos o processo de constituição desses espaços e o funcionamento do mercado da droga no presente, remontemos aos anos 90 e inícios dos 2000, a “época das guerras”, quando “*não tinha tanto PCC assim*”. Nesse momento o que caracterizava o mercado da droga era sua regência com base nos conflitos endógenos com outros grupos e na sua relação direta com um ator marcadamente estatal, a polícia. No primeiro caso, vemos que sendo de diferentes “donos” que muitas vezes eram inimigos entre si,

⁷⁹ Ainda no plano semântico, podemos levar em conta a definição de Nestor Perlongher (2008, p. 81), que tratando das *bocas* paulistanas de prostituição viril em detrimento da noção de *gay ghetto* americano, pontua que “Boca é um lugar de emissão de fluxos, que se associa (“boca de fumo”, “boca de ouro”, etc.) a qualquer tipo de ilegalismo não exclusivamente homossexual”. Partindo de uma análise semântica, Perlongher demonstra como tal noção está sempre associada a uma ideia de território entendido como um ponto de fluxo e de ambulação, e não de fixação. A boca é um ponto de emissão, é produtora de relações.

eram comuns o uso de armas pelos trabalhadores da “boca” uma vez que havia muitas disputas territoriais pelos pontos de venda de droga. Como o conflito era eminente, a “boca” deveria sempre estar protegida e as trocas de tiro e os homicídios marcavam o cotidiano. No segundo caso, a falta de organicidade entre elas fazia com que a capacidade de acordos duradouros com a polícia se tornassem mais difíceis e, assim, a relação tendia a ser extremamente conflituosa e letal, como nos descreve a narrativa de Bruno.

Já hoje em dia o mercado da droga, principalmente no que tange ao comércio varejista em Vila Operária, funciona seguindo algumas diretrizes operativas do “mundo do crime” local que tem no PCC (Primeiro Comando da Capital) seu ator *mais evidente* de regulação. Digo dessa maneira, porque ainda que em um primeiro olhar se evidencie o “mundo do crime”, principalmente as diretrizes operativas do PCC, em um exame mais a fundo também as relações com o estado, marcado principalmente pela ação da Polícia (baseado em acordos financeiros, os

A “história” de Bruno

Foi em uma de nossas caminhadas que Paula me levou, pela primeira vez, ao Espaço Esperança, uma organização comunitária que realiza trabalhos junto a pessoas com deficiência, atuando na região do distrito de Vila Operária e que tem sua sede no bairro do Pq. Esperança. Paula sempre falava do Espaço com muito carinho e insistia para que eu o conhecesse. Desde a primeira visita como nas outras que se sucederam, achei engraçado o fato de irmos sempre por volta do meio dia. Coincidência ou não, éramos bem recebidos e convidados a almoçar. Em um desses dias, em fevereiro de 2013, fui apresentado a José, um dos dirigentes do espaço e também professor de geografia na escola estadual do bairro. Ele me perguntou bastante sobre a pesquisa, falou sobre o crime local, principalmente na escola, e se dispôs a me ajudar apresentando um ex-aluno seu, que segundo ele, havia saído do “mundo do crime” há pouco tempo. Quando José disse o nome do sujeito, Paula de primeira emendou “*Vixi, esse era ruim, ein!*”. José balançou a cabeça em confirmação. Algumas ligações e uma entrevista marcada, no próprio Espaço alguns dias depois. Foi assim que conheci Bruno. Cheguei ao Espaço e fui recebido por José que me levou a uma sala silenciosa ao fundo, provavelmente a sala da coordenação. Sentei e fiquei a espera, anotando algumas percepções do espaço no meu caderno e testando meu gravador. Estava ansioso, pois não sabia quem iria encontrar. Bruno havia cumprido media socioeducativa no CAC e todos que sabiam de sua história haviam feito a mesma observação de Paula. Estava, então, a espera de uma figura, de que senão o próprio demônio, a personificação do “bandido mal”, um “um cara ruim na cena”. Mas contrariando a tudo que me disseram, entra na sala um “mano”, risonho e descontraído, falando alto e carinhosamente cumprimentando a todos. Não era a personificação do mal, e sim um jovem de 25 anos, tal qual eu o era. É claro que poderíamos aqui descrever as diferenças entre nós, principalmente àquelas que são estampadas na carne. Contudo, tomo a liberdade de descrever o detalhe inicial, o ponto chave que nos conectou naquele momento e fez com que a primeira impressão de um para o outro fosse positiva, uma daquelas essenciais frivolidades da vida ordinária: Bruno vestia uma camiseta do São Paulo Futebol Clube, meu time de futebol. Assim, não foi difícil iniciar a conversa com uma empatia mútua, criando em ambos a sensação de intimidade, o que foi fundamental para o andamento da nossa conversa. Enfim, iniciamos falando sobre futebol.

Em cerca de uma hora de intenso diálogo, Bruno falou sobre sua vida, seu atual trabalho, suas experiências na vida do crime (tráfico/roubo/internações/ prisão). Falou de deus e de como vira o próprio demônio. E claro, falou de como tudo começou:

- Treze anos de idade. Meu pai abandonou minha mãe, foi morar com outra mulher. Abandonou minha mãe com três filhos homens e nisso, desde os dez anos de idade eu já dirigia carro, já dirigia moto. Meu pai era segurança, tinha arma. Com dez anos de idade eu andava com a arma do meu pai pra cima e pra baixo, ele mandava eu pegar “filhão, pega lá o revólver do pai, vai...” Ele era cobrador de ônibus. Ele queria ser policial, tal, tudo, fez o curso para entrar para a ROTA, e ele era surdo de um ouvido, então ele não passou para a polícia. Só que ele tinha porte de arma, tinha tudo, tal, então ele odiava ladrão. Odiava ladrão. Eu já vi o meu pai matando um bandido. Cobrador de ônibus, ele sentava em cima do revólver. Aquilo, o cara veio, entrou dentro do ônibus falando para o passageiro vai, dá o dinheiro aí, tal... o, o, o toma aí, leva tudo aí, calma e tal... O cara desceu do ônibus, ele pegou a arma aqui, pôs o braço para fora “paw, paw, paw”, deu três tiros. O cara caiu lá, ele desceu, catou a arma do cara, o dinheiro dele, o bagulho vai, vamos, acelera motorista. Fomos embora e o cara ficou morto lá no chão, eu era pequeno. Eu tinha o quê? Onze, doze anos de idade quando eu vi o meu pai... Mas aí ele conheceu outra mulher, abandonou a família, jogou a gente na chácara do meu tio e foi morar com a tal mulher, montou casa. Largou nós. Minha mãe, guerreira, continuou fazendo a vida dela, trabalhando como doméstica, empregada doméstica. Não tinha... aluguel,

ditos “acertos”), são primordiais para que se regulem as atividades desse mercado.

Desse modo, passemos a uma análise mais detalhada de cada uma dessas bases a começar pelo predado fundamental desse mercado. – nem toda “biqueira” é propriedade de um integrante do PCC.

Ainda que desde os anos 1990 o “comando” seja sensível na maioria dos presídios e nos anos 2000 nas periferias, nem todas as “biqueiras” do distrito de Vila Operária são de pessoas ligadas diretamente ao PCC, o que significa dizer que o “dono da boca” não precisa

pagava o alugue e criou três filhos sozinha. Ai, treze, quatorze anos, meu pai ainda era vivo, ele com outra mulher, eu comecei me envolver nessa vida errada. Comecei fazendo assaltos, roubando com os moleques, ai fumando uma macoinha, comecei a fumar cigarro, fiz tatuagem¹. Meu pai tranquilão lá com outra mulher, ai ele ficou sabendo que eu estava me envolvendo nessa vida errada, nessas coisas. Ele chegou em mim num certo dia com duas armas: um calibre 38 e uma pistola 380. Bateu no meu peito assim e falou ai “Se eu souber que você virou bandido, não é a policia que vai te matar não, eu mesmo te mato”. Ai que peguei e virei pra ele e falei “Pai, você apontou para mim? Você não dá nada dentro de casa, nem o aluguel você paga para a minha mãe, você está falando que vai me matar? Você apontou para mim e não atirou, se eu apontar para você eu atiro”. Ai ele bateu com o revólver no meu peito assim ó “Vai lá buscar lá, vamos ver se você é homem mesmo. Eu te mato”. Eu peguei, sai de a pé, fui na casa de um camarada, pedi a moto dele emprestada. Era uma RDzinnha 135. Isso eu tinha o quê? Quatorze anos. Numa RD, peguei a moto e fui na favela [barulho de moto]. Cheguei lá na favela, eu tinha uns amigão. Ai peguei o revólver que eu tinha lá com os moleques, eu era envolvido com os moleques, com os amigos, peguei um revólver emprestado, vim de moto. Olhei pro meu pai, falei e “Ae pai, tá aqui ó”. Estava em cima da moto e ele com as duas armas e o telefone. “Aqui ó, vou ligar pra policia, você vai ver, você vai ser preso”. Eu peguei dei dois tiros pro alto ainda “paw, paw” e ele lá “Você vai ver, você vai ver, eu vou chamar a policia”. Eu peguei, montei na moto, corri e fui embora. Ai ele foi, ligou para a policia e deu queixa na policia “Meu filho está aqui armado aqui, deu tiro pra cima de mim, tal, tal, tal”. Beleza, guardei a arma, tudo. Ele foi embora, tal. Não tenho arma, não tenho B.O., não tenho nada. Estou dormindo em casa, 2h da manhã o DEIC invade a minha casa e me leva para o DEIC de Santana. A primeira vez que eu fui preso. Dez dias na FEBEM numa tentativa de homicídio contra o meu pai. Foi a primeira vez. Ai eu já cheguei na FEBEM com aquela fama de... Nossa, o bicho é ruim... uma tentativa de homicídio contra o pai e tal, e pá e pum.

ser um “irmão” para poder ter seu estabelecimento comercial na região⁸⁰. Isso aconteceu porque quando da emergência e consolidação do “partido” havia ao menos duas opções: enfrentar o “comando” ou passar a “correr junto”. Quem optou pela primeira foi “espirrado” para fora da favela ou, em alguns casos, morto. Já os que passavam a “correr junto”, como descreve a narrativa, mantinham seus negócios, desde que se submetessem a algumas diretrizes do “partido”, como controlar o uso de armas nas “biqueiras”, acionar o “irmão” responsável para a resolução de conflitos cotidianos e seguir o princípio moral de não “atravessar” os negócios alheios vendendo a preços distintos dos demais (este último incide direto na estabilização do preço da droga). Como o diálogo com outros pesquisadores pontua, a emergência do PCC aconteceu de diferentes formas a depender da “quebrada” em evidência. Há relatos tanto de disputas territoriais de alta letalidade assim como de processos não letais. Em Vila Operária foi mais comum o segundo caso: se unir com o “comando” era mais rentável e estratégico já que o dono mantinha a posse do seu estabelecimento, poderia continuar suas atividades e, conseqüentemente, mantinha seus lucros sem precisar pagar nada ao PCC.

⁸⁰ Hirata (2010), Feltran (2011) e Malvasi (2012).

Em contrapartida ele deveria passar a seguir as regulações *propostas*⁸¹ pelo “partido” para o mercado de venda de drogas, que consiste em três padrões fundamentais de funcionamento, destacados a seguir.

Primeiro, e talvez o mais evidente, é com relação ao uso de armas. Os trabalhadores da droga não mais portam armas nas “biqueiras”, salvo raras exceções como a “biqueira da Fazenda” citada na narrativa de Bruno. No período da “pacificação” o “comando” passou a influir diretamente no controle da letalidade nas periferias, principalmente nas relações entre os sujeitos inseridos no “mundo do crime”, estabelecendo a “paz entre os ladrão”⁸², e fazendo com que conseqüentemente as disputas territoriais por pontos de venda de droga no período de “paz do comando” cessassem. Se agora não haveria possibilidade de “tomar a biqueira” de outrem com base no uso da força, o armamento antes presente pôde ser diminuído, tornando o espaço físico das “bocas” cada vez menos representado como violento. Esse padrão ficou evidente, para além dos dados de entrevistas ou conversas, pelo fato de que durante toda a pesquisa de campo etnográfica nunca vi uma arma em “biqueiras” ou em seus entornos (somente as vi em posse da polícia ou da segurança privada). Não que elas não existissem ou não fizessem presentes, certamente elas eram “guardadas” em locais apropriados, mas o que se percebe é que há uma nova significação para o uso da arma. Como me disse um interlocutor *“pega mal ficar pagando de malandro com uma arma na mão”*. Em algumas temporalidades, entretanto, e isso me foi relatado quando de algum problema com a polícia, as armas passavam a figurar nas “bocas”, símbolo do período que se estava vivenciando. Se pensarmos na proposta de Bourdieu, em seu texto *Efeitos de lugar*⁸³, sobre a análise entre as relações de estruturas do espaço físico e as estruturas do espaço social, a significação do espaço físico “biqueira” tal qual se apresenta hoje, não simboliza um espaço violento, tomando aqui *violência* enquanto uma representação e não uma categoria empírica, já que na prática, principalmente aos trabalhadores da droga, a criminalidade violenta é parte do cotidiano da “firma”.

O segundo ponto de regulação, é com relação à resolução de conflitos cotidianos. Como já apontado acima, se antes os conflitos eram resolvidos com o

⁸¹ Ainda que se unir ao PCC (passar a “correr junto”) apareça como um acordo não violento, o que de fundo embasa a *proposta* do “partido” é a disparidade de poder entre ele e o dono da “biqueira”, a subordinação pelo medo. Antes de tudo o acordo é benéfico porque o dono não tem capacidade de ir contra, e para manter seu negócio ele tem de se aliar ao “comando”.

⁸² A expressão “ladrão” é usada enquanto categoria nativa para designar toda aquele que está no inserido no “mundo do crime”.

⁸³ Pierre Bourdieu (1997).

confronto direto armado, no qual a letalidade estava muito presente, hoje as “tretas”, inclusive as das “biqueiras”, sejam elas por questões financeiras (como dívidas de droga) ou de conduta moral (como a delação), devem ser mediadas pelo “irmão” do PCC responsável pelo território, o “disciplina”, através de tribunais extralegais (os “debates”), em que se determinará quem está certo e quem está errado⁸⁴. Isto significa dizer que em caso de “problemas” no negócio o dono da “boca” aciona o “irmão” e não mais resolve por si.

E por fim, a terceira regulação, baseada em um princípio moral e que incide diretamente na estabilização do preço da droga. Produto a produto, maconha, cocaína, crack, lança, bala, doce, etc., todas são encontradas operando em igualdade de valores de uma “biqueira” a outra, independente dessa ser de um “irmão” do PCC ou não. Isso acontece porque há um código moral de sociabilidade que impede com que a “biqueira” A venda mais barato que a B. Caso isso acontecesse e, portanto, se iniciasse um processo de concorrência baseada no preço, a “biqueira” A estaria “atravessando” os negócios alheios (os das “biqueiras” B, C, D, etc.), ou seja, estaria desrespeitando o código moral existente em que todas operaram em igualdade de valores. É importante pontuar que essa regulação moral que incide na estabilização do preço das drogas não é criadora de um cartel ou de um truste, e sim funciona enquanto um dispositivo regulador de conflitos, pois como mostrarei mais a frente, não se trata de evitar a concorrência, pois ela existe, mas não baseada no preço entre as “biqueiras”. Entretanto é importante ressaltar que o respeito a esse código moral, não transfere ao PCC a carga de órgão *regulador de preço*, isto é, ele não define valores. Em verdade, a regulação do preço é feita pela própria ingerência do mercado seguindo suas características. Os códigos do “mundo do crime” são fundamentais na medida em que evitam a insurgência do conflito interno via preço, permitindo a *estabilização* do mercado varejista da droga, evidenciando assim um plano político e moral do “comando⁸⁵”, sem o qual o entenderíamos apenas por uma racionalidade instrumental.

Entendidos os princípios reguladores por parte do “mundo do crime” para o funcionamento dos pontos de venda de drogas, fica evidente como o desenvolvimento na última década propiciou que o mercado da droga se estabilizasse e, assim, pudesse desenvolver cada vez mais o seu lado comercial e administrativo. No entanto, por ainda se tratar de um mercado ilegal, na medida em que o tráfico de drogas é crime, o risco de

⁸⁴ Gabriel Feltran (2010).

⁸⁵ Karina Biondi (2010) e Adalton Marques (2010).

constantes apreensões por parte da polícia precisava ser mais bem gerido. É desse ponto que emerge um fator importante no entendimento do mercado da droga: a obtenção do “alvará” para que a “firma” funcione⁸⁶.

Se acima vimos como o PCC atua na estabilização das trocas de mercado, é na relação com a polícia que encontramos a chave para o entendimento das condições de existência de um ponto de venda de droga. Sendo altamente complexa e sujeita a fatores diversificados, se torna impraticável o exercício de descrição e análise da relação com a polícia⁸⁷ em todas as suas dimensões⁸⁸.

De tal forma, para o entendimento dessa relação, sinteticamente podemos nos basear em duas prerrogativas: a primeira de que, no sentido da força, não existe milícia que segure a polícia territorialmente em São Paulo (ela entra em todos os lugares), e a segunda de que, motivada pela primeira, não há “biqueira” que não faça acordo com polícia. Logo, para o melhor funcionamento das atividades de varejo, sem prisões e apreensões constantes, cada “biqueira” se vê na necessidade de estabelecer acordos financeiros com a polícia.

Neste ponto, para compreendermos melhor tais acordos, a proposta de Daniel Hirata⁸⁹ em que a territorialização do tráfico de drogas está em relação à territorialização das delegacias de polícia é bastante elucidativa. Para o autor, cada delegacia de polícia é responsável por um determinado território e os policiais encarregados, longe de não conhecerem as “biqueiras” sob sua jurisdição, sabem exatamente localizar onde cada uma delas funciona, e mais, mantem contato frequente com os responsáveis pela venda da droga. Assim, ainda que exista a proibição de se chamar polícia na favela, dado que esta é considerada como o oposto direto ao criminoso, e quem o faz é “cobrado”, para que o mercado da droga funcione sem

⁸⁶ Daniel Hirata (2010).

⁸⁷ Ainda que sob a mesma nomenclatura, o substantivo *polícia* é bastante heterogêneo e ganha em significado apenas quando referenciado a uma determinada localidade, seja esta brasileira ou mundial. Neste trabalho me refiro à polícia do Estado de São Paulo, em suas corporações Militar e Civil. Para uma análise específica de outro caso, ver o trabalho da antropóloga portuguesa Susana Durão (2006) e seu estudo sobre a polícia de Lisboa em Portugal.

⁸⁸ É importante ressaltar que neste ponto impera um limite de acesso desta etnografia e mesmo das condições e possibilidades da observação participante nesta temática. Sendo nossos interlocutores em sua maioria trabalhadores da droga, infelizmente não coube no escopo deste trabalho o diálogo com policiais, dado principalmente pelo difícil acesso aos mesmos e a não abertura de falas sobre essa temática. Nas poucas oportunidades que tive para propor tal diálogo me foram dadas apenas negativas. Dessa maneira, se por um lado esse trabalho pode ser acusado de abordar tal temática de maneira unilateral, por outro ele se baseia em uma construção etnográfica bastante sólida com os trabalhadores da droga, e em leituras que corroboram com as hipóteses defendidas, como os trabalhos de Hirata (2010) e Malvasi (2012).

⁸⁹ Daniel Hirata (2010)

constantes conflitos, cada “biqueira” estabelece um acordo com os *policiais locais* (em geral militares), o chamado “alvará” de funcionamento.

Dessa forma, podemos apontar que a relação antagônica polícia/bandidagem sempre tão conflituosa, não é alterada, e sim o que ocorre é a mediação do conflito latente pelo fator *dinheiro*⁹⁰. Os dois lados passam a lucrar, pois a polícia tira “um a mais” e os trabalhadores da droga não são incomodados podendo exercer suas atividades. Esses “acertos” são bem estruturados e sua existência é fundamental para que o mercado da droga possa exercer suas atividades tal qual ela se apresenta hoje em Vila Operária e em outras periferias. Para a polícia, além do lucro financeiro, a importância se dá pela capacidade de mediar à latência do conflito, evitando constantes trocas de tiro em um território sob sua jurisdição e, deste modo, proporcionar a “sociedade de bem” a sensação de dever cumprido⁹¹. Mesmo que a polícia seja vista como inimiga, o dinheiro entra na cena como dispositivo de mediação da relação⁹², gerindo a coexistência antagônica na medida em que os dois se beneficiam.

CARLOS: Militar vem... Têm uns que recebem aí por quinzena aí pra não ficar embaçando na biqueira. Recebe mil real aí por quinzena aí ó. Mil real mano. Só pra deixar os caras trabalhar de boa, pra deixar os caras trabalhar de boa. Mil real cara, por quinzena!

Mas ainda nos cabe uma pergunta: como, então, são realizadas apreensões, prisões e mesmo óbitos no mercado da droga? Como o encarceramento massivo se viabiliza, com tantos acertos evitando prisões, na base da operação desses mercados? A essa questão novamente Hirata nos fornece um entendimento, evidenciando um segundo tipo de “acerto”, aqueles que ocorrem quando um sujeito é preso. Para o autor, dado que existem os acordos com os *policiais locais* do território para a proteção da “biqueira”, policiais de outras áreas de referência *invadem* a localidade e praticam aquilo que o autor chama de “sequestro”, que consiste em fazer prisões em territórios diferentes daquele que seus acordos são válidos, ou seja, se efetua prisões em territórios outros que não o seu. Mais do que “fazer cumprir a lei”, o objetivo é “capturar alguém”, e criar outra oportunidade para um “acerto”. Se a pessoa capturada for “considerada” ou tiver papel relativamente importante será liberado mediante o pagamento do “sequestro”, se

⁹⁰ Michel Misse (1999b) e Daniel Hirata (2010).

⁹¹ W. F. Whyte (2005).

⁹² Georg Simmel (2003).

não ficará detida. Os valores variam a depender da posição, do nível de “consideração” ou da ficha criminal da pessoa em questão.

De fato, o que os traficantes compram a partir do “alvará” é tão-somente a permissão para se estabelecer no território de referência de uma delegacia, não a proteção da polícia. Dessa maneira, policiais de outras delegacias realizam extorsões fora de sua área de referência – esta é uma das formas de invasão. Em quase todos os casos de invasão, ao menos quando os acordos estão validados e existe confiança entre as partes, os policiais que realizam as operações não estão na área de referência de sua delegacia. Não poderia ser diferente, pois os funcionários da biqueira conhecem quase todos os policiais que trabalham na delegacia onde pagaram o “alvará”. (...) Na invasão, existe um outro tipo de extorsão que começa a se operacionalizar, o que poderíamos chamar de “pagamento de sequestro”. Esta extorsão é feita em caso de uma invasão “bem sucedida” da polícia no perímetro da biqueira. O sucesso da operação não é encontrar drogas ou prender traficantes, mas conseguir capturar alguém. Os policiais que realizam as rondas, normalmente fazem parte da polícia militar, portanto, não podem levar a pessoa capturada para a delegacia, pois isso implicaria a formalização de inquérito, que é realizado pela corporação rival dos policiais civis. Depois da captura, aciona-se um telefone, que é o mesmo utilizado para a negociação do pagamento do “alvará”, e uma outra negociação começa a ser realizada. O fato de usar especificamente esse telefone não é por acaso. (HIRATA, 2010, p. 271-272)

Caso a invasão tenha sido praticada diretamente pela polícia civil, ou não acontecido o acordo dentro da viatura no contato direto por telefone dos policiais militares com o dono, pois este pode ou não querer pagar, e ainda se o policial militar nem tentou acordo e levou a pessoa apreendida direto para a delegacia da Polícia Civil para que se estabeleça o inquérito, há, por fim, a possibilidade de outro “acerto”, agora dentro da delegacia. Neste caso, o policial civil, que não tem o contato direto com o dono, oferece a pessoa detida a possibilidade de ligar pra “alguém”, como me narrou Carlos:

CARLOS: Eu era de menor. Fui preso. Os cara insistiu muito pra fazer acerto na delegacia. E eu não quis. Ele falou, o cara falou “E aí? Não tem nenhum contato não mano? Passa o contato dos manos aí pra nós tirar você daqui mano”. Tá ligado, os caras vai e troca ideia primeiro, fala “Mano, nós quer tanto pra soltar o moleque”. E eu, que eu era molecão, novão, os cara falou “Aí mano, passa um número aí pra nós trocar ideia lá com os caras lá. Pros caras trazer um, um qualquerzinho”. Aí eu “Não, você é louco? Não”. Tudo as fitas que acontecem mano.

Carlos não tenta o acordo, pois certamente saberia que este não seria pago, como acontece para muitos adolescentes apreendidos, principalmente para àqueles que são usuários de droga considerados “viciados”. Ao trabalhador da droga, ainda que existam

os “acertos” locais, o risco é eminente. Ao patrão, muitas vezes, é mais rentável substituir do que pagar, já que o contingente do exército de reserva é grande.

Gerenciar a ilegalidade e não apenas reprimi-la, essa é o papel da polícia (em suas corporações militar e civil) quando pensamos o mercado da droga tal qual ele se apresenta nos dias de hoje em Vila Operária⁹³. Nesse enredo, não há livre comércio nem “mão invisível” que auto-regula o mercado. Este também não é um submundo que está para além da legalidade. Sua possibilidade de existência, justamente o que tentamos demonstrar nesta seção, depende diretamente de duas cartografias diferentes sobrepostas, uma baseada na relação com o “mundo do crime” local e seus códigos morais de atuação, e outra baseada na relação direta com a polícia, no qual as noções sempre paralelamente pensadas de legal/ilegal, crime/lei, polícia/bandido se dobram e se tocam, tornando as grandes dicotomias muito mais complexas de serem analisadas.

Abastecimento: laboratórios e depósitos

BRUNO: Quem faz a mistura é um... é o químico. Ele vira a droga, faz tudo, deixa tudo ali. A gente empacota. Vem pasta base. Aí ele vira, faz ali o processo, tudo que tem que fazer. Depois a gente só vai fazendo os papelotes. É num barraco de madeira. Muitos mete o louco, tem de tudo. Esse laboratório aqui tem três portas. Qual que você quiser, você vai embora. Tem três saídas. Polícia não vai te perseguir. Aí ficam os olheiros. Na hora que tá todo mundo ali, embalando, a favela fica cheia de olheiro, porque tem os caguetas também, os polícias, né? Na hora que bota uma viatura, os caras já “Ó, tá moiado a favela”. (...) Então, o que os caras fazem... cada gerente é uma ponte que os caras arrumam. Na biqueira aí você vai pagar dez conto [na cocaína], só que cada uma tem uma qualidade. Que nem, na [biqueira] da Treze tem uma que é R\$15,00, mas é da pura. O cara vai lá comprar “Eu quero uma sulinha”, porque é a pequenininha, é na capsula de pedra de crack. Só que é uma farinha pura. Ela tem cheiro de inseticida assim. Você, você cheira, você não sente aquele cheiro das cocaínas velhas que os caras põem bicarbonato... Os caras misturam tudo. Mano, você vê fazendo assim, você não tem nem coragem de cheirar depois. O cara que faz não cheira, não cheira. Porque ele fala assim “Putz, isso aqui vai me fuder truta”. A loucura vai vir, só que aqueles grãozinhos, o resto, é tudo bagulho misturado. Bicarbonato de sódio, muitas vezes sapólio, sal. Às vezes, tem uma que os cara põem

⁹³ Essa análise vai ao encontro da proposta de Charles Tilly (1985) que, em seu artigo “*War Making and State Making as Organized Crime*”, faz uma analogia do estado como uma organização criminosa, através da problematização dos dois entendimentos embutidos na ideia de “proteção” proporcionada pelo estado. O primeiro, relativo ao abrigo contra perigos externos, e o segundo como cobrador de tributos para evitar os danos de uma suposta ameaça latente (interna ou externa).

sal no meio do bagulho mano. Açúcar. Sabe por quê? O nóia vai ver ali, ó, a quantidade. Vai ver depois que ele vai usar, que ele vai ver se a qualidade é boa ou não. Os caras fazem a quantidade. Joga ali 100 gramas de farinha pura, coisa pura, e joga o quê? 300 de mistura. Ele vai ganhar um dinheiro da porra, vai ganhar o quê? 400 gramas. Entendeu? Foda-se quem usou, quem não usou. Maconha, já vem tudo prensada, já vem tudo... que vem de fora, né.

Para que um comércio varejista qualquer funcione e possa vender seu produto, fazem-se necessários dois princípios: estoque disponível e a logística adequada. Essa operação simples não é diferente no circuito varejista da droga, no qual a questão do abastecimento das “biqueiras” é extremamente importante. Para tal, dois locais ganham destaque. Primeiramente os ditos laboratórios⁹⁴ que são locais que recebem grandes quantidades de droga (cocaína pura, formol, grandes tabletes de maconha, etc.) para que se realizem os devidos processos de *endolação*⁹⁵, isto é, mistura com outras substâncias para aumentar o rendimento e sua embalagem nas quantidades corretas para a venda. O momento do recebimento de tal quantidade é relatado e explicitado por todos como sendo de extremo perigo e no qual o uso de armas de grosso calibre se faz presente. Normalmente, os laboratórios ficam em casas com mais de uma laje na qual embaixo vive uma família que serve para não gerar suspeitas tanto da polícia quanto dos “cagueta” da própria “quebrada”, e em cima funciona o laboratório, com varias opções de saída para fuga, caso este seja alvo da ação policial. Essa etapa do circuito, também é geradora de postos de trabalho, já que são contratados olheiros, operários manuais que farão o trabalho de pesagem e empacotamento, e funcionários específicos para fazerem a mistura. Na descrição de Bruno e em outros relatos sobre o assunto, o “químico” (que não necessita ser um graduado em química) tem por função fazer a droga render, se utilizando da mistura de outras substâncias mais baratas para que o lucro seja maior possível, o que faz com que a qualidade final do produto caia⁹⁶. Mas desde já é importante pontuar que o produto final de cada “biqueira” no que tange a qualidade é sabido pela maioria dos usuários, isto é, onde tem a “melhor” droga, seja esse “melhor”

⁹⁴ O termo laboratório foi bastante presente no trabalho de campo e designa o local onde ocorre o processo de endolação. No que tange ao circuito completo da produção da droga, outros locais podem receber essa nomenclatura, mas realizando trabalhos mais específicos, como o de refino da pasta base da coca nas regiões fronteiriças (OLIVEIRA, 2013).

⁹⁵ A categoria endolação “(...) já era assim chamado em meados dos anos 60 e resultou do nome ‘dolar’, tradicionalmente dado à quantidade pequena e estandarizada da maconha embalada.” (MISSE, 2003).

⁹⁶ A queda na qualidade pode ser entendida como uma das hipóteses explicativas para que o preço da cocaína não tenha se alterado pelo menos há uma década. Além disso, uma recente bibliografia mostra que o PCC hoje é presente nas grandes rotas de tráfico nas fronteiras do país (OLIVEIRA, 2013).

estabelecido por padrões reais da mistura ou pela fama da “biqueira”, maior a quantidade de vendas.

Como a maioria dos vendedores fica apenas com uma pequena quantidade da droga em sua posse, até mesmo por conta de possíveis apreensões policiais, outro elemento importante que surgiu na pesquisa, se faz necessário no circuito do varejo das drogas: os depósitos, casas na favela usadas para guardar o estoque da droga que será vendida na “biqueira”. Em geral, o uso dessas casas acontece através de um contrato não formal entre o gerente da “biqueira” e o dono de uma casa (próxima ao ponto de venda), em que se terceiriza ao morador o serviço através do pagamento de uma quantia em dinheiro. São colocadas grandes quantidades de droga dentro da residência, e toda vez que acaba determinado produto na “boca” o vendedor vai à moradia para abastecer-se. O recurso de usar uma casa não suspeita, normalmente com muitas crianças, é comum, porém, bastante perigoso, já que nesse caso, em uma batida policial, o morador pode ser acusado de traficar grandes quantidades. Muito já me foi falado sobre a inconveniência dessa posição já que, durante o dia ou à noite, há um transito de pessoas dentro da casa, ou como me contou certa vez uma interlocutora que se irritou com o marido que aceitara guardar droga em casa, e recebia para tal, quando encontrou sua filha de dois anos brincando com pedras de crack.

Posições de trabalho nas “biqueiras”

CARLOS: Aquela história lá não foi história não, foi verdade, né? Era do sábado pro domingo, fiquei louco na balada. Chegou de manhã fiquei dentro de um barraco que era alugado e eu estava pensando em me matar, né? Mas só que, como eu falo que deus tem uma obra na minha vida, né? Então só olhei pro céu, deitado na cama e falei “Meu deus, por que você não me tira dessa terra.” Aí já era domingo já, né? De tarde, né? Eu tava falando que deus não vai me ajudar não. Até julguei ele sem querer e falei, né, e pedi, né, pra ele tirar minha vida, né? Mas só que ele não quis tirar a minha, não quis, né? Ele nem quis tirar a do meu colega também, né? Mas o que aconteceu é que, quando foi à noite, deu 8h da noite, peguei a sobra, tudo... A sobra é quando o moleque troca de plantão, né? É o cara que trabalha de dia pro cara que trabalha à noite. É, eu fui pra lá à noite lá, às 8h nós foi. Liguei ele pra tramar. Cheguei falando não... que ia dar um trampo, “pá”. Aí o moleque, né, foi trabalhar comigo, né, e tava de olheiro, né mano. A função do olheiro é só... é só avisar “Ó os homi vindo!” Quem trampa de olheiro ganha setenta conto, mano. Às vezes é oitenta conto, doze horas. Não é pouco não, porque o cara ganha vinte conto por dia, mano, tramando aí num trampo indigno, mano. O cara vixi, oitenta conto? Só pra ficar das 8h às 8h? Demoro. Mas... e ali que aconteceu... era umas meia noite... não, era umas onze horas, os homi veio mano. Umás onze e meia, onze horas, onze e meia “pá”, meia noite, os homi veio. Eles veio, eu já nem tava. Era a polícia civil, mano. Aí os polícia

civil veio, pediu a droga pra ele. Mas quando os cara veio, eu já tinha chegado já, eu já tinha voltado, que eu fui lá em cima lá abastecer. Fui pegar mais droga no barraco, que as que tava comigo já tava acabando. Aí eu desci, encostei do lado dele, tava marcando, tinha umas mina lá comigo, lá do lado lá, “pá”, e o moleque tava lá de boa lá. Chegou um carro vermelho, o caras da civil. Encostou lá, pediu a droga, eu falei... eu fui pra servir, o maluco sacou a .40 dele, deu três tiros no, no peito dele e eu consegui correr nesse momento. Subi a avenida correndo, quando eu cheguei lá em cima, que eu olhei pra trás... saiu um maluco da porta de trás, já deu mais quatro tiros na cabeça dele. E passou vinte minutinhos a viatura veio, pegou o corpo, levou o corpo embora. Parecia que já estava tudo combinado já entre os caras. Depois a família ficou lá, chorando lá e eu me senti culpado, né mano. Porque aquelas balas ali era pra mim, não era pra ele, né? Mas aconteceu. (...) Quando é civil vem de roupa normal. Não tem como mano, quando os caras quer vir os cara vêm mano. Vem vestido de mendigo, pede uma droga, você vai e serve, você nem sabe que o cara é polícia, mano. Aí mais tarde o cara volta... Quando é militar dá pra ver a viatura, né? Mas, se os caras vêm escondidinho, mano, não vê não. Os caras, se vir pelos cantinhos da parede, beirando os cantinhos da parede pra... por que é o seguinte mano: a visão dos caras mano, é os caras ver nós primeiro e a nossa visão é ver eles primeiro, antes do que eles vê nós. Tipo, os caras pensa que nem nós. Tipo, eu tô ali na biqueira “Ó, fica ligeiro com os homi, pros homi não vim. Fica ligeiro com os homi, pros homi não vim”. E toda hora os caras fala “E aí mano! Tá ligeiro mano!” Mas quando vem civil os cara dá o bote, batata.

Pensada como um comércio, toda “boca” para além de seu dono é composta por pelo menos três posições de trabalho. Como já dito anteriormente, as posições podem ser ocupadas por sujeitos distintos, dependendo de cada situação. Assim, passemos a exposição de cada um desses regimes de trabalho, suas variadas posições, perfil de trabalhadores e a função exercida por cada um.

Primeiro é a posição do *olheiro* ou *campana*. Posicionados estrategicamente no entorno da “biqueira”, esses funcionários tem por função vigiar a aproximação da polícia, militar ou civil, ou de alguém que pareça suspeito através da visão que tem a partir do ponto estratégico que está designado. Ainda que esta seja a posição mais baixa da hierarquia financeira, já que não se retira muito dinheiro nessa posição, setenta a oitenta reais por doze horas de trabalho, de modo algum se trata da posição em que se exija menos técnica. Para o olheiro, em geral residente da própria “quebrada”, conhecer e reconhecer os moradores, bem como os policiais locais, é parte fundamental de suas qualificações e/ou competências. O conhecimento da clientela e a capacidade de diferenciar, por exemplo, um policial civil que esteja disfarçado na tentativa de abordar o vendedor, faz com que o sujeito detenha as qualificações para a posição, pois caso ele falhe na sua função e a polícia realize a apreensão na “boca”, este será cobrado por seu erro. O número de olheiros varia de acordo com a configuração espacial da “boca” e normalmente são contratados adolescentes “de menor”, que muitas vezes também são

consumidores que trabalham para sustentar o vício. Como, ao que consta, não são contratados os usuários de crack, os “nóia”, as drogas mais comuns entre os olheiros são a maconha e a cocaína.

Na segunda posição está o *vendedor*, também chamado de *boy do tráfico* ou como alguns adolescentes se autodenominam *traficante*, o sujeito que trabalha passando a droga diretamente para o consumidor⁹⁷. Aqui a questão do perfil do trabalhador recrutado se torna interessante, pois são os jovens mais bem articulados e desenvoltos que “prosperam” nessa posição, já que por serem vendedores trabalham diretamente com o público. Mais ainda, o vendedor tem de ser um sujeito que saiba assumir os encargos atribuídos pela função. Se ele não o faz, certamente não terá ajuda caso seja apreendido pela polícia. Os regimes de trabalho variam de 12 horas trabalhadas por 24 de descanso, ou 12 por 36, de tal modo que um mesmo jovem pode, em seu dia de folga em uma “boca”, trabalhar em outra virando madrugadas sem dormir. Com relação ao ganho financeiro da função este é variado, pois depende da habilidade pessoal do sujeito de vender e da procura pelo produto da “biqueira”, já que trabalham com porcentagem nas vendas, como me explicou Carlos:

CARLOS: O cara trabalha um dia sim, dois dias não. É, 15%. O tráfico lá é 15%. Mas nem todas. Tem uma ali embaixo, ali, que é 10%. O cara ganha, ganha um real por cada uma que ele vende. Se você... É. Se você... se na de 10% você vender vinte, você tem R\$20,00. Se na de... se na de 15% você vender vinte, você tem R\$30,00. E na de 20%, se você vender vinte... Você tem R\$40,00. Não passa disso. As biqueiras que têm por aí não passam disso. É difícil achar uma de 20%, né? Tem uma ali que é... não é, o cara ganha R\$1,00 por papel que ele vender, mas também numa noite ele vende mais de, mais de dez, onde, doze mil. Hoje mesmo, o cara vende o... vende o quê? Vende uns treze mil.

Ainda que os valores sejam bastante variados, a explicação de Carlos nos mostra que um dia de trabalho pode render uma considerável quantia para o vendedor. Caso o sujeito tenha a “mente firme”, ele poderá desfrutar do consumo de bens materiais tais quais carros, motos, roupas, celulares, tênis, etc., o qual poderá ostentar frente as “mina” e aos “manos” que o cercam, gozando assim de prestígio. Porém, vale pontuar que o acesso a tal quantia em dinheiro não significa uma mobilidade social para o adolescente

⁹⁷ O que se nota nos últimos anos é o predomínio de adolescentes abaixo da maioridade legal nessa função principalmente quando do recrudescimento das leis penais sobre o tráfico de drogas. Acredita-se que empregar “menores” é mais rentável já que o período de “afastamento” da função quando o sujeito é preso é inferior.

e menos ainda significa mobilidade urbana, já que o dinheiro adquirido é gasto no “rolê” pela própria “quebrada”.

Contudo, há também vendedores que são usuários. Estes acabam por consumir quase tudo o que ganham, como é o caso do nosso narrador:

CARLOS: É que tem dia que o coração tá mais...carregado, inchado. O bagulho é maior sofrimento mano. Às vezes, por causa de droga, por causa de droga aí, por causa de patifaria mano, o bagulho é locão mano. Eu sei, mas só que esse bagulho aí é só pra quem é mano. É só pra quem sabe investir o dinheiro, mano. Os manos que trancam no bagulho, os caras tudo investe mano. Ou não, você vai pegar o bagulho pra comprar droga, mano. Já perdi muita grana, muita cara, muita. Se eu tivesse ficado, se não tivesse conhecido o pó, mano, a cocaína, já era pra eu ter casa na praia aí ó. Mas é, tô aí mano, só que... É, então, lá na biqueira eu já cheirei, já deixei casa, carro. Muito dinheiro cara, muito dinheiro mano. O bagulho, essa vida aí não é pra qualquer um não, mano. Já vi cara aí vendendo celular, mano, pra usar droga, mano. Por dez, vinte, quinze conto. Já cara vendendo blusa de frio já mano, por um pó na biqueira. Vendendo blusa de frio por dois pó. Por um pó e um cigarro. Já vi já cara alugar o carro pra ficar fumando pedra à noite na favela. Empresta o carro pros caras, pros caras ficar dentro no piãozinho. Já vi já mano. Os caras dá dez pedras, fala “Mano, tó essas dez pedras e fica aí ó, na favela usando aí ó e deixa o carro com nós.”

Também é da profissão de vendedor certo tipo de relação com a polícia, variando entre a militar e a civil⁹⁸. Para isso, ele precisa ter uma boa capacidade de dissimular quando colocado em situação de risco, muitas vezes negando que esteja vendendo drogas ou que aquilo ali seja uma “biqueira”. Se ele for preso e sua droga apreendida, ele terá de se acertar com o seu superior, já que ao final de cada turno, geralmente entre as sete ou oito da manhã e da noite, ele tem de reportar todas as suas vendas ao *gerente*, o terceiro elemento da cena. Por isso, muitas vezes quando o vendedor “cai no 12”, ele tenta chamar o policial para uma conversa, forçando o “acerto”. Se o policial aceitar conversar, eles podem entrar em acordo e, por certo valor, o policial libera o apreendido. Caso ele não tenha o valor em mãos, o policial deixa-o na “boca” trabalhando e volta mais tarde para recolher o valor combinado. Às vezes o policial fica com certa quantidade de droga para garantir o pagamento. Nesse caso, o vendedor não receberá nada da sua porcentagem, porém não irá preso. Essa estratégia é usada por muitos vendedores (principalmente àqueles que não gozam de muito prestígio

⁹⁸ A Polícia Militar é mais facilmente identificável dado o uso da farda e da viatura padronizada. Já a Polícia Civil é vista como mais perigosa, pois eles chegam à paisana, vestido como consumidores para fazerem a abordagem em flagrante. Contudo, se reconhece um policial civil por alguns detalhes peculiares como a camisa ou camiseta muito larga e comprida para esconder a arma presa na cintura.

com o dono) para evitar a prisão, pois como já dito anteriormente, em muitos casos é mais rentável para o patrão substituir o funcionário apreendido do que pagar a quantidade exigida, como claramente me explicou Bruno:

BRUNO: E os patrão aí, muitas vezes, se te cata você na biqueira aí ó, se ele... se pedir dois mil reais, ele não dá não. Foda-se. Você sabia que corria o risco, quem mandou você cair? Agora, se você tiver anos ali, trabalhando na mesma biqueira, com aquele mesmo cara, ele tiver uma consideração pela sua pessoa, saber que vai ser um prejuízo pra ele você estando fora, o cara até dá. Muitas vezes se você, o B.O. que você foi preso foi um... dá prejuízo pro patrão, o patrão agradece que você saiu fora, já põe outro no seu lugar ali, com a mercadoria que era da semana que vem, e já põe outro ali pra ficar no seu lugar. Você que se foda lá com o que perdeu, com o que aconteceu e você ainda tem que ser malandro e não caguetar aquele. Porque se você caguetar aquele, você morre lá dentro mesmo. Já vai e fala "Ó o futuro aí. Esse aí, quando chegar aí, pode arrancar o pescoço que é safado".

É notório na fala de Bruno que, para além de questões meramente financeiras, isto, a capacidade do vendedor em dar lucro para a “biqueira”, existem demandas afetivas envolvidas nas escolhas do *patrão*. O “ter consideração” a que o nosso narrador se refere está sujeito a uma grande diversidade de casos, e repousa diretamente na relação cotidiana entre eles.

O terceiro elemento da cena, como já mencionado, é o *gerente*. Este é o trabalhador mais bem remunerado da “firma” e mais difícil de obter informações. Não está sempre presente na “boca”, aparecendo principalmente nos fechamento de turno para contabilizar as vendas. Têm por função controlar os outros funcionários, inclusive o comportamento e a eficiência, fazendo a ponte direta com o patrão. Em geral, é o sujeito que cresceu na “firma”, mais velho que os vendedores e olheiros, muitas vezes já “de maior”, e mais novo que o patrão. O gerente de “boca” que mais teve proximidade jamais se identificou para mim enquanto um gerente, apenas se dizia trabalhador de “biqueira”.

Por fim, o dono, que se não uma posição de trabalho assalariada como as outras, possui importante função como já mencionado: fazer os “acertos” com os *policiais locais* para a proteção do seu negócio. Neste ponto já deve estar claro, mas é importante ressaltar que não se pode abrir uma “boca” a partir do nada. Há de se fazer negociações complexas para que o seu negócio não atrapalhe o de outros. Assim, é mais comum que, quando um patrão queria “mudar de ramo”, ele venda ou mesmo alugue a “boca” para outra pessoa, variando o preço na medida em que o ponto consegue gerar lucros.

Especialização e clientela

O bairro chama-se Alvorada. Nele há um posto de saúde verde, parece recente. O nome da quebrada que fomos é Praia, fica próxima a margem de um rio, muito poluído. O esgoto a seu aberto por todos os lados desaguava nos rios que eram brinquedo para as crianças naquele dia de calor. A arquitetura provocaria o mais importante arquiteto. Casas empilhadas uma encima da outra, nas encostas dos morros. Como não caíam? Como construíram aquilo? A ponte que dava aceso a garagem para um Monza anos 80, ponte de madeira de um barraco que ficava a margem do rio. É nessa região que há uma biqueira de crack e pontos de consumo de crack, como disse Sandra. A Praia é diferente do Esperança, é mais plana, muitas ruas são de terra e muitas casas de madeira. Os becos são mais apertados. Logo na entrada se atravessa uma ponte. A pobreza é diferente ali. (...) [Eu e a educadora do CAC Kátia] Entramos e somos atendidos por Dona Neide, mãe de César. Ela nos conta que ele está sumido, que alguém tinha dito ao marido que ele estaria preso, mas até agora nada. Há dias que ela procurava por ele e não sabia de nada. Ela disse que hoje mais uma vez iria a DP procura-lo. Kátia liga pra uma delegacia e nada. Ela diz que tem mais dois filhos e o marido, e que apenas César teria dado “problemas”, crack, e que às vezes ficava dias fora de casa. O mais velho e o pai trabalham e o mais novo de onze fica com ela. Então Kátia pergunta como ela está, e nessa hora a mulher começa a chorar muito. Ficamos sem o que dizer. Ela dizia que não sabia mais o que fazer e que uma mãe poderia ter muitos filhos, mas nenhum era substituível. Ela chorava copiosamente. Dizia que César era o mais estudado, tinha cinco cursos. Toda vez que ele voltava e ficava um tempo sem drogas, fazia um curso. Ele era padeiro, mecânico, montava e desmontava computadores, técnico em softwares e funileiro. Disse que exemplos não faltavam, pois todos na família trabalhavam. Que quando César tinha doze anos ele já trabalhava, estudava de manha, trabalhava a tarde e fazia curso à noite. Ele teria conhecido a droga na escola. Porra, nem na escola ele estava livre! Vivia agora pela rua a sustentar seu vício. Falou-me de três lugares onde os nórias ficam fumando, os mesmos a que Sandra se referiu. Ela também disse que muitas vezes ela teria buscado ele pela madrugada, dado banho e ido trabalhar sem dormir. Que pagava todo salário e dava em clínicas. Que por três vezes tinha largado o emprego para cuidar dele e dessa vez não o faria. Mesmo acreditando em deus, havia perdido as esperanças. Chorando e nos deixando sem palavras ela repetia que não tinha mais o que dizer, apesar de tanta coisa dita. Ela nos mostrou duas fotos de quando ele era pequeno. A inocência da criança no retrato não contrastava com a figura perturbada em minha cabeça. Era uma cena desesperadora: uma mãe que tinha passado por tudo isso, buscado o filho nas bocas, dado banho, saído do emprego por ele, agora estava sem notícias, ninguém tinha visto. Seu filho estaria morto, vivo, onde estaria? Saímos da casa e por metros caminhamos ser dar nenhuma palavra. Era uma dor pesada. Pelo caminho passamos pela biqueira, mas não havia muita gente, apenas alguns usuários e os trabalhadores da droga. (Notas de diário de campo, janeiro de 2011)

A descrição do bairro Alvorada e a triste história de Dona Neide na busca por seu filho são reveladores de um elemento característico importante do mercado da droga em Vila Operária: cada “boca” é especializada em um ou mais “tipos de drogas” e atendem a demanda de uma determinada clientela, ou seja, nem todas as “bocas” vendem todos os tipos de droga. Essa especialização na venda dos produtos pode ser

entendida pela relação entre o posicionamento físico da “boca” no tecido urbano e os consumidores que transitam em cada espaço, isto é, a qual consumidor ela se destina. Em territórios altamente degradados com baixíssima infraestrutura de saneamento básico, como a “quebrada da Praia”, as “bocas” de crack são mais presentes e é comum que usuários da droga, “os nóia⁹⁹”, se aglomerem ao redor do ponto ou mesmo permaneçam em barracos destinados ao uso da substância (“os mocó”). Já a “biqueira” do Eldorado, posicionada em uma grande avenida de acesso rápido próxima a fronteira do distrito de Vila Operária com uma cidade da região metropolitana, em que funciona um sistema no qual o cliente encosta o carro próximo ao ponto, conversa com o vendedor e compra a droga sem sequer descer do veículo, é especializada na venda de cocaína e destinada ao público externo à favela, “pros boy”, principalmente aos moradores da cidade metropolitana a que Vila Operária faz divisa. Esse sistema de venda de produtos é muito semelhante ao conhecido *drive thru* de restaurantes de *fast food* em que se permite ao cliente comprar o produto sem sair do carro. *Drive thru* é uma contração da expressão “*drive-through*” que significa literalmente “através do carro¹⁰⁰”.

JUNIOR: Lá no Eldorado vem a... a burguesia. Eu falei pra você que tinha um cantor, né, o Y? O Y, o S¹⁰¹, isso, bem lembrado. O Y é do grupo [nome do conjunto musical]? É... Vinham, vinham pegar droga. Geralmente a gente já conhece os freguês. O cara manda encostar mais pra baixo, nunca perto da boca e fala “ó, encosta lá embaixo”. E o cara vai lá e leva.

De tal modo, o que se pode denotar é que cada substância tem a capacidade de produzir um determinado campo gravitacional em que são atraídos determinados atores, nesse caso os usuários/consumidores, e moldadas às relações com o espaço físico. Nesse sentido podemos dizer que uma “boca” de crack não é a mesma coisa que uma

⁹⁹ Ser um “nóia” é estar na posição social mais baixa dentro da comunidade, é ser considerado “verme” pelos outros, pois se tem que quando sob efeito da droga, o usuário de crack sai de si e rouba dentro da própria comunidade, dentro de sua própria casa, se torna agressivo, entre outros agravantes que se costuma usar para justificar a não reconhecimento do “nóia” como igual pelos meus interlocutores que estão dentro do “mundo do crime”. Assim, o “nóia” é um corpo matável, uma vida nua, no conceito de Agamben (2002). Se ele é morto, ninguém se importa, não há “debate” do crime, não há investigação policial e a família não corre atrás, pois, em geral, ele sai da casa para o uso e cria relações muito tensas tanto com a comunidade quanto com a família, indo por vezes morar no centro da cidade. Para mais ver Taniele Rui (2012) e Deborah Fromm (2014).

¹⁰⁰ É interessante notar que esse modelo adotado por esta “biqueira” está em sintonia com uma urbanidade mundial, um modelo urbanístico que remete aos Estados Unidos em origem.

¹⁰¹ Y e S substituem os nomes verdadeiros de dois famosos músicos que, segundo Junior, buscavam droga com ele.

que venda só cocaína e também a clientela a qual cada uma se destina não é a mesma. Algumas “biqueiras” praticamente só vendem para pessoas de dentro da favela (comercialização interna), outras para pessoas de fora da favela e, às vezes, de fora do próprio distrito e que comprem nesse local pela facilidade de acesso (comercialização externa).

A perspectiva do consumidor

CARLOS: É tudo o mesmo preço, então é mais pela qualidade mano. O cara cheira o bagulho, ele fala nossa... que ele cheirar e falar “Nossa, essa daqui tá boa, tá adormecendo tudo”. Adormecer é bom, quando não adormece nada aí que é ruim, aí os caras vai tudo lá pra outra [biqueira], mano.

Como já havia apontado anteriormente, a equalização do valor das drogas funciona como um dispositivo de regulação de conflitos, impedindo a concorrência entre as biqueiras baseada no preço. Contudo, existe sim concorrência: algumas biqueiras vendem mais que outras e seus funcionários, mesmo que ganhem pela menor porcentagem de vendas (10%), acabam por receber mais dinheiro devido a grande quantidade. Nesse sentido, podemos tomar a prerrogativa de que a concorrência se baseia em outros fatores que não o diferencial de preço. E quais seriam esses fatores?

Para melhor entendê-los creio que devemos tomar a perspectiva do consumidor como foco: o que faz com que se compre em uma “biqueira” e não em outra? Para responder a essa questão entendo que três fatores podem ser relevantes quando um consumidor, seja ele da favela ou não, decide comprar a droga: a qualidade do produto, a qualidade do atendimento e o acesso ao ponto em relação à sua moradia. Um não exclui o outro. Em verdade eles podem se complementar. Primeiro, está questão da qualidade do “produto”, que é repetidamente mencionada constituindo um sistema pessoal e por vezes coletivo de preferências dos interlocutores, no qual, a título de exemplo, dez gramas de maconha da “boca” A é muito melhor que as mesmas dez gramas da “boca” B. Todos diziam saber onde estava a “melhor” droga, qual é a “boa”, e mais, sabiam por vezes detalhar a proveniência do produto (principalmente com relação à cocaína). Segundo, está a questão da qualidade do atendimento, pois se você é bem atendido a qualidade do “produto” passa a não depender apenas de uma relação de sabores e sensações, mas também são atribuídos outros qualitativos ao produto que

ultrapassariam essa relação biológica. Foi comum ouvir relatos em campo de que há uma diferença entre os “atendimentos” de uma “boca” a outra, como me disse Paula certa vez “*Não compro [maconha] com os moleques da AP, eles são muito folgados, tratam a gente que nem viciado. Já os caras da Escobar são mais firmeza*”. Assim, para Paula, sem dúvida a melhor maconha era a da “biqueira” da Escobar, fosse pelo “sabor” fosse porque ela tinha bom relacionamento com os vendedores. Por fim, tem-se a questão do acesso ao ponto de venda em relação à moradia do consumidor. Aqui temos duas posturas possíveis: a primeira é dada pela facilidade de acesso do consumidor em relação a uma “biqueira” e não a outra, o que faz com que este passe a utilizar mais dos produtos daquele local, e, conseqüentemente, a criar redes de relações com seus funcionários que se transformam nos seus “conhecidos”. A segunda postura se dá quando o consumidor, tentando evitar, por exemplo, que sua família e vizinhos saibam do seu vício, comece a comprar em uma “biqueira” longe de sua moradia. A primeira postura é mais comum para consumidores do mercado externo que buscam drogas como maconha, cocaína, doce, bala, etc. Já a segunda é marcadamente imposta a usuários de crack ou até mesmo de cocaína residentes dentro da “quebrada”.

O mercado da droga

Até aqui tomamos como tarefa a descrição do mercado da droga em Vila Operária, na tentativa de evidenciar as diferentes etapas do comércio da droga - produção, circulação e consumo - e, aliado a isso, tentamos estabelecer as conexões com outros operadores sociais que moldam e são moldados pela sociabilidade periférica. Dessa forma, entendidos os processos e dinâmicas sociais que envolvem o mercado da droga em Vila Operária e suas conexões, passemos então ao exame de alguns pontos que podem ser derivados da construção feita anteriormente, a começar pela própria noção que defendemos, isto é, a de que o comércio de droga em Vila Operária se estabelece enquanto *mercado*.

E o que seria essa categoria?

Na complexa análise da história da economia-política do capitalismo, muitos foram os autores que se debruçaram sobre a categoria mercado¹⁰². Karl Polany ao analisar a formação do capitalismo moderno faz uma crítica potente ao entendimento liberal de que o sistema capitalista se sustentaria enquanto modelo baseado no princípio da “mão invisível¹⁰³”, e que o funcionamento do mercado se daria de maneira auto-regulável. Para os liberais, após a consolidação histórica de um mercado nacional, a vida passaria a ser regida pelas possibilidades proporcionadas por esse novo sistema econômico em que o preço das mercadorias determinaria sua sobrevivência, não sendo mais o costume ou a intervenção estatal que regulamentaria a vida em sociedade, mas sim a auto-regulação do próprio mercado focada no preço da produção. A ideologia do *laissez faire*, própria do liberalismo econômico do século XIX, fundava-se na ideia de que o mercado deveria funcionar livremente, sem interferência, seguindo apenas os regulamentos que davam proteção aos direitos de propriedade privada. Atacando diretamente nas contradições do liberalismo, Polany nos mostra que a lei da “mão-invisível” e o funcionamento auto-regulável que sustentavam teoricamente tal pensamento, não passavam de grandes utopias, uma vez que na prática, o mercado precisava de políticas altamente intervencionistas. Para o autor os liberais pediam a intervenção do estado de modo a garantir o funcionamento do mercado, ou seja, o livre comércio e a competição exigiam na prática a intervenção para poderem funcionar.

(...) a introdução dos mercados livres, longe de abolir a necessidade de controle, regulamentação e intervenção, incrementou enormemente o seu alcance. Os administradores tinham que estar sempre alertas para garantir o funcionamento livre do sistema. Assim, mesmo aqueles que desejavam ardentemente liberar o estado de todos os deveres desnecessários, e cuja filosofia global exigia a restrição das atividades do estado, não tinham outra alternativa senão confiar a esse mesmo estado os novos poderes, órgãos e instrumentos exigidos para o estabelecimento do laissez faire. (POLANY, p. 146, 1980)

¹⁰² Destaco principalmente os trabalhos de Fernand Braudel em “*La dinâmica del capitalismo*” (1985) e Karl Polany em “*A grande transformação*” (1980).

¹⁰³ O princípio da *mão invisível*, introduzido por Adam Smith em 1776 em sua obra “*A riqueza das Nações*” (1996), é usado para descrever como em uma economia de livre mercado, em que cada agente econômico atuaria segundo seus próprios objetivos, a interação dos mesmos resultaria em uma determinada ordem benéfica a todos, como se existisse uma “mão invisível” que os orientasse. Seguindo tal princípio, Smith defendia a inexistência de uma entidade coordenadora do interesse comunal, ou em outros termos, a não intervenção do Estado em questões econômicas.

Tomando esse ponto da crítica de Polany, podemos afirmar: não há auto-regulação no mercado da droga de Vila Operária. Como descrevemos nas seções anteriores, esse mercado funciona segundo princípios de regulação que remetem a códigos de conduta e moralidade do “mundo do crime” local (análogo a categoria de costume apresentada pelo autor), e principalmente a uma necessidade intrínseca de regulação por parte do estado, tal qual demonstramos pelo papel da polícia na obtenção do que chamamos de “alvará de funcionamento”. Assim, seguindo o argumento de Polany, de que na prática a formação de mercado exige diretamente a necessidade de intervenção estatal, podemos dizer que o mercado da droga constituído em Vila Operária não se trataria de uma formação desconhecida ou não usual, ou ainda de um submercado estritamente criminal cuja base se daria pela ação da oferta e demanda¹⁰⁴. Em verdade, trata-se de um modelo de comércio característico do capitalismo moderno, cuja capacidade de existência está diretamente ligada ao imperativo da intervenção e regulação via estado.

A leitura do tráfico de drogas enquanto mercado, levando-se em conta todos os atributos acima apresentado, é fundamental para que possamos entendê-lo para além do olhar moral, olhar este que vê o “mundo do crime” como um submundo paralelo ao mundo legal, incivilizado, violento e dotado de uma maldade humana que lhe é intrínseca. Também o mesmo que imputa à periferia toda a origem da criminalidade urbana violenta, como se as categorias crime e violência fossem equivalentes à categoria periferia¹⁰⁵. Em suma, tal olhar exclui de seu campo de visão a rede de relações e conexões, as dobraduras (TELLES e HIRATA, 2007), entre ilegalidades e legalidades que mostramos operar no mercado da droga.

Nas quebradas da vida, desenvolveu uma especial habilidade em negociar a vida nas dobraduras do legal e ilegal e se equilibrar no frágil equilíbrio de que é feito os negócios ilícitos: de partida, o pesado jogo entre a compra de proteção e a extorsão policial, na verdade um feroz jogo de poder que se faz nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, e o ilícito – é disso que depende o funcionamento do negócio, dessa espécie de dobradura entre os dois lados, e que aciona séries seguidas de violência, episódios corriqueiros que, muito frequentemente, ganham formas extremadas e

¹⁰⁴ Cabe destacar esse ponto uma vez que há um pensamento bastante difundido de que é a demanda por droga o grande sustentáculo do tráfico. Essa ideia parte do raso pressuposto da culpabilização do usuário como propulsor de todo o mercado da droga, atacando principalmente em fatores morais, principalmente o de que a violência letal envolvida no tráfico é fator direto da compra da droga.

¹⁰⁵ Para que se opere a desidentificação das categorias *violência* e *crime* enquanto sinónimos da categoria *periferia*, o saber etnográfico é fundamental uma vez que permite o acesso a elementos transversalizantes presentes no cotidiano que irrompem contra os arraigados paralelismos (legal/ilegal, periferia/centro, etc.) presentes nas leituras do mundo social.

devastadoras, de um lado; de outro (e ao mesmo tempo), a gestão das rotinas do seu negócio, que se conectam com as circunstâncias da sociabilidade local (...). (TELLES E HIRATA, 2007, p. 176)

Assim, na tentativa de superar essa visão moralizante, passemos a considerar alguns pontos, a começar pela dinâmica de consumo dos produtos vendidos.

Se uma parte dos consumidores é de dentro da “quebrada”, não é correto afirmar que todos o são. Durante a etnografia tentamos demonstrar como na ótica do consumo se ultrapassam os limites territoriais da própria “quebrada” e se estabelecem relações com outros territórios da cidade, principalmente relativos aos seus consumidores. A passagem da fronteira entre territórios é possível desde que cada ator aceita as devidas “regulações” e o papel imposto pelo outro lado, por exemplo, ao “playboy” que acessa a “quebrada” no papel de comprador, assim como o “mano” pode atravessar a fronteira para vender. Nesse sentido, o que propomos considerar é que esse modelo específico de territorialização do mercado da droga em que o mundo do crime está inserido não constitui um universo à parte da dinâmica social de Vila Operária, isto é, não está necessariamente segregado espacialmente, mas pelo contrário convive com uma série de outras dinâmicas sociais, principalmente relativos às atividades de trabalho e comércio, que também não se encerram dentro do distrito. Nem dentro da cidade. Nem dentro da metrópole, nem do país.

Há uma relação de dependência com as outras regiões da cidade, tanto as consideradas “ricas” de dentro do próprio distrito, como também do seu entorno, na medida em que muitos usuários provêm de fora da comunidade ou mesmo de regiões abastadas da cidade, chegando até mesmo algumas “bocas” a se especializarem no atendimento ao mercado externo: “*já servi muito patrão*” era o que dizia um interlocutor. Essa específica territorialização seria, nesse sentido, produtora de uma determinada circulação de atores, produtos, dinheiro e códigos sociais pela cidade, e porque não, produtora da própria cidade. O mercado da droga, assim como o mercado do roubo que trataremos a seguir, não se encerram em si mesmos, isto é, dentro da própria periferia como se a “violência” e o crime fossem sinônimos de periferia.

Já com relação à perspectiva dos trabalhadores da droga, e ainda se propondo a pensar para além do olhar moral, essa etnografia nos permite entender os comerciantes de drogas por outro prisma de análise, isto é, enquanto novas profissões do mundo

contemporâneo, como sugere a proposta de Vera Malaguti Batista¹⁰⁶. Segundo a autora, a sobrevivência do capitalismo mundial nos dias de hoje se daria a base dessa nova classe trabalhadora, fundamentada em um modelo de trabalho precarizado e na existência de um grande contingente de exército de reserva. Entretanto, se o mercado da droga se apoia em uma base altamente precária de trabalho, essa etnografia tentou demonstrar como também são conservados e mobilizados valores tradicionais baseados na confiança, consideração, conhecimento interpessoal e no acúmulo nas relações pessoais, por exemplo, quando da prisão de um *vendedor* e sua relação com o *patrão*.

Por fim, creio ser importante destacar a relação com o que denominamos por *guerra as drogas*. Da forma com que ele é realizado nos dias de hoje, focado na apreensão do pequeno traficante (a ponta), essa etnografia sinaliza que sua prática não altera em nada a *posição* de trabalho dentro do mercado da droga. Se um adolescente vai preso outro o substitui na mesma posição. Portanto, o entendimento do tráfico enquanto mercado, principalmente da maneira em que demonstramos operar as relações entre polícia e mercado da droga, a apreensão, para além de oportunidade de extorsão de dinheiro, se constitui enquanto fator gerador de mais adolescentes dentro do mercado da droga. Nesse sentido, a política antidrogas que penaliza o pequeno traficante, que está localizada na ponta, não gera nada além de um inchaço no sistema prisional juvenil, um inchaço na estrutura de assistência social (seja do estado ou de terceiro setor), e uma grande letalidade para os jovens de periferia.

¹⁰⁶ Os argumentos e análises da Profa. Dra. Vera Malaguti Batista foram incorporados via a participação em evento realizado no Departamento de Sociologia da USP (Conferência “A questão criminal no Brasil Contemporâneo”, realizado em 29/04/13). Para mais ver <http://sociologia.fflch.usp.br/node/521>

Sob “contratação”: o mercado do roubo

Antes de iniciar a descrição do mercado do roubo há de se definir o que estamos por chamar de *roubo* quando o colocamos enquanto predicado de um mercado. Sinteticamente, o Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 profere em seus artigos 155 e 157:

*Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:
Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. (...)*

*Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:
Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. (...)*

Os artigos acima apresentam a separação legal entre o crime de furto e o crime de roubo. No furto, não há ameaça direta a vítima e sim apenas a subtração de um bem alheio. No roubo, há a subtração de um bem alheio, nesse caso mediante ameaça ou violência física a pessoa que está sendo roubada, seja dado pelo uso de uma arma ou apenas pela simulação. Em ambos os casos existem qualificativos que aumentam a pena a depender da situação¹⁰⁷. Essa divisão legal é extremamente importante para os casos de atribuição da pena, mas ajuda pouco na proposta de entendimento dessas práticas enquanto componentes de um mercado, pois para o funcionamento enquanto mercado pouco importa se o bem subtraído foi produto de grave ameaça à vítima ou não. Por exemplo, para que um desmanche ilegal funcione, a procedência do carro, se ele foi produto de roubo ou furto, não é importante. Além disso, quando um jovem ou adolescente diz que “*começou a roubar*” o ato em si pode ser legalmente descrito tanto como furto ou como roubo, mas para o entendimento do próprio adolescente, ambos compõe o verbo síntese da atividade do “ladrão”: roubar. De tal maneira, definiremos *roubo*, assim como meus interlocutores o definem, como toda a atividade que visa subtrair algo material de outrem seja dada por grave ameaça física ou não, inserida em uma rede extensa de circulação de mercadorias, dinheiro e atores sociais, mais ou

¹⁰⁷ Os qualificativos aos dois artigos podem ser encontrados no endereço eletrônico <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=FURTO+E+ROUBO+ARTIGOS+155+E+157+DO+C%C3%93DIGO+PENAL>>

menos estruturados, em que são determinados códigos sociais específicos para a composição de um mercado.

Assim, definidos quanto à terminologia, podemos começar a tratar de um dos mercados que mais chama à atenção na atualidade, que ataca diretamente uma das bases da sociedade do capital: o patrimônio privado.

Se estendendo a diversas modalidades, tipos de ações, e a uma complexa rede de relações que, por vezes, escapam ao nível de acesso etnográfico da pesquisa, o exercício de sistematização e descrição do roubo por completo se torna bastante difícil e quase impraticável. Portanto, o que a pesquisa de campo no distrito pôde mostrar é que existem elementos que podem elucidar as características de tais atividades no entendimento do seu funcionamento. Dessa maneira, inicialmente, apresentaremos uma discussão dos elementos que compõe o *modus operandi* do mercado do roubo e, posteriormente, as modalidades e a extensão das redes de negócios e arranjos que giram entorno dessa atividade. Vale salientar que esta seção foi elaborada através da pesquisa com adolescentes que estavam inseridos na prática e com ex-ladrões, todos com passagem pelo CAC, e com o relato de moradores. Assim, para o auxílio à descrição retomaremos, além de outras etnografias sobre o tema e notas de diários de campo, trechos da entrevista realizada com Bruno que, mais a frente, nos contará sobre sua participação no mercado do roubo.

Tornar-se ladrão?

O primeiro, e talvez mais evidente elemento que compõe o *modus operandi* do mercado do roubo, é relativo à predominância masculina de adolescentes¹⁰⁸ e jovens. Notadamente, quanto mais a rede do roubo vai se estendendo (trabalharemos esse ponto posteriormente) mais ela se torna complexa e menor o predomínio de jovens. Porém, factualmente, quem está na ponta em ato se dispondo a troca de tiros com a polícia são os adolescentes. E por quê?

Aqui, quase que uma resposta em unísono é dada, seja essa proferida por organizações do terceiro setor, pelos agentes do estado, agentes da mídia em geral, ou

¹⁰⁸ Em todo o período de campo apenas ouvi falar de uma adolescente atendida pelo CAC inserida no mercado do roubo.

até mesmo movimentos sociais: fatores de idade, raça e gênero, são somados a noções como família desestruturada, precariedade nas condições de vida, baixa escolarização, fraqueza da lei, sensação de impunidade, violência doméstica, crise de princípios morais, etc., compondo um conjunto de elementos que, apresentados enquanto fórmula de relação causal, explicaria o modo de criação do indivíduo “ladrão”, como um destino manifesto em que o portador de tais predicados automaticamente se transformaria no referencial “bandido”. Tanto pelo viés da culpabilização como pelo viés da vitimização do sujeito, ambos os argumentos cravam suas raízes no entendimento do fenômeno em questão através da individualização do caso, ou seja, coloca-se em foco o indivíduo e no momento de sua decisão pessoal de começar a roubar.

No primeiro caso, o indivíduo por uma decisão pessoal escolheria começar a roubar, em detrimento a seguir a ordem “correta” de um mundo social que seria compartilhado por todos. Normalmente, falas e representações criadas a partir dessa visão tendem a usar radicalmente noções maniqueístas, como bom/mal, certo/errado, como argumentos explicativos para basear a ideia da escolha, para além, usam a ideia de dois mundos cindidos coexistindo paralelamente, um no qual estão as ditas “pessoas de bem” que seguem corretamente os mecanismos sociais existentes com vias a um bem comum, e outro no qual estão os “bandidos” que se desviaram do certo e que, portanto, tentam destruir o funcionamento “correto” da sociedade em benefício próprio. Desse modo, o “ladrão” é o sujeito que escolheu o caminho do errado, o caminho do mal. Essa argumentação carrega em si o traço da culpa: o indivíduo é culpado pela escolha que fez, uma vez que ao mesmo sempre teria sido dada outra opção.

No segundo caso, quando do viés da vitimização, as condições e mazelas sociais motivariam o indivíduo a entrar para o mundo do crime, uma vez que este, vivenciando uma quase inescapabilidade dada pelas condições materiais e afetivas que lhe são infligidas¹⁰⁹, faria um cálculo de que o roubo é mais lucrativo e viável (não apenas relativo a dinheiro, como também prestígio) do que o trabalho, sendo, pois, a figura do “bandido” um fruto direto da desigualdade social. Esse argumento ao ser pretensiosamente coletivo, isentando o sujeito da culpa e transferindo-a para a sociedade, isto é, jogando para o social a causa da tal *entrada* no “mundo do crime”, cria um indivíduo extremamente racionalizado. Mesmo que tenhamos a sociedade, e

¹⁰⁹ Esse argumento tem por base uma visão pela carência no qual a falta de afetos (familiares, comunitários) e de estruturas sociais (escola, praças esportivas, hospitais, emprego), que seriam causas diretas da produção do sujeito “bandido”. É como se na ausência desses fatores, o crime entrasse enquanto preenchimento.

mais precisamente a desigualdade social produzindo o indivíduo, o que sobra é racionalidade instrumental de um sujeito que ao calcular escolhe por uma determinada trajetória, o que novamente nos leva ao paradigma do próprio indivíduo. O ponto final é o momento de decisão em que o indivíduo escolhe racionalmente entrar para o crime, cena comum que tanto apareceu nesta pesquisa durante a reconstrução de adolescentes de sua trajetória, tanto em entrevistas quanto em conversas de acompanhamento dos educadores sociais do CAC. Ao reconstituir sua trajetória o sujeito tende a estabelecer cortes específicos (antes e depois) e momentos marcantes que representariam a sua existência - o primeiro roubo, a primeira troca de tiros, a primeira prisão, o dia em que o pai lhe abandonou, entre outros – e que delimitam esse momento da *entrada* para o crime. Talvez por isso esse argumento em meios de atendimento socioeducativo tenha tanto fôlego, uma vez que muitas vezes essa é uma produção reflexiva dos próprios adolescentes, eles mesmos fazem esse movimento, ainda que na prática, no cotidiano, essa operação não necessariamente ocorra dessa forma. Michel Misse em sua tese *MALANDROS, MARGINAIS E VAGABUNDOS & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*¹¹⁰ nos traz uma brilhante e rigorosa contribuição teórico-analítica a essa discussão, ao elucidar o processo que o mesmo denomina por *produção da sujeição criminal*,

Como não existe apenas uma perspectiva de nomeação, mas várias, e como todas refluem para a subjetividade desses indivíduos, construindo-os pela sua diferença em relação aos outros indivíduos, e como essas nomeações os assujeitam duplamente (o assujeitamento normalizador define o assujeitamento desnormalizador e, dentre esse, o assujeitamento criminal), proponho chamar de « produção da sujeição criminal » a esse processo de construção social do agente de práticas criminais como um « sujeito criminoso ». (MISSE, 1999b, p.72)

Segundo Misse, como o objeto do processo não é apenas a transgressão à lei, mas também o próprio indivíduo transgressor, a sujeição criminal poderia ser ampliada como uma potencialidade de todos os indivíduos que possuem atributos idênticos ou próximos aos do tipo social acusado, uma vez que esta produção não se identifica enquanto apenas um rótulo arbitrário ou uma disputa por significações morais, e sim enquanto um processo social que condensa práticas sociais específicas com seus agentes sob uma classificação social recorrente, estável e socialmente legitimada. Para o autor, ainda que exista uma estruturação na produção social da sujeição criminal, cada evento

¹¹⁰ Michel Misse (1999).

só o seria capturado em tal estruturação na medida em que detenha a possibilidade de “fazer sentido” para muitos indivíduos, e segundo Misse, para o próprio acusado.

Pelo lado do agente, a sujeição criminal é antes uma trajetória de vida, ou uma experiência social, muitas vezes vinculada a mercados ilícitos, mas raramente, para eles, uma identidade deteriorada. Quando muito será uma identidade contraditória, mas não inconsistente. Quando uma trajetória pessoal vem a se transformar em identidade, ela terá que ser - ainda que intimamente - valorizada positivamente pelo agente, o que significa metamorfosear uma identidade atribuída, socialmente negativa, em diferença positivamente auto-avaliada. A passagem da trajetória para a identidade conclui o processo da sujeição criminal e, a meu ver, constitui a chave para a compreensão de sua reprodução social. (MISSE, 1999b, p.71 e 72)

Tomando a perspectiva acima apresentada, a meu ver, as argumentações que são focadas no entendimento das *motivações* do indivíduo, sejam elas pelo viés da culpa ou da vitimização, não elucidam o fenômeno em questão em toda sua complexidade. Não que tais elementos não existam, não é este o caso, já que muitos dos adolescentes são pobres, negros, têm problemáticas familiares diversas, saem da escola, têm péssimas condições materiais de vida etc. Podemos até julgar em favor de que o indivíduo é sim uma vítima das condições sociais, e também que esse mesmo indivíduo tem sim agência sobre a sua situação. Entretanto, o que essa pesquisa pretende demonstrar é que na prática esse movimento opera de outra forma, e que, no geral, trata-se mais de uma *captura* (no sentido teórico e, muitas vezes, prático), do que de uma *decisão pessoal*, individualizada, baseado em sua socialização na favela. Desde a infância, as redes pessoais de relacionamento o direcionam o sujeito para a prática de atos infracionais: o adolescente está com os amigos, faz um monte de coisas de moleque, em dado momento começa a ganhar um dinheiro fazendo uma “fitinha” ou outra, e de repente é pego (pela família, ou pela polícia), e isso vira uma questão de trânsito entre “identidades”. O adolescente é colocado entre o papel de menino que “*apronta algumas travessuras*” e o papel de “bandido”. Desse ponto, a situação vai ganhando mais e mais complexidade. Por essa socialização na favela acontecer em nichos sociais de trabalhadores de mercados criminalizados, o adolescente passa a acessar uma *carreira criminal*, e é paulatinamente capturado por um complexo e extenso mercado que se estabeleceu através das ações do roubo, e cuja funcionalidade é regida pela necessidade de subcontratações de baixo custo para sua atividade elementar, o roubo, onde o limiar entre vida e a morte é parte do trabalho ordinário. Nesse sentido, o mercado do roubo seleciona os adolescentes que “*não tem nada a perder*”, só a ganhar, seleciona àqueles

que detêm as “qualificações profissionais” perfeitas para o preenchimento de tais funções do mercado do roubo, são os funcionários certos para esse trabalho, já que possuem a “disposição” para se arriscar na *vida loka* do crime. Não é uma questão de trajetória individual, mas uma questão de RH (de Recursos Humanos empresarial).

Desviar o foco da trajetória individual e passar a compreender o mercado que se estabelece em torno das atividades de roubo, longe de ser pouco importante, é essencial para que a constituição da problemática (e quem sabe da solução) possa romper com a visão individualizante e moralista, que impõe ao indivíduo dotado desses diversos elementos em sua trajetória a “opção” pelo crime, e passar para uma formulação que evidencie a construção desse fenômeno nos termos de um mercado.

Territórios capitalizados

O segundo elemento que destaco diz respeito à relação territorial/moral implicada no roubo. Existe um processo territorial que opera baseado em determinado código moral do “mundo do crime” de que só se pode roubar fora da sua “quebrada” e de regiões que não estejam sob regulação do PCC, só se rouba dos “outros”, dos “de fora”, e, em tese, jamais dos seus iguais, com o risco do transgressor ser cobrado depois pelo erro. Mas, ainda que seja moralmente reprovável, em um movimento recente, muitos jovens não vêm seguindo tais códigos e acabam por fazer suas ações na própria “quebrada”. Esse fenômeno que era pouco provável em 2010 (primeiro período dessa pesquisa), por conta da presença intensa do “comando” nas regulações entre “ladrões”, se alterou no último período de pesquisa, em 2013, em que casos de pessoas assaltadas na beira da favela foram comentados, inclusive de moradores. Em alguns casos, os autores foram encontrados e duramente cobrados, em outros, nada aconteceu. Essa “falta de critério” dos adolescentes sem punição é a base de uma das queixas de “quebrada largada¹¹¹” direcionadas ao “comando”. Porém, esse fenômeno recente pouco interfere na consolidação do mercado do roubo, uma vez que, em geral, essas ações acabam por acionar outro elemento dessa relação territorial/moral que corrobora com nossa hipótese, uma convenção chamada de *Lei dos três dias*. Essa funciona da seguinte maneira: se um sujeito rouba algo e antes de três dias, por intermédio de um “irmão” lhe

¹¹¹ Para mais ver a seção “*Quebrada largada*”, *nova geração e investimentos legais* deste trabalho.

é requerido o bem de volta à vítima, pois essa também é moradora de “quebrada”, ou também é do crime, ou até mesmo é alguém que tem uma história dentro do local, o assaltante deve devolver o bem. Caso passem os três dias, o bem já não mais necessita ser devolvido. Se for devolvido, e o requerente também for “ladrão” ou alguém considerado, os assaltantes além de perderem o objeto podem, após um “debate”, sofrerem sanções físicas da parte requerente, em decisão comum com o “comando”. Para ter acesso à informação de para onde foi o bem material roubado, basta que se chegue a uma “boca”, pergunte pelo “disciplina da quebrada” onde se tem a suspeita de que esteja o bem e, muito rapidamente, mobilizando contatos via celular, este é encontrado e devolvido à vítima. Nesse sentido, podemos tomar a “biqueira”, para além de suas funções comerciais que trabalhamos anteriormente, enquanto uma esponja de informações, que absorve falas e notícias que giram em torno das atividades ilegais. Vale destacar que esta dimensão da “biqueira” compartilhada pelo viventes periféricos, não é apreendida somente por eles, mas também pela polícia. Das raras oportunidades que tive diretamente com esse seguimento, um Major da PM me explicou:

Para descobrir um crime de roubo, muitas vezes se usa a tática de ‘apertar’ nas “biqueiras” para descobrir. A gente força com os traficantes e eles acabam abrindo alguma informação. Sabe de alguém, um nome, um local a procurar. É um uso tático para se descobrir o roubo¹¹².

De tal modo, como via geral do entendimento do mercado do roubo, para os “ladrões” existem determinados territórios em que é possível o exercício da prática, são àqueles onde “há o que roubar”, sejam estes dentro do próprio distrito ou não, criando uma relação de interdependência entre território “rico” e o território “pobre”. Rouba-se, em geral, nas grandes avenidas de acesso ao distrito (Av. das Pedras e Av. dos Operários que possuem comércios), nos bairros “classe média” de periferia do entorno, nos grandes condomínios, ou na cidade da região metropolitana que faz divisa com Vila Operária¹¹³

Analogamente ao entendimento que Néstor Perlongher faz da noção de territorialidade em o *Negócio do Michê*, ao pensar na chave de Deleuze as operações no

¹¹² Esta fala foi parte da exposição de um Major da PM em uma mesa-redonda que participei organizada pelo METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar, sob o título de *Olhares sobre o comércio de substâncias ilícitas*, realizado em 26 de junho de 2014, no auditório do DTO. Participaram da mesa, um Major da PM, um investigador da Polícia Civil, uma terapeuta ocupacional e um antropólogo.

¹¹³ Vale destacar que o *centro da cidade* de Vila Operária não é o de São Paulo e sim o da referida cidade metropolitana.

gueto gay de São Paulo enquanto um código-território, este trabalho propõe empregar a proposta trabalhada pelo autor de que na prática as operações não se consumam no vazio, mas em um lugar social, em um território. A noção de territorialidade para o autor não se limita a um espaço físico, mas a um espaço do código, pois se inscreve em um determinado lugar que lhe dá sentido, não apenas descritivo *o que é feito lá*, mas muito mais prescritivo *o que pode ser feito lá*.

Configura-se, assim, um complexo “código território” (Deleuze), dado pelos códigos e suas superfícies de inscrição em zonas do corpo social. Territorialidade entendida não apenas no espaço físico – ainda que este também seja importante, já que delimita as difusas fronteiras do gueto -, mas no próprio espaço do código. (PERLONGHER, 2008, p.159)

A noção de territorialidade em Perlongher, referente aos códigos *do que pode ser feito lá*, nos leva a hipótese de se pensar a cidade, dentro da chave do mercado do roubo, enquanto produtora de *territórios capitalizados*, isto é, lugares específicos em que o capital de giro, a operação basilar do mercado do roubo pode se consumir. A partir desses locais são produzidas representações (do referencial bandido e do referencial vítima), práticas cotidianas (não parar em semáforos à noite, se identificar nas guaritas de condomínios, etc.), redes extensas de serviços (câmeras de segurança, empresas especializadas no transporte de valores, sistema de monitoramento de carros, blindagem, etc.) e, por fim, um modelo específico de urbanização e de uso da cidade.

Autonomia relativa

O terceiro elemento destacado é dado pela relação estabelecida entre quem rouba e o “comando”. Como roubar não tem necessariamente um padrão, diferentemente do tráfico, fazer uma “fita” não compreende uma atividade que constituía uma “firma”, o sujeito que pratica o roubo não tem de se reportar diretamente a um “irmão” do PCC quando faz uma ação (salvo em casos em que exista uma “fita dada” por parte de um “irmão”). Dessa maneira, no mercado do roubo as regulações são mais frouxas e sujeitas a serem negligenciadas pelos atores em questão, fazendo com que se revele uma relativa autonomia do sujeito na ação criminal. Digo relativa, pois ainda que a relação não seja dada por mediação monetária, ela existe enquanto um conjunto de moralidades

no qual o “ladroão” tem de respeitar o “comando” e vice-versa, ainda que tal respeito mútuo não signifique posições de poder igualitárias. Penso o poder a partir da concepção de Michael Foucault, como uma prática social inscrita historicamente em dispositivos de saber que operam na gestão de condutas, normas, formas de pensamento, etc. O poder não seria passível de posse por um determinado sujeito ou ator, mas *exercido* enquanto posições de poder pelos mesmos nas relações que eles travam por todo o tecido social¹¹⁴. O caso a seguir elucida bem a questão.

Pedro [educador do CAC] me conta que o mano e seu parceiro [dois adolescentes atendidos por ele] foram fazer um assalto. Pararam uma mulher em um [carro modelo] Celta e o levaram. Horas depois de chegarem em casa, foram mexer no veículo e encontraram dentro dos forros das portas vários pacotes de cocaína. Como os dois não eram do tráfico, ambos decidiram esperar. Passaram-se mais de três dias e nada. É então que algum tempo depois, chega a casa deles um mano que procurava pelo carro e se intitulava irmão do PCC. Inicia-se um debate. O irmão argumentava que eles deveriam devolver o carro e os acusava de terem dado mancada, pois haviam roubado sua mulher. Os adolescentes se defendiam com o argumento de que não tinham como saber de quem era o carro, que apenas estavam fazendo os corres [o trabalho] deles. O irmão aceita a ideia e diz que, então, eles deveriam apenas devolver o carro e nada seria feito. Os adolescentes continuavam a debater e argumentam que isso era errado, pois eles haviam feito uma “fita” e que já havia passado mais de três dias e que, portanto, o carro era deles, e mais, que o irmão estava errado de estar cobrando, já que eles estavam apenas fazendo seu trabalho, e que quem tinha arriscado a cabeça a tomar tiro foram eles. Assim, depois de debaterem pelo “certo”, e se vendo em uma complicada situação, o irmão decide por oferecer a eles sete mil reais em troca do carro com tudo que estava dentro. O negócio é aceito e a treta resolvida. (Notas de diário de campo, julho de 2013)

Nessa cena a questão da autonomia relativa é bem posta. O “irmão”, não tendo parte na ação, não pode requerer o carro de volta, ainda mais que os adolescentes estavam “pelo certo”, já que se passam mais de três dias e os dois apenas faziam o seu trabalho. Do outro lado, os adolescentes, ainda que estivessem com sua razão, não poderiam fugir ao diálogo, simplesmente não querer conversa e mandar o “irmão” embora, uma porque há códigos morais compartilhados entre eles em que o “debate” é a forma comum de se chegar ao “certo”, e outra porque existe uma disparidade de posições de poder entre dois adolescentes assaltantes e um “irmão” do PCC que impede com que os dois neguem o diálogo. Desse modo, o dinheiro entra na cena enquanto mediação de conflito e resolve-se a “treta”.

¹¹⁴ Ver Foucault (1984, 2007).

Ao analisar o contexto das favelas de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, Diogo Lyra em *A república dos meninos*¹¹⁵ nos trás a ideia de que os adolescentes que praticam o roubo, ou como o próprio autor denomina os “autônomos do 157” (artigo do código penal que tipifica o crime de roubo), sentem-se mais livres do que os explorados adolescentes inscritos no tráfico, os “assalariados do 12” (antigo código que tipificava o tráfico), uma vez que esses últimos trabalhariam em um modelo que pressupõe “patrão”, horário de trabalho, hierarquias etc., enquanto os primeiros teriam autonomia nas suas ações e nos seus ganhos. Diretamente na terminologia “autônomos” e “assalariados” Lyra expõe com maestria como os adolescentes representam suas próprias condições de trabalho. Aqui é interessante notar que durante as entrevistas realizadas com adolescentes em Vila Operária, essa positivação da atividade do roubo também surge, seguindo o mesmo argumento da proposição de Lyra. Raros foram os casos em que adolescentes positivaram o trabalho no tráfico de drogas em detrimento do roubo, sob o argumento de que o roubo seria demasiadamente arriscado “*Mano, tô fora [do roubo]. Muita troca de tiro, essas coisa. Num vale a pena não*”. Em casos que o adolescente estava inserido em ambas as práticas, o tráfico aparecia enquanto salário garantido, como se fosse um emprego de *carteira assinada* - tendo como plano de referência noções de estabilidade financeira e vínculo empregatício fixo - e o roubo enquanto uma atividade a mais realizada em momentos da folga deste na “biqueira”, no intuito de retirar um complemento de renda, mobilizando diretamente à noção da autonomia na ação e nos ganhos, o que sobrevalorizava a prática do roubo.

No entanto, ainda que possamos encontrar proximidades entre os casos de Vila Operária e de Nova Iguaçu (analisado por Diogo Lyra), torna-se fundamental pontuarmos a diferença: em Vila Operária ainda que no plano monetário os “autônomos do 157” possam fazer suas ações sem se reportar diretamente ao “comando”, e tal conduta é legítima no plano da moralidade compartilhada pelo “mundo do crime”, na sociabilidade entre “ladrões” há disparidades das posições de poder quando atores específicos entram em cena, o que nos leva ideia de uma autonomia relativa aos praticantes do roubo, como revela a solução encontrada no caso trazido por Pedro, Educador Social do CAC.

Quanto ao PCC é mais difícil regular o roubo que o tráfico? O impacto disso na forma de organização do “partido”? São questões que apenas o entendimento da

¹¹⁵ Diogo Lyra (2010).

miscelânea de elementos que compõe o mercado do roubo, e a própria compreensão deste enquanto um mercado pode responder.

Fazer uma “fita”

BRUNO: Aí, treze, quatorze anos, meu pai ainda era vivo, ele com outra mulher, eu comecei me envolver nessa vida errada. Comecei fazendo assaltos, roubando com os moleques, aí fumando uma macoinha, comecei a fumar cigarro, fiz tatuagem¹¹⁶. A primeira vez que eu fui preso, dez dias na FEBEM numa tentativa de homicídio contra o meu pai. Vixi, na FEBEM depois, eu fui preso várias vezes e tal. E ainda, a última passagem, eu fui preso num sequestro. Eu fui preso com um cara, o cara tinha dezenove anos. A gente saía para roubar, armados. Pegamos um revólver emprestado vamo aí, roubar um carro? Vamos! Aí saímos para roubar. Vamo aí agora? No pião? Vamo, demoro!” Aí fomos, do nada, né? nem planejamos que íamos fazer sequestro, nada. “Vamo aí?” “Vamo!” “Vamo catar um carro?” “Vamo!” Saímos. Aí, num farol, o primeiro farol “bum”. Não precisei de mandar as vítimas descer, entrar, sair do carro. Nós entramos dentro do carro e madou a vítima ir “Vai, vai, vai, acelera, vai, vai, vai”. Elas foram acelerando “pá”, quando parou, de esquina, na primeira esquina, ele foi no motorista, eu fui atrás e tinham quatro mulheres dentro do carro. As quatro eram sapatão, estavam namorando. Aí “buf”, catamos as mulheres e fomos “Vai andando, vai andando”. Aí, o que que acontece? “Tem cartão? Dá os documentos, dá a carteira, dá as bolsas, dá tudo”. O cara está lá dirigindo, eu estou ali vendo o que que tem, os bens. Fui vendo, daí tinha cartão de banco, os negócios. “Então, a gente vai ficar passeando com vocês até sacar tudo que tem na conta”. O que que acontecia? Nós parávamos num posto de gasolina, todos tinham caixa eletrônico antes, não tinha essa não. Aí, o que que acontecia? Eu descia com uma e ele ficava com as outras três, com o revólver dentro do carro. Eu descia com uma, ia lá, ela passava a senha e tudo, sacava o dinheiro que dava para sacar e vinha. A gente saía daquele posto e ia pra outro. Aí, nisso, ele descia e ia com a outra, tal, tal, “pá”. Aí fomos, sacamos um, dois mil reais. Quando nós fomos com a quarta mina sacar o dinheiro no banco, eu descí com a menina e ele ficou dentro do carro. Nessa que eu descí, tinha uma viatura lavando no posto de gasolina. Aí, a menina que foi comigo correu, foi lá para a base dos polícia. Foi lá, avisou os polícia e aí já ficou num desespero. O polícia veio “Vai, vai, vai, para, para...” Eu vim correndo, entrei dentro do carro, o camarada saiu. A viatura veio na bota, atrás. Aí uma menina ficou lá e três ficaram com “nós” dentro do carro, a polícia atrás. Ele bateu o carro, capotou o carro. A gente fomo preso

¹¹⁶ Ao longo dos tempos e nas diferentes culturas, escarnificações, maquiagem, pinturas ou tatuagens (como conhecemos hoje), marcaram corpos situando *ethos* e *habitus* que evidenciam um determinado viver (ECKERT e LEITÃO, 2004). No “mundo do crime” a marcação corporal também é comum: *Liniker: Que você tem tatuado aí?/ Bruno: O palhaço fumando maconha. 157 matador de polícia./ Liniker: Significa isso? 157.../ Bruno: Assaltante e matador de polícia. E aqui é o Demônio da Tasmânia, que é o espírito de terrorismo, de destruir tudo./ Liniker: E o coringa, que o pessoal usa agora?/ Bruno: É, então, a mesma ideia, 157, matador de polícia, assaltante de banco. É o mesmo significado. O “toni country”, é o símbolo do PCC.*

O Demônio da Tasmânia é o personagem “Tas” dos *Looney Tunes* da Warner Bros. Já o Coringa a que se refere Bruno é o personagem do desenho Batman que passou a ser utilizado posteriormente ao sucesso do filme *Batman – O Cavaleiro das Trevas* (Christopher Nolan, Warner Bros., 2008). Por fim, o “Toni Country” é o símbolo do Yin Yang (Taoísmo) utilizado pela marca de roupas Town & Country Surf Designers.

num sequestro relâmpago, saiu no jornal e tudo na época. Isso aí foi em 2002, 16 de agosto de 2002. Até hoje eu lembro. Aí, fomos presos, tal, tudo. Esse cara era já de maior, foi condenado dez... é, quatorze anos e nove meses. Ele é aqui do bairro, meu parceiro, camaradão mesmo. Está de boa. É do PCC, sossegado, mas ele é aquele cara que você olha, assim, ninguém fala. Ele não é aqueles malandrão que fica “Ah, eu sou o cara”. Quanto menos você... se você olhar para ele, assim, você não dá nada. E eu sempre mandei cigarro para ele, sempre mandava carta. Então, ele me vê, ele me trata super bem. “Fala aí, o crime, eu só vi que é verdadeiro assim, com os caras dahora igual você assim ó. Porque eu lá, naquela porra lá, te escrevia...” Nunca consegui falar com ele por telefone, mas por carta. Ele tinha meu endereço, mandava carta, mandava os bagulhos. Toda vez que eu trabalhava, ganhava um dinheirinho, fazia alguma coisinha, ia lá na mãe dele “Tó tia, compra um cigarro, manda um jumbo lá pra tal fulano e tal, e tal...” Dez anos o cara, imagina hein. Ele parou. Anda de carro, pra lá e pra cá, acho que vive de rolo.

Como trabalhado anteriormente, para os adolescentes inseridos no mercado do roubo, sua posição é de mais prestígio do que para aqueles que estejam inseridos no mercado da droga, com o argumento de que no tráfico o adolescente é apenas trabalhador de uma estrutura muito hierarquizada, enquanto no roubo não. Mas existem aqueles, e não são poucos, que por essa capacidade de roubar quando quiser se inserem nos dois segmentos. É o caso de Bruno, que já havia aparecido neste texto quando nos contava sobre sua experiência no mercado da droga e agora nos narra seu *trabalho* no mercado do roubo. E aqui cabe uma importante distinção. Ainda que socialmente o conceito de trabalho seja uma construção forjada na oposição radical ao crime, cognitivamente vinculadas às ideias de estado, lei e direito, opostos totalizantes do crime, no cotidiano das redes de mercados ilícitos, nos quais as definições de algumas categorias não se operam de maneira tão radical, e sim de uma forma embaçada em que não se estabelecem fronteiras radicalmente demarcadas, a autoreferência dos sujeitos que praticam tais atividades infracionais da sua prática enquanto trabalho é plenamente sensível. Na própria terminologia podemos denotar características importantes dos pontos de toque, das dobraduras que operam nesses espaços sociais. Para Bruno, como para muitos garotos, tráfico e roubo são sinônimos de trabalho.

Como nos mostra a narrativa de Bruno, ele se inicia no roubo na mesma idade da maioria dos adolescentes, cerca de treze ou quatorze anos. Para iniciar sua trajetória como “ladrão” um adolescente não precisa nem mesmo possuir uma arma, apenas uma interpretação de que o sujeito está armado já é o suficiente para fazer com que a vítima dê o dinheiro, “ninguém paga pá vê”. O uso de armamento se intensifica e é mais essencial quanto maior for o que será roubado. Em roubo de transeunte e carro apenas a simulação dá conta, e nesses casos também é comum o uso de armas de brinquedo. Já

em caso de roubo de carga é necessário o uso da arma. Para que ato saia bem sucedido, o sujeito aumenta o tom de voz para que a vítima se sinta acuada. Aqui vale destacar que a não necessidade da arma tem relação direta com o “estereótipo de ladrão” internalizado nos adolescentes de periferias, principalmente os negros, como se a criminalidade estivesse “tatuada” em seus corpos e pronta a emergir, seja na visão da polícia que “dá a geral” como também na visão dos transeuntes que se sentem ameaçados pela presença de um adolescente negro de periferia ou mesmo de uma pessoa que esteja dirigindo seu carro e é abordada no semáforo.

Normalmente faz-se a “fita” com no mínimo duas pessoas. A parceria estabelecida é de grande valor moral entre os atores, e testada quando um deles “cai” e vai preso, como nos conta a narrativa. Manter a comunicação, enviar “jumbo” para a penitenciária e cuidar dos interesses do parceiro, é altamente aprovável. Bruno cumpre a risca este papel, levando um “dinheirinho” toda vez que trabalhava, deixando claro que trabalho aqui significa inclusive a prática do tráfico e do roubo. Neste início também é importante marcar que as ações ocorrem sem planejamento. Bruno e seu parceiro saem de “rolê” para roubar um carro qualquer e acabam por realizar um sequestro relâmpago, o que determina a mudança de planos é somente a oportunidade de ganhar mais dinheiro do que apenas o que viria do carro, que advém de uma casualidade, encontrar um carro com quatro “minas” com dinheiro e cartões de banco “*num farol, o primeiro farol*”. Como se vê o baixo planejamento, característico da atividade de roubar automóveis, faz com que aconteça todo tipo de imprevistos. Se por um lado, eles tinham tirado “a sorte grande” e conseguido mais dinheiro do que o imaginado, do outro o desfecho da cena também é marcado pela casualidade, e eles acabam encontrando a polícia e sendo presos. É comum que adolescentes se encontrem e saiam pra realizar seus roubos sem nenhum tipo de planejamento. Aqui a dimensão da adrenalina aparece na maioria dos discursos, uma vez que o risco de perder a vida a que o “ladrão” se coloca na hora da “fita” é muito grande. Trocar com a polícia, dirigir em alta velocidade, “dar fuga”, a posição de poder perante a vítima quando do ato, parecem ser elementos que estão bastante ligados à categoria adrenalina e que são explicativas do início de ações não planejadas. Ter “disposição” é estar pronto a qualquer hora que o parceiro chame sem hesitação, sem pensar na consequência, é viver o aqui e o agora, a vida presente em busca do dinheiro, no qual morrer é um fator. “*Vamo ai?*” “*Vamo!*” “*Vamo catar um carro?*” “*Vamo!*”.

Existe uma grande gama de variabilidade do que se rouba e de como se rouba em Vila Operária, podendo ser criada uma tipologia dos assaltos, ainda que na prática um adolescente não precise segui-la¹¹⁷. Em geral, o início se dá pelo roubo de “bolsa de madame” ou crimes de oportunidade (também denominado por crimes de “meia nota”), que não são muito lucrativos, mas se constituem enquanto aprendizado. Como para muitos adolescentes, essa modalidade serve para saciar os desejos imediatos de acesso à bem materiais, ou em alguns casos, o uso de drogas. Um adolescente que seja usuário pode realizar pequenos assaltos para o sustento do vício, roubando pessoas na rua. O produto roubado é revendido dentro da “quebrada”, o que cria uma rede de receptação e circulação de dinheiro que pode ampliar-se para fora do “mundo do crime”, isto é, englobar toda comunidade. Vende-se de tudo, celular por trinta reais, moto por quinhentos, computadores, bicicletas, etc. Os subprodutos desses pequenos roubos baseados na sorte, na oportunidade, entretanto, ainda que produzam circuitos internos de receptação, não se ligam a uma formação maior, ou o que pretendemos demonstrar, não produzem mercado.

A questão que se impõe é: quais crimes de roubo instauram um mercado? Portanto, passemos a descrição de algumas modalidades inseridas em tal mercado para que se elucide a extensão da rede de circulação de mercadorias, dinheiro e atores envolvidos.

“Puxar carro”

BRUNO: Cadeia mesmo só depois de maior. Sai da FEBEM, fiquei firmão. Eu fui condenado no sequestro. De seis meses a três anos. Fiquei um ano e oito meses. Aí saí, fui preso em outro, numa receptação. Fiquei mais seis meses. Saí. Depois fiquei mais três meses. Estava quase para fazer de maior. Aí saí, fiquei de maior. Falei “ó, graças a deus, estou tranquilo”. Aí fui roubar o carro com o menino. Os caras pagavam mil reais em um carro roubado, um Santana 2000. Eu fui roubar sem arma, sem nada. Um cara me chamou “vamo ae, tal? Vamo!” Fui roubar esse carro. Cheguei sem arma, tomei da vítima “dá aí a chave, tal”. O cara deu a chave, tudo. Firmeza. O carro estava aberto. Para você ver como o inimigo é. O cara estava do lado do carro, por fora, mas o carro estava aberto. Quando ele me deu a chave, eu pensando que o carro estava trancado, apertei para abrir o carro. Nessa o carro trancou. E eu apertando ali,

¹¹⁷ Longe de querer esgotar toda essa heterogeneidade de atividades e maneiras de se praticar o roubo, esse trabalho pretende estabelecer alguns nexos que podem ser elucidativos quando do entendimento do roubo enquanto formador de um mercado.

no desespero, sem arma, sem nada, o carro não abria. O cara viu que eu estava desarmado, começou gritar “pega ladrão, pega ladrão”. Vieram três caras do final da rua para me pegar, vieram correndo na minha direção. O que que eu fiz? Joguei a chave encima do telhado e saí correndo. Fui para a Avenida das Pedras. Me escondi na casa de uns primos lá meu, tal, tudo. Depois de umas três, quatro horas a vítima foi – tinha uma base de polícia aqui – foi lá e falou para os policiais “ah, um moreninho assim, assim, assado tentou me roubar, tal, tal, tal...” Beleza, foi embora. Não tinha vítima, não tinha nada. Depois, eu saí da casa dos meus primos, estou indo embora, os polícia andando na rua me abordou. “Vai, mão na cabeça. Ah, você é o neguinho que tentou roubar o tiozão ali assim, assim, assim...” Eu falei “Não, você está confundindo, você é doido?” Eu tinha trocado de camisa, tudo. “Não, não sou eu não”. Ai o polícia “Ah, mas você é da Rodrigues, lá da favela, lá da biqueira lá, né? Como você trabalha na biqueira que só vende pedra, ó o que que nós temos para você aqui ó!” Abriram o porta-luvas da viatura, cinquenta papéis de crack. “É seu. Você vai para a cadeia agora, neguinho. Você vai tirar umas férias lá, vai comer de graça lá na cadeia”. Eu falei “Senhor, não é meu. Eu nunca segurei B.O. de ladrão. Não é da polícia que eu vou segurar”. “Ah, mas não quero saber não. É seu sim. Você vai assinar então. Se você não quiser assinar não tem problema não, a gente assina por você tal, tal, tal... Agora já era, neguinho. Você vai preso”. Pegou e me levou para a cadeia num tráfico de drogas forjado. Cinquenta invólucros de crack. Forjado.

A modalidade de roubo que, sem dúvida, é que mais absorve adolescentes em Vila Operária é relativo ao roubo de carros. É comum que aqui possa ser o ponto de maior concentração de jovens no ato de assaltar, isto porque é um mercado muito efervescente na região de Vila Operária. Quando dois jovens saem para uma “fita” costumam fazê-lo em uma moto (ainda que seja possível fazê-lo a pé), provavelmente de baixa cilindrada, o que faz com que a polícia pare constantemente em blitz policiais duas pessoas com um veículo desse porte. Quando escolhem a vítima, um dos dois desse e aborda a pessoa, toma-lhe o veículo e o sai dirigindo. Nesse sentido, ter uma moto é um ativo tanto quando uma arma.

Em geral, por não ser uma ação preparada, as perseguições policiais tanto no ato como nos dias posteriores são bastante comuns. Diferentemente do que seria lógico, do ponto de vista econômico, alguns jovens nem sempre passam rapidamente o veículo para um receptor. Se não o fazem, ficam utilizando do veículo, dando “rolê pela quebrada” como sinal de ostentação. Quando não ficam com o veículo para si, eles o vendem a um receptor, que em Vila Operária, em geral, não encaminhará o veículo para desmanche. No distrito, o mercado é mais extenso.

O segmento do roubo de veículos em Vila Operária chama à atenção por sua complexidade. Trata-se de um mercado instalado com comércios específicos dedicados a tais operações, como a Avenida das Pedras que possui doze quilômetros de extensão e predominantemente é composta de revendas de carros e autopeças bastante conhecidas

na cidade de São Paulo. Esta específica territorialização, que se difere de outras “quebradas” da capital onde o desmanche é mais comum¹¹⁸, produz uma rede de negociações e arranjos que condensam o mercado do roubo e no qual, a atividade da ponta, “puxar carros” para os “caras” (os receptadores), é exercida através da subcontratação de adolescentes, uma “prestação de serviços”, um trabalho terceirizado em que “*morrer é um fator*”. Nesse sentido, podemos complexificar as camadas analíticas mostrando que essa ação nem sempre é aleatória e ocasional. O adolescente faz a “fita” e vai ganhando experiência no ramo e conhece pessoas, adquire contatos, e paulatinamente se insere neste trabalho, aprende o ofício e a quem vender, é capturado por ele. “Puxar carro” por encomenda se torna, então, uma atividade comum entre adolescentes que já tem uma “caminhada” dentro do crime, uma experiência na atividade¹¹⁹, e é dessa subcontratação de trabalhadores mal pagos que o negócio de veículos prospera.

Os assaltos podem ocorrer tanto com a abordagem do motorista, como já destacamos acima (adolescentes abordam a vítima normalmente de moto), ou através do esquema de “chaveirinhos”, em que o adolescente recebe a “chave mestra” correta do modelo do veículo a ser roubado. Nesse segundo caso, uma especialização maior é requerida. Ainda mais que com o passar dos anos o desenvolvimento tecnológico propiciou a criação de chaves codificadas e equipamentos especiais de segurança, criados a partir da necessidade de “proteger” os veículos contra o roubo, o que também movimenta todo um mercado de segurança automotiva, é interessante notar como são produzidas algumas inovações tecnológicas que servem para burlar esses mecanismos de segurança, de tal modo que para realizar esse tipo de operação há de se estabelecer

¹¹⁸ Narrando a trajetória de Mineiro, o sociólogo José Douglas dos Santos Silva (2014) nos mostra como opera o negócio dos desmanches na “quebrada” de Luzia (nome fictício): *Responsável, rapidamente pegou a manha do barato e depois de um ano e seis meses de serviço já tinha um panorama geral da dinâmica do desmanche [fornecedores, clientes, administração, etc.] que o gabaritava a abrir seu próprio negócio. (...) O interlocutor alugou um terreno ocioso próximo à rua onde sua sogra morava e iniciou as atividades. Abriu firma, tudo certinho, mas mesmo assim tinha que molhar a mão do delegado todo o mês, pagando para o chefe de investigação que ficava à frente do recolhimento da taxa. Molhar a mão, essa intersecção com os polícia, garante a esse mercado uma espécie de vista grossa, aquilo que não deixa ser visto, mas que passa a receber um certo “olhar seletivo”, proporcionando a permissão de funcionamento por meio da Polícia Civil da cidade e a informação de antecipação de operações maiores, não regulares, que compunham as intervenções centralizadas na DIVECAR (Divisão de Investigação sobre Furtos e Roubos de Veículos e Cargas), departamento também da Polícia Civil. Sobre a Polícia Militar, o interlocutor argumenta que eles sabem que a Polícia Civil já toma conta do ramo e, portanto, basta somente não ficar dando pala. (SILVA, 2014, p.81)*

¹¹⁹ A experiência na atividade não necessariamente está relacionada com a idade. Em campo conheci adolescentes de dezesseis anos que tinham mais inserção nesses mercados do que outros mais velhos.

conexões muito específicas com pessoas que dominam esse tipo de conhecimento altamente especializado.

Uma vez feito o roubo, o valor de passar o veículo para a adulteração é variado e depende do tipo de automóvel: os carros populares giram em torno de quinhentos a mil reais, e grandes veículos de luxo entre cinco e seis mil¹²⁰. Também media preço a urgência ou não da encomenda. Um adolescente que rouba um carro qualquer e o quer repassar terá um determinado valor, já no caso da encomenda ser urgente, visto que um cliente possa estar atrás de um modelo específico, o valor subiria.

Quando os receptadores recebem o veículo, eles o adulteram trocando ou raspando o chassi e outras peças, modificando algumas partes do carro, instalando rodas e adereços que o descaracterizem. Aqui o serviço de autopeças é fundamental e até esse momento, o veículo é um ativo ilegal, subproduto de roubo. Então, em um cenário bastante nebuloso para esta pesquisa, entra em cena um ator fundamental desse mercado que propicia a sua existência, e que consolida o momento específico da passagem do ilegal para o legal: a Polícia Civil. Depois que o carro é adulterado, os receptadores o repassam para uma conexão junto à Polícia Civil, visando re-legalizar a documentação do veículo para que este seja colocado à venda em uma das várias revendas de carro (também de motos e até caminhões) que existem na região. É necessário destacar que essa passagem foi compreendida etnograficamente através dos vários relatos dos interlocutores que se faziam presentes na posição mais baixa, os ladrões de carro subcontratados. Dessa maneira, para além do conhecimento da existência da prática, especificamente a operação de re-legalização e suas técnicas não foram possíveis de acessar. Infelizmente aqui se impôs uma limitação estrutural da possibilidade de acesso da etnografia, tanto no que concerne ao contato direto com os receptadores, e mais ainda com as conexões de re-legalização.

Por fim, temos a hora da venda. Já como um ativo legal, o veículo é posicionado em uma das diversas revendas que existem em Vila Operária, estabelecimentos esses que podem pertencer a “gente grande no crime”. Todo esse processo interfere diretamente no valor do veículo, que no caso sai por um preço ligeiramente mais baixo do que se fosse um carro “totalmente legal”, uma vez que o diferencial entre o preço da compra e dos gastos na adulteração do mesmo em relação ao preço da venda já produz

¹²⁰ Especificar os valores precisos é muito difícil já que estes estão sempre em alteração - “*Os caras pagavam mil reais em um carro roubado, um Santana 2000.*” - essa informação remete ao ano de 2005 quando o modelo Santana 2000 era um veículo relativamente novo. Hoje, pouco se pagaria por um modelo tão obsoleto que não teria muito valor de revenda.

um lucro muito grande. Viver de “rolo de carro” é altamente lucrativo e raramente se vê jovens nessas posições.

Ao elucidar todo esse processo de transformação do ativo carro, de um subproduto ilegal para um bem de consumo legal, tentamos demonstrar como “puxar carro” sob encomenda produz, primeiro, toda uma extensa rede de re-legalização e revenda, o que denota um mercado instalado na região, e segundo, que esse processo interfere diretamente no valor geral do veículo usado, regulando, pois, o comércio de autopeças, revendas, e porque não, de carros novos.

Dessa forma, podemos dizer que o mercado entorno do roubo de veículos é produtor de valores específicos que se relacionam diretamente com a concorrência, seja ela de revendas “legais” ou mesmo revendas autorizadas das grandes montadoras. Mas em nenhuma hipótese poderíamos dizer que tal mercado se restringe a relações econômicas. Como pudemos ver, o mercado do roubo de veículo produz relações que escapam a economia: além de mercadorias e a mediação do dinheiro, atores circulam nas malhas da rede e afloram moralidades específicas, políticas públicas de repressão e assistência, sangue, morte e dor, mas também ostentação, modos de vida e códigos de conduta. Sob o pressuposto da subcontratação de trabalhadores mal pagos, o comércio de carros em Vila Operária, umas das modalidades do mercado do roubo, continua a crescer e a circular sobre as ruas de São Paulo.

Saidinhas e roubos de carga

BRUNO: (...) é, antes eu estava nesse bagulho, saidinha de banco, tinha uma motona, estava sem dinheiro, sem porra nenhuma, os caras chamaram “E aí? Vamo aí, vamo aí? Tal, tal e pá...” Eu falava “vamos, demorou” e pilotava. Os caras iam, tomavam a vítima tal, depois ia, montava na garupa, ia embora. Ia armado, com dinheiro. Chegava na esquina, entrava dentro do carro. Eu ia embora já, para outro lugar.

Outros negócios operacionalizados no mercado do roubo são as “saidinhas de banco”, os roubos de lotéricas e outros estabelecimentos comerciais e roubo de pequenas cargas, por exemplo, Sedex ou caminhão das Casas Bahia. Ainda que existam adolescentes que pratiquem essas ações “na loucura”, isto é, sem planejamento, em

geral essas atividades exigem, para que seu final seja bem sucedido, uma ampla organização que inclui reuniões e uma grande quantidade de pessoas: informantes, campanas que vigiam a ação, pilotos de fuga (como é o caso de Bruno), em alguns casos pessoas que simulem uma distração para a realização da ação¹²¹, e o assaltante que anunciará o roubo.

Em uma “saidinha de banco”, por exemplo, um sujeito fica dentro da agência e informa a outro via celular qual cliente sacou muito dinheiro. Eles não o roubam logo na saída. Uma moto o segue até próximo a casa e então é realizada a ação. Com o dinheiro em mãos outra moto passa e leva o dinheiro, para que se dividindo, eles despistem a polícia em uma provável perseguição. Depois o dinheiro é dividido conforme o combinado.

Como se nota aqui a preparação se torna fundamental. Em alguns casos de “saidinha de banco” ou mesmo de roubo a lotéricas e outros estabelecimentos comerciais, o nível de especialização pode se aprofundar, chegando até mesmo a uma rede de informações advindas do “comando”. Os “mão branca”, informantes que vigiam a regularidade de usuários de banco e da saída de dinheiro de lotéricas e estabelecimentos comerciais, passam as informações aos sujeitos que farão o assalto. Caso a ação seja bem sucedida e a quantia alta, eles terão de passar uma parte para quem o pôs na “fita”. Inclusive podem ocorrer casos em que adolescentes são “convidados” a participar de uma ação já programada, já que o contingente de pessoas necessárias à ação pode ser alto.

Por fim, cabe destacar que o roubo de pequenas cargas, ainda que esteja sujeito a certa imprevisibilidade, pois em alguns casos não se sabe o que se tem dentro, necessita de especialização e uma rede de receptação para os produtos roubados. Foi comum em campo ouvir de “caras” que estavam vendendo tênis de grandes marcas a baixo preço e que eram produto do roubo de cargas. Como também foi comum presenciar a entrega de produtos das Casas Bahia com escolta particular armada, ou a não entrega de Sedex em regiões que assaltos eram constantes.

Portanto, vemos também que nesse seguimento do mercado do roubo são criadas relações que escapam ao ato em si. Todas essas ações são produtoras de posições de trabalho (tanto para quem pratica o ato do roubo em alguma de suas etapas, quanto para

¹²¹ Neste posto algumas mulheres são empregadas para que possam distrair um segurança ou mesmo realizar uma cena no local (simular uma discussão com alguém) para que se permita a organização da ação.

o caso da contratação de escoltas particulares armados), produzem circulação de pessoas pelo tecido urbano, práticas específicas dos atores envolvidos (táticas de comerciantes e transeuntes para evitarem serem pegos nas “saidinhas”, contratação de seguranças armados, instalação de câmeras e mecanismos de segurança, etc.), e, o mais fundamental, são geradoras de circulação financeira em todas as suas etapas, desde a revenda dos produtos adquiridos nos roubos de pequenas cargas, passando pelas quantias pagas por alguma informação, até chegar ao lucro gerado aos trabalhadores. Dinheiro vai, dinheiro vem, movimentando todo um mercado, e fazendo da periferia um local de centralidade para o entendimento de uma economia produzida nas margens.

Assaltos especializados

O mais alto grau da escala do “mundo do crime” em Vila Operária são os assaltos especializados, os grandes roubos. Variados em sua ação esses assaltos especializados tem em comum a necessidade de uma grande capacidade de investimento financeiro como também de organização técnica. Os atores deste mercado não são jovens que estão começando na vida do crime, e sim “ladrões com experiência”, motivo pelo qual é onde se encontra a menor taxa de empregabilidade, uma vez que se exige muita especialização. O planejamento técnico aos mínimos detalhes estabelece uma ação certa ou errada. Também os armamentos, diferentemente do tráfico e dos assaltos menores, são de maiores calibres. Deste modo, uma ação de tal proporção não é rotineira, são muitos os meses de preparação, vigia e anotações, para que de uma só vez a ação aconteça corretamente. Assim, pontuamos uma diferença grande com relação aos assaltos menores. Enquanto os adolescentes vão para sua “fita” por vezes tentando a sorte, um assalto especializado requer um grande dispêndio de conhecimento e trabalho.

Como meu contato com essa modalidade foi bastante limitado durante a inserção em campo, pois é muito difícil à relação direta com esses sujeitos, e as informações que obtive sobre esse tipo de assalto foram através de pessoas, principalmente moradores, que conheciam “os caras”, e é da nossa intenção elucidar as modalidades do mercado roubo, chamo a cena o trabalho da antropóloga Jania Perla de Aquino, em seu livro *Príncipes e Castelos de Areia*¹²², no qual a autora analisa a prática dos grandes roubos e, principalmente, seus protagonistas, tendo como referência um assalto a uma empresa de

¹²² Jania Aquino (2010).

guarda-valores em que foram subtraídos mais de cinco milhões de reais. Descrevendo com detalhes a sofisticação que envolve armamentos, automóveis, dispositivos de comunicação modernos, identidades falsas, teatralidade, para o roubo de elevadas quantias, a antropóloga nos permite ultrapassar as fronteiras entres universos outrora dicotomicamente separados. Mais que apenas o universo dos assaltantes, ela tenta expor os diferentes *frames* a que o fenômeno dos grandes roubos é enquadrado, nos mostrando que como a maioria das notícias e informações que temos acesso sobre os grandes roubos são por via midiática, tendo, pois, como interlocutores privilegiados delegados de polícia, investigadores, juízes, etc. Esse único prisma analítico que nos é transmitido pela mídia seria produtor de um vocabulário modelar baseado nos princípios cívicos da polícia, isto é, tomando a sociedade como um todo homogêneo constituída por cidadãos cumpridores da lei, e do lado de fora os incivis, os bandidos que seriam os “outros”, os de fora. Para Aquino, a implicação direta dessa leitura é tomar as investidas armadas as unidades do sistema financeiro nacional, os momentos de contato entre esses dois universos distintos, como um ataque direto ou indireto a toda população “de bem”. Como fica evidente na leitura, pouco ou quase nada se sabia sobre como os próprios assaltantes elaboram suas experiências. Assim, ela nos mostra o quanto o mundo dos grandes roubos nos é familiar e próximo. Os assaltantes encaram seus negócios enquanto empreendimentos empresariais que necessitam de astúcia e investimentos de risco, uma vez que em suas etapas de organização (preparatórias, execução e decisões posteriores) envolvem o gerenciamento de equipes profissionalizadas, hierarquizadas segundo habilidades técnicas e qualidades pessoais, e dos quais se espera o cumprimento a um contrato de trabalho estabelecido. Em outros termos, Aquino nos mostra como são mobilizadas categorias utilizadas no mundo do empreendedorismo, como há comunicação entre esses universos, e como na verdade estamos falando de “bons” pais, filhos e maridos, que encaram sua prática enquanto um trabalho.

Assim, tomando o exemplo da autora, podemos mostrar que se nas modalidades anteriormente descritas do mercado do roubo a categoria do presente está posta como sentido da vida, uma vez que tanto na ação quanto depois do lucro não há planejamento futuro e sim o aqui e o agora, os assaltos especializados são marcados por sua vez por categorias de passado, uma vez que o “ladrão” tem um conhecimento acumulado que o torna especialista, e de futuro, pois, se por um lado o investimento é alto, por vezes altíssimo, a capacidade de lucro também o é. Igualmente, a capacidade de legalizar o

dinheiro através da compra de comércios variados e, assim, planejar um “futuro melhor” pra si e pra sua família está bastante marcado.

Além desse ponto, ainda há a dimensão da circulação. Os assaltos especializados envolvem mais que delimitação da própria cidade, ampliando a capacidade territorial para além da cidade ou mesmo Estado. No caso descrito por Aquino e nos casos em que tive contato, os atores, todos “irmãos” do PCC e já mais velhos (na faixa dos trinta anos), realizaram assaltos fora da cidade de São Paulo. Desses cabem destacar dois.

Primeiro a tentativa de assalto a um carro forte na Rodovia dos Bandeirantes no trecho próximo à cidade de Piracicaba. A ação realizada não obteve sucesso. Um dos assaltantes foi morto, outro preso e o último foragiu. A segunda, bastante conhecida é a de um personagem da região (já falecido) que estava envolvido em grandes quadrilhas de roubos milionários, como o assalto ao Banco Central em Fortaleza. Existe entre os interlocutores da região uma lembrança mítica da figura desse assaltante, e até hoje, a influência de sua família, que possui diversos comércios na região, é muito forte.

Portanto, o que os assaltos especializados nos mostram é que o processo de territorialização do “mundo do crime”, na medida em que envolve ações criminais em distâncias muito grandes do território nacional, constitui-se enquanto uma territorialidade que escapa aos limites do distrito ou mesmo da cidade de São Paulo. Seu movimento de ação produz toda uma sociabilidade que está bastante conectada à noção de empreendedorismo, família, futuro e estabilidade. Seus lucros são produtores de toques e dobraduras que operam no ato de se investir o dinheiro adquirido em atividades legalizadas (lojinhas, postos de gasolina, supermercados, etc.). Seus praticantes, longe de serem os “algozes da sociedade”, almejam por “fazer parte dela”, almejam por serem os “donos”. Em suma, é a modalidade do mercado do roubo mais específica e restrita, e que nos é importante na medida em que pode gerar contraste com as outras formas de ação anteriormente apresentadas, mostrando que o mercado do roubo é um campo bastante complexo e ainda pouco explorado.

Mercado e moralização: algumas considerações

Através de uma perspectiva etnográfica, esta dissertação buscou pensar o crime nas periferias da cidade de São Paulo, através das descrições dos cotidianos de operação dos mercados ilegais da droga, e do roubo de carros e de assaltos, e a partir disso, procurou estabelecer as conexões com a experiência urbana contemporânea.

Para tal, tomamos como perspectiva teórico-analítica a proposta de Veena Das e Deborah Poole (2008) de se pensar uma antropologia nas margens do estado. Para as autoras, não se trata de pensar o funcionamento do estado apenas enquanto forma administrativa de organização política racionalizada, enfocando em como as políticas que emanam do estado tocam no cotidiano das populações, e nem em como os grupos e formações sociais produzem suas própria regulação e existência, criando um universo paralelo e fechado, mas sim de compreender ambos de maneira conjunta, enquanto uma via de mão dupla, isto é, as práticas estatais que tocam o cotidiano nas chamadas *margens do estado* são ao mesmo tempo tocadas pelas práticas e formas de regulação internas dessas margens. Essa perspectiva nos é fundamental, pois desse constante jogo de troca, alteração e correlação, que as fronteiras entre as categorias mais clássicas do urbano (periferia/centro, público/privado, etc.), e entre os ditos mundos legal e o ilegal se apresentam mais visíveis, tanto no que tange a suas delimitações reais quanto as passagens possíveis existentes.

Dessa maneira, dando a ênfase etnográfica nos mercados em que o “mundo do crime” está inscrito em Vila Operária, procuramos mostrar como estes não estão desconexos das demais relações sociais, e que, ao longo das últimas duas décadas, foi expandindo sua capacidade de disputar a legitimidade por ordenamentos sociais, circulação de mercadorias, serviços e discursos nas fronteiras que o circunscrevem, através de dois processos.

O primeiro, de cunho interno, diz respeito à “pacificação” estabelecida pelo PCC com relação aos critérios de resolução de conflitos internos ao “mundo do crime” e as aos moradores das periferias (FELTRAN, 2011), o que estabeleceu a “paz entre os ladrão”, e externalizou a guerra para fora, para um “inimigo” em comum, “pros boy”. O segundo, de cunho externo, relativo às políticas públicas repressivas dos últimos vinte anos, que focadas no combate a ponta, em que se prende o pequeno trabalhador,

produziram um contingente enorme de alunos ingressos nas “faculdades” do crime, ou seja, no sistema carcerário adulto e no sistema carcerário juvenil.

Portanto, articulando esses dois processos, mostramos que a solidificação do campo de atuação do “mundo do crime”, tanto por um ordenamento interno quanto externo coexistentes, fizeram com que fossem possíveis o desenvolvimento de algumas atividades de cunho mercadológico, criando complexas e extensas redes de articulações que envolvem subcontratação de trabalhadores mal pagos, relações com o estado (no referencial da policial), circulação de dinheiro e de atores, e até mesmo, produção e uso do espaço urbano.

O que esta ênfase etnográfica focada no mercado nos permitiu foi pensar nos nexos entre crime, violência, droga e roubo, que costumeiramente aparecem divididos. Ao colocar tal ênfase, procuramos elucidar as relações estabelecidas entre adolescentes e jovens do crime para com o estado e vice-versa, no intuito de não criar um universo encerrado em ordem e controle, uma vez que ordenar o crime demais seria perder as tensões do contexto social, seria enxugar todo o sofrimento, dor, perda, vida e morte, que estão imbricados no cotidiano. É por isso que ao longo da etnografia nos interessamos pelas *histórias minúsculas*, pois como salientam Telles e Hirata:

São histórias que se fazem nas dobraduras do mundo social, nesses pontos de junção e conjugação da trama urbana nas fronteiras incertas entre o informal, o ilegal e o ilícito. Nelas pulsam as linhas de força que atravessam o cenário contemporâneo, e que parecem se entrelaçar e se compor nos diversos agenciamentos práticos da vida cotidiana: práticas e redes sociais mobilizadas nesse trânsito constante entre um lado e outro, acionando recursos, possibilidades e dispositivos de cada lado. É isso o que interessa colocar em foco.

(...) Tudo muito distante das imagens hoje amplamente mediatizadas – e aceitas como fato e verdade – de um mundo capturado e dominado pelo assim chamado “Crime Organizado”. Imagens que banalizam a criminalização da pobreza e alimentam a obsessão securitária que combina repressão aberta e sem pudor (a gramática da guerra, combate ao “inimigo”) e a gestão dos supostos riscos da pobreza pelas vias de dispositivos gestionários voltados às ditas “populações em situação de risco”. (TELLES e HIRATA, 2007, p. 186)

Durante a etnografia, ainda que tenha sido complexo acessar e avançar com a pesquisa a um nível supralocal, pela escolha em trabalhar tais *histórias minúsculas*, pudemos demonstrar como a existência de ambos os mercados, droga e roubo, estão diretamente ligado à necessidade intrínseca de intervenção estatal e operam em relações que ultrapassam aos limites territoriais da própria periferia, estabelecendo códigos em disputa, sociabilidades específicas, relações de trabalho, etc., e que nesse sentido, pelo

viés econômico, não há moralização da prática. Se a economia é mobilizada pelo crime, isso não importa ao neoliberalismo. Se o mercado de roubo de carros, por exemplo, gera duas vezes lucro na venda de um carro (quando ele é comprado legalmente, e após ser relegalizado), para o mercado, no sentido econômico, isso não tem nenhuma moralização. Por outro lado, se temos um adolescente abaixo dos dezesseis anos trabalhando em uma padaria, e esta recebe uma fiscalização, ela será multada por praticar o trabalho infantil, e o adolescente será *protegido* pela lei e pelo estado. Já se o mesmo adolescente é pego trabalhando em uma “biqueira” ou praticando um assalto, ele é detido, e será punido. Não há proteção.

Dessa maneira, o que se impõe refletir é que a questão relativa ao mercado não envolve apenas segurança pública, mas campos muito maiores de atuação e que muitas das políticas públicas e/ou de assistência social, moralizantes como são, têm por pressuposto o desvio, o imoral, e trazem consigo a ideia de purificação do sujeito desviante. Como sugerem Raquel Rolnik e Heitor Frúgoli:

Toma-se a parte pelo todo, mas não por acaso: essa pequena parte permite, justamente, a reificação imediata de todos os elementos nos quais a representação da violência se baseia – indignidade, sujeira, desordem, crime, violência, maldade, abjeção. Se a imensa maioria dos jovens de periferia não está ‘no crime’, e se a imensa maioria dos que está no ‘crime’ não comete crimes violentos, é, da mesma forma, essa minúscula parcela criminal e violenta a que representará toda a periferia quando se toma a ‘violência urbana’ como grade de inteligibilidade das cidades. (ROLNIK e FRÚGOLI, 2001)

É justamente por isso que o grosso das estatísticas sobre roubo e tráfico, centradas na temática da segurança pública, desenha esses personagens, e a eles que são elaboradas e destinadas diversas políticas, sejam elas de assistência ou de repressão. Em nenhum momento, as energias são dispendidas em direção ao mercado.

Portanto, podemos considerar que se não há garantia de direitos existem outras coisas, não há um vazio. Para os adolescentes e jovens moradores de periferia, existe um mercado de trabalho formal que está cada vez mais seletivo, principalmente para aqueles que não têm escolaridade, para os mais pretos, para os mais pobres, para os que falam mais o dialeto das favelas, e por esse mercado cada vez mais limitado, existe outro em plena expansão que acolhe todos os inempregáveis que estão do outro lado. O crime é um mercado aberto, ou seja, não precisa de papel, escolaridade, diploma, etc. tal qual era o ambiente da fábrica nos anos 70. A escolaridade entra para que o sujeito “suba” no “mundo do crime”, como demonstramos operar na tipologia que traçamos do

mercado do roubo, chegando até os assaltos especializados. As transformações pela qual a cidade passou, com o desaparecimento do emprego formal e da identidade operária, propiciaram o nascimento de outro ordenamento de mercado que absorve esse contingente de mão de obra disponível, cujo projeto de vida no crime se apresenta extremamente individualizado, oposto ao dos “trabalhadores” dos anos 70. Nesse sentido, Vila Operária foi e é um campo central de entendimento dessa mudança, é passado e presente.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ALMEIDA, Ronaldo. *A igreja universal e seus demônios: um estudo etnográfico*. São Paulo: Terceiro NOME, 2009.

ALMEIDA, Ronaldo; D'ANDREA, Tiaraju; DE LUCCA, Daniel. "Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas". In: *Novos Estudos*, nº 82, dezembro, São Paulo: Cebrap, 2008.

ANDERSON, Nels. *The Hobo: The sociology of the homeless man*. Chicago: The University of Chicago Press, 1923.

AQUINO, Jania Perla de. *Principes e Castelos de Areia: um estudo da performace nos grandes roubos*. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BOURDIEU, Pierre. "Efeitos de lugar" In: *Miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *A economia das trocas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. "Campo intelectual e projeto criador". In: *Vários autores: problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BRAUDEL, Fernand. *La dinâmica del Capitalismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele e TELLES, Vera da Silva (orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

CALDEIRA, Teresa. *Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34, 2011.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado- pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica” In: *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CRUZ, Ana Paula Galdeano. *Para falar em nome da segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança*. Tese de doutorado, Campinas: UNICAMP, 2009.

DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, E. (org.). *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. “El estado y sus márgenes: etnografías Comparadas”. In: *Cuadernos de Antropología Social*, N° 27, pp. 19–52, 2008.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da Violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese de doutorado, São Paulo: USP, 2011.

DURÃO, Susana. *Patrulha e Proximidade. Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*, ISCTE, 2006.

ECKERT, Cornelia e LEITÃO, Dérbora Krischke. “À flor da pele: estudo antropológico sobre a prática da tatuagem em grupos urbanos”. In: *Iluminuras*, vol. 5, nº 10, 2004.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FAVRET-SAADA, Jeanne. *Deadly Words – Witchcraft in the Bocage*. Cambridge University Press, 1980.

_____. “Ser afetado”. In: *Cadernos de Campo*, n. 13: 155-161, 2005.

FELTRAN, Gabriel de Santis. “O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo”. In: *Revista Dilemas*, vol. 1, n. 1, 2008a.

_____. “Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos”, In: *Revista Temáticas*, ano 30, vol. 15, Campinas: Unicamp, 2008b.

_____. “Crime e castigo na cidade: os repertórios de justiça e a questão dos homicídios nas periferias de São Paulo”. In: *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, Jan./Abr, 2010.

_____. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP: Cebrap, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FROMM, Deborah. *Deus e o diabo na terra do crack: uma etnografia da “cosmopolítica” batista*. Monografia, São Carlos: UFSCar, 2014.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

_____. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico” In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis: Vozes, 1998.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUIDOTTI SILVA, Marcos. “Balão não tem destino: uma etnografia das relações de quebrada através das práticas de baloeiros”. In: *Revista Primeiros Estudos*, n. 4, p. 46-57, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2010.

HIRSZMAN, Leon. *ABC da greve*. Documentário [75 min], 1990.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Martin-Claret, 2002

LYRA, Diogo. *A república dos meninos: valores éticos e morais dos garotos armados do morro*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

MACHADO DA SILVA, L. A. “Violência urbana: representação de uma ordem social”. In: NASCIMENTO, E. P. e BARREIRA, Irllys (orgs.), *Brasil urbano: Cenário da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

_____. “Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise”. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13: 115-124, novembro, 1999.

MÃES DE MAIO. *Do luto à luta*. São Paulo: Giramundo Artes Gráficas, 2011.

MAGNANI, José G. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na Metrópole” In: *Na metrópole: textos de antropologia urbana*, São Paulo: Edusp/FAPESP, 1996.

_____, José G. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, nº49, jun., São Paulo: ANPOCS, 2002.

MAINE, H. S. *Ancient Law*. Bristol: Thoemmes Press, 1996

MALINOWSKI, Bronislaw. “Tema, método e objetivo desta pesquisa” In: *Argonautas do Pacífico Ocidental*, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALLART, Fábio. “Dos lares da FEBEM às cadeias do Comando: a dinâmica institucional cravada na trajetória de um interno”. In: *Seminário - Território, Crime e Ordenamento Social nas Margens da Cidade*. São Paulo : CEM/CEBRAP, 2012.

MALVASI, Paulo. *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2012.

MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*, Tese de Mestrado, São Paulo: USP, 2010.

MISSE, Michel. *Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima: Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva*. Disponível em <<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/Sobre%20a%20sociabilidade%20violenta%20de%20Machado.pdf>>, Artigo de 1999a.

_____. *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999b.

_____ “O Movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência” In: *Drogas e pós-modernidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

OLIVEIRA, Giovanni. *Nas bocas da cidade de Corumbá-MS; O comércio de drogas na fronteira Brasil/Bolívia*. Dissertação de Mestrado. Corumbá: UFMS, 2013.

PAOLI, Maria Célia. “Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político”. In: HELLMANN, Michaella (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

PARK, R.E. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: *O fenômeno urbano*, O.Velho (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. “*A maior zueira*”: *experiências juvenis na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado, São Paulo: USP, 2010.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

POLANY, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus LTDA, 1980.

ROLNIK, Raquel e FRÚGOLI, Heitor. “Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências”. In: *Caderno Metrópole*, v.6, pp 43-66, 2º semestre, 2001.

RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em contexto de consumo e comércio de crack*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH / Unicamp, 2012.

SADER, Eder. “Matrizes discursivas”. In: *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, José Douglas dos Santos. Políticas de quebrada e políticas estatais referentes aos homicídios em Luzia, São Paulo. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCar, 2014.

SIMMEL, G. “As grandes cidades e a vida do espírito”. In: *Revista Mana*, 11(2):577-591, 2005a.

_____. *Filosofia del dinero*. Granada: Comares, 2003.

_____. “O estrangeiro”. In: *RBSE*, Vol. 4, nº 12, 2005b.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TAKAHASHI, Henrique. “Fronteira do céu com o inferno”- *uma cosmovisão dos Racionais Mc's*. Texto de qualificação para mestrado em Sociologia, São Carlos: UFSCar, 2013.

TELLES, Vera da Silva e HIRATA, Daniel Veloso. “Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”. In: *Estudos Avançados*, vol. 21, nº 61, 2007.

TILLY, Charles. “War Making and State Making as Organized Crime”. In: *Bringing the State Back*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985

TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo. “Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano”. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Nº 4, 2001.

TURNER, Victor. *From Ritual to Theatre: The Human Seriouness of play*. New York: PAJ Publications, 1982.

_____. *The Anthropology of Performace*. New York: PAJ Publications, 1987.

VELHO, O. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEBBER, Max. “La dominacion no legitima (tipologia de las ciudades)”. In: *Economia e sociedad*. Cidade do México: Fondo de la Cultura Economica, 1984.

WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo : Brasiliense, 1985.